



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Viver e morrer

**Uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia
de Limoeiro – CE, (1870 a 1880)**

Elisgardênia de Oliveira Chaves

**Fortaleza
Maio, 2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Viver e morrer

**Uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia
de Limoeiro – CE, (1870 a 1880)**

Elisgardênia de Oliveira Chaves

**Eurípedes Antônio Funes
Orientador**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em História da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito para obtenção do grau de
Mestre em História Social.

**Fortaleza
Maio, 2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Viver e morrer
Uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia
de Limoeiro – CE, (1870 a 1880)

Elisgardênia de Oliveira Chaves

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, no dia 25 de maio de 2009, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes - UFC
Orientador

Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara
USP

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira
UFC

Fortaleza
Maio, 2009

“A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez. Assim não era possível atingir toda a verdade, porque a meia pessoa que entrava só trazia o perfil de meia verdade. E a segunda metade voltava igualmente com meio perfil. E os perfis não coincidiam.” (Carlos Drummond de Andrade)

A minha família, pelo amor e
força incondicionais, pelo desejo
de sucesso, sempre.

Agradecimentos

No decorrer dos últimos dois anos, através de pesquisas, leituras e escritas, dediquei parte de minha vida à construção desse estudo. Durante esse tempo, muitas foram as colaborações de pessoas e instituições que me ajudaram. Listar todos a quem sou grata pelo apoio recebido nesse trajeto de pesquisa é uma tarefa difícil, pois corro o risco de esquecer alguém que me auxiliou em momentos precisos. Desse modo, desde já gostaria de agradecer a vocês que sabem que tiveram participação nessa caminhada, mesmo que não mencionados aqui.

Gostaria de agradecer a Deus, Ser Supremo, que me guia e me protege, a quem sou grata sempre e a quem retribuo a energia vital, a inspiração e a serenidade em todos os momentos de minha vida.

A toda minha família, minha base, especialmente a minha mãe Raimunda Oliveira, pelo amor sincero, por toda ajuda, compreensão e apoio. A Ivo José, afeto de longas datas, pela força e incentivos.

Aos professores do mestrado com quem tive a oportunidade de conviver em sala de aula, trocar experiências e que me auxiliaram no caminho a ser seguido na pesquisa: Adelaide Gonçalves, Frederico de Castro Neves, Marilda Santana, Gilberto Ramos, Frank Ribard e especialmente a Almir Leal e Kênia Rios, cujas contribuições na Banca de Qualificação foram imprescindíveis.

A Eurípedes Funes que orientou esse estudo e que com dedicação, constância, sabedoria e perspicácia soube me instigar academicamente, de modo que juntos trabalhamos de forma harmônica na construção e resultado desse trabalho, um agradecimento muito especial.

A todos os colegas de mestrado pelos valorosos debates, conversas e sugestões, ajudando-me a crescer, crescendo junto comigo: Raimundo Hélio, Renato, Nilton, Bárbara, Patrícia, Henry, Cleiton, Clícia, Ana Cristina, Mário, Raul, Raquel e especialmente a Gil Brandão e Joelma Tito, cujos laços se estreitaram e tornamo-nos bons amigos.

A todos os professores da FAFIDAM/UECE pela contribuição na minha formação e incentivos a seguir carreira acadêmica, em especial ao amigo Olivenor Chaves, pelo carinho, desejo de sucesso, como também pela fecunda

contribuição na graduação, quando me orientou na monografia e no projeto, auxiliando o ingresso no Mestrado da UFC.

À minha amiga Gláubia, um agradecimento especial por sua generosidade, disponibilidade e dedicação, bem como pela boa e frutífera amizade desde os tempos de graduação. Ao me apoiar na sua casa, tornou menos dolorosa a minha estada em Fortaleza. Dentre tantas amizades formadas via FAFIDAM em Limoeiro, agradeço também a Anny Chirley, por sua amizade sincera e por me emprestar o ouvido tantas vezes para que eu falasse das angústias, alegrias e descobertas na escrita da dissertação. Em Fortaleza, agradecimentos especiais também à amiga Maria Regina, pela torcida, confiança e altos papos.

Às minhas amigas Silvana Pinho e Ivaneide Ulisses, pela sabedoria, integridade, generosidade, pelas conversas, ensinamentos, críticas e apoio que tanto me ajudam a crescer pessoal e profissionalmente. Obrigada também pelos muitos bons e necessários momentos de descontração.

À amiga Natália Paula, por ter me concedido grande parte dos registros paroquiais de casamentos, os quais muito contribuíram para que eu diminuísse a jornada no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Aos funcionários do Arquivo que me permitiram durante meses a fio, fazer o trabalho de transcrição de milhares de registros paroquiais, os quais constituem a base empírica dessa pesquisa. Meus agradecimentos especiais ao Bispo Dom José e a secretária do Arquivo, Laudeci, pela disponibilidade sempre que precisei e pelo zelo e carinho com que tratam este Arquivo. Agradeço também a disponibilidade dos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará e da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Às secretárias do Mestrado, Dona Regina e Silvia, pessoas maravilhosas, pela disponibilidade e empenho a meu favor. Agradecimentos ainda aos funcionários do NUDOC, bem como da Biblioteca de Humanidades.

À FUNCAP (Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa) pelo incentivo financeiro imprescindível destinado a essa pesquisa.

Resumo

Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro – CE, (1870 a 1880) é um estudo que visa compreender as características da constituição populacional, bem como as tipologias e formas de organização familiar mais presentes nessa sociedade. Na década de 1870, a configuração sócio-familiar da freguesia de Limoeiro caracterizava-se por um índice muito superior de livres em relação aos escravos, de pardos sobre brancos e destes sobre negros. A divisão por sexo se fazia por uma pequena maioria para os homens. Essa pluralidade social se fez sentir também na organização familiar, cujas formas excederam a noção ideal de matrimônio e variaram entre famílias nuclear, matrifocal e extensas. Os preceitos de ordem religiosa e econômica influenciaram nas escolhas ou recusas por determinados meses para a realização das nupcialidades, concepções, natalidades e batismos. A morte com causas múltiplas incidiu-se principalmente sobre crianças com até sete anos de idade e elevou-se extraordinariamente durante a seca de 1877-1879. De modo geral, os sacramentos cristãos permeavam passagens importantes da sociedade limoeirense, em torno da vida e da morte.

Palavras-chave: História do Ceará, Freguesia de Limoeiro, População, Família.

Abstract

Living and dying: an analysis of the socio-family configuration in parish of the Limoeiro – CE (1870 to 1880) is a study to understand the characteristics of building population and the types and forms of family organization more present in this society. In the decade of 1870, the configuration of socio-family in the parish of Limoeiro do Norte was characterized by higher rate of the free people in relation to the slaves, by higher rate of the brown people in relation to white people and higher rate of white people in relation to black people. The division by gender was characterized by a small majority for men. This social diversity was felt also in the family organization, which forms over the concept and ideal of marriage ranged from nuclear families, matrifocal and extensive. The religious and economics precepts influenced in the selection or rejection of same months to perform the marriage, the conceptions, the births and the baptisms. The die of the people by multiple factors occurred primarily on children up to seven years old and it was remarkably increased during the drought of 1877-1879. Altogether the Christian sacraments permeated highlights around the life and the death of the limoeirense society.

Keywords: Ceará History, Parish of Limoeiro, Population, Family.

Índice dos Capítulos

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - FAZENDAS, FREGUESIAS E VILAS: LIMOEIRO NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA RIBEIRA DO JAGUARIBE.....	34
1.1 - CONSOLIDAÇÃO DO POVOAMENTO NA RIBEIRA DO JAGUARIBE.....	37
1.2 - NO CURSO DAS BOIADAS PELO VALE DO JAGUARIBE: FAZENDEIROS, PADRES E POLÍTICOS NA TRANSFORMAÇÃO DA FAZENDA LIMOEIRO EM VILA.....	45
1.3 - OS REGISTROS PAROQUIAIS E AS EVIDÊNCIAS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA VILA DE LIMOEIRO NA DÉCADA DE 1870.	65
CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO E FAMÍLIA NA FREGUESIA DE LIMOEIRO – (1870/1880).....	81
2.1-COMPOSIÇÃO POPULACIONAL.....	85
2.2 - O CASAMENTO CRISTÃO, “LEGITIMANDO FAMÍLIAS:” A NORMA.....	102
2.3 - TRANSGREDINDO A NORMA, VIVENDO EM FAMÍLIAS.....	115
2.4 - OS FILHOS: A SUCESSÃO FAMILIAR NAS ATAS BATISMAIS.....	123
CAPÍTULO 3 - AS CAUSAS-MORTES INTERROMPENDO A DINÂMICA SÓCIO-FAMILIAR EM LIMOEIRO - O ÚLTIMO SACRAMENTO COMO ALENTO PARA UMA BOA PASSAGEM, (1870 A 1880).....	138
3.1 - OS ASSENTOS DE ÓBITOS E AS CAUSAS-MORTES EM LIMOEIRO.....	140
3.2 - O SACRAMENTO DA EXTREMA-UNÇÃO FECHANDO O CICLO VITAL E “GARANTINDO” UMA BOA PASSAGEM DA VIDA PARA A MORTE.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
FONTES DE PESQUISA.....	175
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	178

Índice de Tabelas

TABELA 01 - Casamentos, batismos e óbitos da vila de Limoeiro, segundo os registros paroquiais – 1870 a 1880.....	69
TABELA 02: Percentual étnico da população da freguesia de Limoeiro, segundo os registros de batismos - (1870 à 1880).....	91
TABELA 03: Percentual étnico da população da freguesia de Limoeiro, segundo os registros de óbitos (1870 a 1880).....	92
TABELA 04: Relação numérica de livres e escravos entre a população parda, negra e mulata da freguesia de Limoeiro, de acordo com os registros de batismos – (1870/1880).....	93
TABELA 05: Relação numérica de livres e escravos entre a população parda, negra e mulata da freguesia de Limoeiro, de acordo com os registros de óbitos – (1870/1880).....	94
TABELA 06 – Percentual étnico e por sexo da população da freguesia de Limoeiro, segundo os registros de batismos - (1870 a 1880).....	99
TABELA 07 – Percentual étnico e por sexo da população da freguesia de Limoeiro, de segundo os registros de óbitos - (1870 à 1880).....	100
TABELA 08 – Percentual étnico segundo a condição social da população da freguesia de Limoeiro, 1870-1880, de acordo com os registros de casamentos.....	102
TABELA 09 - Movimentos mensais e anuais de casamentos em Limoeiro - (1870 a 1880).....	105
TABELA 10 - As famílias matrilocais em Limoeiro, a partir dos registros de batismos e óbitos, na década de 1870.....	120

TABELA 11 - Relação mensal entre os nascimentos e a realização dos batismos em Limoeiro, (1870 a 1880).....	126
TABELA 12 - Relação mensal entre os nascimentos e às concepções em Limoeiro, (1870 a 1880).....	129
TABELA 13 - Intervalos mensais entre o casamento e a primeira concepção, Limoeiro -(1870/1880).....	130
TABELA 14 - Mortalidade por meses e anos na freguesia de Limoeiro, 1870/1880.....	143
TABELA 15: As causas-mortes na freguesia de Limoeiro, segundo os registros de óbitos, (1870 a 1880).....	145
TABELA 16 - Mortalidade por grupo etário – freguesia de Limoeiro, 1870/1880.....	160
TABELA 17 - Índice ao Sacramento da Extrema-Unção em Limoeiro, 1870/1880.....	167

Índice de Mapas

MAPA 01 - Primeira Sesmaria do Baixo Jaguaribe.....	47
MAPA 02 - Divisão política Administrativa do Ceará 1872.....	54
MAPA 03 - Localização da antiga freguesia de Limoeiro no Baixo Jaguaribe.....	55
MAPA 04 - Localização da antiga freguesia de Limoeiro no Baixo Jaguaribe.....	56

Lista de Abreviaturas

ADNL - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

APEC - Arquivo Público do Estado do Ceará.

BPGMP - Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

NUDOC - Núcleo de Documentação / Universidade Federal do Ceará.

Introdução

Anos de pesquisa em papéis “velhos” e repletos de evidências sociais, no Arquivo de Diocese de Limoeiro do Norte, possibilitou-me um acervo documental de mais de cinco mil registros, distribuídos nas três ordens: casamentos, batismos e óbitos. O estudo dessas evidências tais como: idade, cor, sexo, condição social, legitimidade dos filhos, causas-mortes, entre outras, sob os métodos da História Demográfica, possibilita-nos conhecer muito dessa sociedade. Diante das infinidades de análises que essas fontes proporcionam, estudar a configuração sócio-familiar da freguesia de Limoeiro na década de 1870, atentando para as características da constituição populacional, bem como para as tipologias e formas de organização familiar mais presentes nessa sociedade, é o principal objetivo desse estudo.

Na realidade, as premissas para a definição desses recortes espaço-temporal e temático se deu quando realizei um trabalho monográfico¹ na Graduação em História, pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte, 2006. Na monografia utilizei como principal fonte de pesquisa os assentos de óbitos da freguesia de Limoeiro, que se encontram no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte (ADNL), referentes ao período de 1876 a 1880. Nesse estudo, meu principal objetivo foi perceber a influência da seca de 1877-1879 - através do número de mortes, causas-mortes e alterações na realização dos ritos fúnebres - sobre o cotidiano desta população. Para compreender as alterações nessa dinâmica em torno da morte, incluí dois anos além dos três da seca: um que a antecede – 1876, e um outro que a sucede -1880.

A partir desse estudo percebi a viabilidade de compreender como se compunha essa sociedade e como se constituía em unidades menores, ou seja, em famílias. Para tanto, foi eleito um outro recorte temporal, 1870 a 1880, uma outra temática, população e família, o que implicou alargar o campo de pesquisa. Para além dos registros de óbitos, analiso os de casamentos e batismos referentes a todo decênio. Essa delimitação temporal justifica-se por ser um período envolvido pelo dinamismo político, econômico e social advindo

¹ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *Seca, doenças e mortes: os assentos de óbitos na freguesia de Limoeiro-CE, (1876-1880)*.

da elevação do Distrito de Limoeiro a categoria de vila. Redefinido o tempo, a documentação de análise e a temática de estudo, um outro passo foi a catalogação desse material, dessas fontes, onde no referido Arquivo, durante meses, anos fiz a seleção, reunião e transcrição na íntegra dos mesmos de forma a tentar recuperar o máximo possível desses registros. Como diz Certeau:

Em história tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de transformar em documentos determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ele consiste em produzir tais documentos, pelo fato de copiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo seu lugar e seu estatuto. Esse gesto consiste em isolar um campo como faz em física. Forma a coleção. Faz com que as coisas sejam constituídas em sistema marginal; faz com que sejam exilados da prática para estabelecê-los como objetos abstratos de um saber. Longe de aceitar os dados, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas que o repartem no universo do uso e que também vão procurá-lo fora das fronteiras do uso e que fazem com que seja destinado a um reemprego coerente. É a marca dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social. Instauradora de signos oferecidos a tratamentos específicos, essa ruptura não é, portanto, nem apenas à primeira vista, o efeito de um olhar. É necessária uma operação técnica.²

Nessa operação técnica, isto é, na sistematização e análise das peculiaridades dessas fontes, foram criadas várias fichas, com dados individuais, referentes a datas, idades, cor, sexo, condição social, legitimidade dos filhos, causas-mortes, sacramento fúnebre, cuja contagem minuciosa e cuidadosa originou as tabelas dispostas no decorrer do texto. Para a realização das fichas, o auxílio do computador foi valioso na contagem dessas peculiaridades e, sobretudo, porque, através do diálogo entre os nomes das três ordens de registros pudemos compor e identificar famílias que foram enlaçadas pelo sacramento do matrimônio ou não, se constituíram.

De uma maneira geral essas fontes podem ser assim descritas. Para as atas de casamentos temos - data da cerimônia, local, padre celebrante, em alguns poucos casos a hora e a cor dos noivos, o nome dos mesmos, as bênçãos para o sacramento, e os nomes das testemunhas (todos homens).

² CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: FE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (org.) *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 31.

Esses registros constituem um total de 811 casamentos, se encontram nos livros 01 e 02. O livro 01 corresponde ao período de 1864 a 1872 e o livro 02, aos anos de 1872 a 1880. Do livro 02, portanto, foram transcritos todos os casos, do livro 01, apenas os casos referentes aos anos de 1870 a 1872.

Nos batismos podemos encontrar: nome, cor, filiação (se filho legítimo o nome dos pais, se filho natural o nome da mãe, se filho de escrava o nome da mãe e proprietário a quem esta pertencia), data do batismo, local, pároco celebrante, padrinhos (homem e mulher) ou representantes destes. Esses registros encontram-se nos livros 01, 04, 05 e 06. O livro de nº 01 corresponde ao período de 1862 a 1873, o livro 04 ao período de 1868 a 1874, o livro 05 aos anos de 1869 a 1884 e o livro 06 1878 a 1887. A transcrição dos registros destes livros, portanto, correspondem aos anos de 1870 a 1880.

Finalmente os óbitos trazem: nome, cor, idade, causa da morte, data do falecimento, se se trata de um parvulo (a) (nome utilizado nos livros para se referirem às crianças) o nome de seus pais para os filhos legítimos ou o nome da mãe para os filhos naturais, quando se trata de filho de escrava se livre ou liberto, bem como, o nome do proprietário da mãe, condição social (livre ou escravo), estado civil, cônjuge, cor da vestimenta fúnebre, sacramento da extrema-unção recebido ou não, nome do padre responsável pela paróquia e pela realização do ritual fúnebre, bem como, o cemitério onde foi realizado o sepultamento.

Os livros de óbitos, ao contrário dos livros de casamentos e batismos, iniciam-se a partir de janeiro do ano de 1873. No entanto, encontrei no livro 04 pertencente à Matriz de Russas, referente ao período de 1870 a 1872, registros de óbitos pertencentes à freguesia de Limoeiro, principalmente aos povoados de Tabuleiro de Areia e Alto Santo. Do livro de nº 01 que abrange o período de 1873 a 1878 e o de nº 02 correspondente aos anos de 1877 a 1878 e pertencente à freguesia de Limoeiro foram transcritos todos os casos. Dos livros 03 e 04 referentes aos anos de 1878 a 1886 só transcrevi os registros pertencentes aos anos de 1878 a 1880, por estarem dentro da delimitação temporal definida para a pesquisa.

É importante esclarecermos que o período de uma década não nos possibilita estudar a trajetória das famílias de Limoeiro, desde a formação a partir do casamento, ou em uniões consensuais, passando por toda

descendência da prole até a morte de membros das mesmas, o que completaria o ciclo vital, haja vista, que muitos casais que se formaram nesse período e tiveram filhos batizando-os, continuaram a tê-los após 1880 e, por outro lado, muitas famílias que batizaram seus filhos ou que foram desmembradas pela morte, durante a década, começaram a se formar em momento anterior a esta. Não obstante a isso, as informações que essa documentação nos fornece acerca das características e fases da vida dos indivíduos que vão desde o nascimento, o batismo, o matrimônio e a morte, sob os métodos da Demografia Histórica, organizadas em tabelas ou quadros demográficos, conduzem à identificação dos perfis sociais, à constituição sócio-familiar dessa população.

Realizar uma pesquisa historiográfica, que tem como principal objetivo compreender a estruturação, a organização, o perfil sócio-familiar da freguesia de Limoeiro, durante a década de 1870, a partir de uma abordagem demográfica, se faz necessário cercar-se de um aparato teórico-metodológico capaz de dar clareza e suporte de análises sobre formas, procedimentos e possibilidades desse campo de estudo da História Social. A metodologia da Demografia Histórica para com as fontes escritas: cartoriais, paroquiais e censitárias, vêm possibilitando a identificação das complexidades, pluralidades em torno da organização familiar brasileira. As pesquisas que primam por essa temática vêm diversificando-se, ampliando-se, sobretudo a partir da década de 1970/80 e contribuindo sobremaneira para a historiografia nacional como um todo.

A problemática da família geralmente se desenvolve em concomitância às pesquisas que levam em consideração a formação populacional em geral, de espaços mais delimitados, como freguesias, vilas, capitanias e províncias. São estudos, portanto, histórico-regionais ou micro-regionais, que segundo Cláudia Eliane Parreiras Marques, permitem ao pesquisador um maior nível de compreensão ao delimitar espacialmente a sua área de investigação. Assim, a importância e o potencial da micro-abordagem em Demografia Histórica são indiscutíveis, pois:

As questões suscitadas pela história demográfica e, particular, pela história regional, têm contribuído para o entendimento de vários problemas relevantes não só aos historiadores, como também àqueles

que se interessam pela realidade do passado brasileiro. O tamanho da população, sua distribuição segundo a idade, o sexo, a cor (qualidade), a condição (livres, escravos, forros), a natalidade, a fecundidade e a mortalidade, são algumas das variáveis correntemente utilizadas nos estudos e pesquisas sobre a evolução e a transformação das sociedades.³

Nesse sentido, a delimitação espacial, freguesia de Limoeiro, como área de investigação, além de possibilitar um maior nível de conhecimento das suas singularidades demográficas, permite identificar comportamentos sócio-culturais imbricados nas várias maneiras de organização familiar, tendo como pressuposto os sacramentos cristãos. Para Maria Odília:

A micro-história, embora ofereça contornos bem definidos, concretos e delimitados, abres-se para processos sociais bastante amplos. Diz respeito a quase tudo o que se atém às relações de gênero, ciclos vitais, condições de vida, estudos de gerações, história de organizações familiares, religiosidades, formação das classes sociais, culturas populares, eruditas, em movimento no tempo.⁴

Partindo dessas fontes e dessa metodologia, acreditamos que esse estudo possa vir compor com muitos outros que, de um modo geral, a partir dos anos 1970/80, vêm, no Brasil, sob o pano de fundo da Demografia Histórica, desenvolvendo-se num campo vasto de temáticas e problemáticas para a construção da História Social como um todo, e de acordo com Tarcísio Rodrigues Botelho:

Daí expandiu-se para áreas que tinham a população como centro de preocupações, mas que tocavam outros campos dos estudos históricos. Este trajeto vivido pela disciplina deu-lhe uma grande legitimidade face à historiografia brasileira, graças à incorporação de fontes e temas poucos pesquisados, como a família, as relações de gênero, a infância, os estratos mais baixos da população, dentre outros.⁵

³ MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. "A história da população numa perspectiva regional." In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 2002, p. 96.

⁴ DIAS, Maria Odília Silva. "Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea" In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, n. 17 (Dossiê: "Trabalhos da Memória"). São Paulo: EDUC, 1998, p.238.

⁵ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. "História da população brasileira: balanços e perspectivas". In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *Historiografia brasileira em debate: "olhares, recortes e tendências"*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002, p. 167.

Segundo Maria Luiza Marcílio, a Demografia Histórica passou a desenvolver-se de forma mais sistemática entre os de 1920 a 1950, pois foi durante esse período que historiadores imprimiram “um cunho científico original” aos estudos das populações do passado, dando nascimento à nova disciplina. “As primeiras preocupações e sistematizações metodológicas da Demografia Histórica nasceram em Paris, e paralelamente com um demógrafo e um historiador.”⁶

Ainda de acordo com a autora, em 1952 o historiador Pierre Goubert, com base nos registros eclesiásticos de batizados, casamentos e óbitos, projetou e lançou um estudo pioneiro, publicado na revista dos *Annales*, sobre a demografia francesa do século XVIII. Já no Instituto National d'Études Démographiques (INED) de Paris, o demógrafo Louis Henry via-se intrigado com a queda gradual da fecundidade francesa. Ele queria “encontrar pelas vias científicas e por métodos e medidas rigorosas, as razões, as formas e as condições desse descenso prematuro.” O historiador e arquivista Michel Fleury mostrou-lhe a importância dos registros paroquiais franceses para análises sobre a natalidade do país. Segundo Marcílio, nasceu daí uma metodologia específica para o tratamento das fontes paroquiais.⁷

Foi elaborado um método minucioso de levantamento e de análise dos antigos registros da catolicidade, com a finalidade de transformá-los em dados demográficos básicos para o estudo da fecundidade e da mortalidade antigas de micropopulações. A prática desse método foi previamente testada empiricamente com famílias já reconstituídas por genealogias bem estabelecidas.⁸

Posteriormente à década de 1960, na Inglaterra, o Grupo de Cambridge (Cambridge Group for the History of Population and Social Structure), desenvolveu uma metodologia específica, basicamente quantitativa, a partir de listas nominativas (que trazem informações sobre a composição das unidades domésticas, além de outros dados, como: idade, estado civil, profissão, entre outros e de acordo com cada região), com o objetivo de analisar as informações e compará-las, para isso, relacionando-as a longos

⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*. S P.: Novos Ubrais, 1977, p. 5.

⁷ Idem.

⁸ Idem, p. 5.

períodos e lugares diversos. “Dos trabalhos franceses e ingleses, surgiram estudos em demografia histórica que estimularam pesquisas sobre a família ocidental moderna.”⁹

A partir de 1950 e desses referenciais teórico-metodológicos da demografia histórica, grande parte da historiografia européia adotou maciçamente a quantificação como modo de organização e de leituras de dados, com a finalidade de conseguir e garantir “credibilidade das hipóteses de trabalho.” Com isso visava-se superar o complexo de inferioridade em relação aos instrumentos de análise usados pelas ciências naturais. Desse modo, “através das leis numéricas, constituíra-se a ambição de elaborar uma disciplina enfim científica.”¹⁰

Sem dúvida, o desejo de imprimir à História esse caráter científico está atrelado à busca pela verdade ou objetividade histórica. No entanto, de acordo com Thompson, essa corrida incessante pela verdade é inútil e motivo de impasses e confusões, pois:

O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas nem por isso inverídico), (b) seletivo (mas nem por isso inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só verdadeiro dentro do campo assim definido. Sob esses aspectos, o conhecimento histórico pode se afastar de outros paradigmas de conhecimento, quando submetido à investigação epistemológica. Nesse sentido, estou pronto a concordar que a tentativa de designar a história como ciência sempre foi inútil e motivo de confusão.¹¹

De acordo com Simona Cerutti, o resultado mais imediato desses estudos que ambicionavam por demais a cientificidade, de uma maneira geral, foi a impressão de que dividindo os habitantes em categorias profissionais ou “socioprofissionais” tinha-se uma imagem das orientações econômicas da população e remetia-se a sua estratificação social. No início dos anos 70, no entanto, alguns pesquisadores se mostraram contra essas grandes leituras suscitadas por sondagens empíricas que desconsideravam as multiplicidades

⁹ FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFANS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 245.

¹⁰ CERUTTI, Simona. “A construção das Categorias Sociais”. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 233

¹¹ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

das relações sociais, das contradições, dos conflitos e da experiência entre os atores sociais.

Na realidade, reunir indivíduos em categorias definidas pelo setor de atividade não tem nada de natural: ao contrário, postula-se com isso mesmo a existência de grupos sociais, pelo menos de uma maneira implícita. Os que exercem a profissão de comerciante, de advogado, ou então os que se encontram na categoria de nobres, tornam-se os componentes de um corpus que a taxinomia apresenta como coerente. Pouco importa se não partilhavam os mesmos interesses ou os mesmos ideais: a classificação ignora o problema da validade de seus próprios critérios aos olhos dos protagonistas da época e, sob a aparência de uma leitura neutra da realidade, reifica grupos sociais, já que a classificação subentende a noção de interesses comuns para os membros da mesma categoria. De fato, é esta última noção que coloca a classificação como modo de representação plausível da sociedade e reduz a inquietante disparidade dos comportamentos de grupo. Esta questão se situa no âmago do trabalho do historiador.¹²

De modo geral, dos questionamentos e críticas para com esses estudos que priorizavam as grandes estruturas ou grupos sociais em detrimento aos indivíduos e homogeneizavam a sociedade, formou-se outra vertente menos linear preocupada em deslocar o foco de análise para o processo histórico e as interações sociais.

Resolve-se assim o que se considerou como uma ambigüidade epistemológica fundamental da ciência ocidental: a tendência a criar falsas unidades individuais que de sistemas de relações, ou mais em termos de aglomerações humanas que de ligações entre seus componentes e o mundo que os cerca.¹³

Em relação às fontes para esses estudos voltados para a compreensão do indivíduo, da família, da população e das relações sociais em determinados espaços e temporalidades, e que têm na Demografia Histórica metodologia de análise, Thomas H. Hollingsworth classifica-as da seguinte maneira: a primeira distinção se faz entre as fontes não escritas (ruínas de uma cidade, por exemplo) e em segundo lugar as fontes escritas, para as quais “pode-se distinguir os censos ou enumerações (gerais ou parciais) da população, em um determinado momento, das séries de registros de mudanças

¹² CERUTTI, Simona. Op. Cit. 236 e 237.

¹³ Idem, p. 241.

que ocorreram na população (como por exemplo os registros paroquiais), chamada por vezes de distinção entre estatísticos e dinâmicos”.¹⁴ No Brasil, geralmente são as fontes relacionadas ao último aspecto, ou seja, os censos, os registros paroquiais, além de listas nominativas, inventários e testamentos, processos cíveis e processos crimes, dentre outros, que dão margem aos estudos históricos em demografia.

Maria Luiza Marcílio, partindo dos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos e adaptando o método de reconstituição de famílias de Louis Henry à realidade brasileira, foi uma das pioneiras no desenvolvimento de pesquisas mais sistemáticas com essa abordagem, sendo seus vários estudos referência para quem quiser trilhar por esses caminhos. Desde 1968, quando a autora publicou sua primeira obra: *La ville de São Paulo. Peuplemente et population (1750-1850)*, a produção historiográfica sobre família em História Demográfica só fez diversificar-se e avolumar-se.

No entanto, esses estudos concentram-se principalmente, na Região Sudeste e Sul, ficando o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil com uma lacuna significativa de trabalhos nessa área. Sobre os motivos, Sheila de Castro Faria nos fala:

A razão não está só na ausência de documentos, como muitos sugerem. A explicação pode ser encontrada na história mais recente, em que grandes centros atuais, como São Paulo, tiveram a possibilidade financeira de guardar e organizar sua memória em arquivos centrais, facilitando o trabalho de pesquisa, além de contarem com unidades acadêmicas de peso que viabilizam trabalhos.¹⁵

Outra realidade brasileira, no que diz respeito aos estudos em Demografia Histórica e que ajuda a explicar a predominância de desenvolvimento dessas pesquisas mais no Sudeste e Sul do país, é a pouca demanda de pesquisas que utilizam os registros paroquiais para o estudo da população, da família, em detrimento às que utilizam listas nominativas de habitantes como fontes de análise, dada pela sua abundância em São Paulo,

¹⁴ HOLLINGSWORTH, Thomas H. “Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo”. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*. S P.: Novos Ubrais, 1977, p. 32

¹⁵ FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. p. 254.

Paraná e Minas Gerais, como também, pela sua concentração em apenas dois arquivos de fácil acesso. Segundo Iraci del Nero da Costa, para além disso:

A riqueza quantitativa e qualitativa deste material [números de fogos ou domicílios, componentes, idades, profissões, produção econômica, grifo nosso] tem atuado, também, no sentido de fazer com que os estudos de demografia histórica prendam-se ao período que compreende a segunda metade do século XVIII e XIX. Disto decorrem, como visto três grandes limitações: espacial, temporal e a quantidade e qualidade das informações sobre as nossas populações pretéritas.¹⁶

Organizadas, de fácil acesso e abundantes em arquivos do Sul e Sudeste, essa documentação tem sido de enorme contribuição para pesquisas e análises sobre aspectos sócio-político-econômicos dessas regiões. As listas nominativas de habitantes foram elaboradas por determinação de Portugal, no final do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Coube ao quadro hierárquico da Igreja e do Corpo de Militares - constituído pelas Companhias de Ordenança da terra, já que o território era dividido em unidades administrativo-religiosas - a incumbência de fazer o levantamento direto da população, pois:

O quadro hierárquico da Igreja e das Companhias de Milícia oferecia pessoal mais habilitado no conhecimento da terra e dos homens, a infra-estrutura necessária para se chegar a todos os moradores. Curas das freguesias e capitães-mores de vilas e distritos foram, então convocados pela Coroa para procederem à tarefa de relacionar nominalmente os agrupamentos domésticos e seus membros de todas as paróquias e de todos os municípios do Brasil colonial.¹⁷

Para Marcílio, os levantamentos censitários tinham basicamente fins militares – conhecer o número de adultos disponíveis para as armas, haja vista os constantes conflitos e disputas nas áreas fronteiriças da Colônia ou no âmbito diplomático europeu – e econômicos. Para isso importava conhecer os habitantes que existiam na capitania: por sexo, idade e estado civil; suas ocupações; casamentos, nascimentos e mortes anuais, importação e exportação; consumo e exportação por parte dos habitantes; preços dos

¹⁶ COSTA, Iraci del Nero da. *Reflexões sobre os rumos da demografia histórica no Brasil*. Boletim do Centro de Memória – UNICAMP – Campinas, 2 (4): 17-23, 1990.

¹⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, pp. 33.

gêneros; número de navios que entravam e saíam, entre outros. De início muito precários, mas ao longo do tempo esses levantamentos foram se aperfeiçoando até que em 1872, o Brasil realizou seu primeiro censo em nível nacional. Segundo a autora, a causa da precariedade desses levantamentos deve-se:

As condições da época, a extraordinária extensão do território sobre o qual se esparramava uma população rala, a indigência cultural do povo ou a negligência e incompetência das autoridades, levaram ao não-cumprimento sistemático dessas ordens. Por vezes, quando resolviam obedecer às insistentes ordens de Lisboa, os capitães-generais só chegavam a realizar contagens da população parciais, de uma só vila ou parte da capitania.¹⁸

De acordo com Marcílio, São Paulo, no entanto, é uma exceção, pois para esta Capitania, os levantamentos foram realizados vila por vila, todos os anos, e ainda hoje se mantêm em bom estado de conservação, formando assim “uma das mais importantes coleções seriadas de censos do ocidente.” Essa coleção oferece impressionantes possibilidades de estudos de natureza quantitativa sobre realidades sociais, culturais e de mentalidades humanas. Por isso a grande procura desse material por parte de pesquisadores que realizam trabalhos em Demografia Histórica. Haja vista o caráter militar dos levantamentos populacionais que tinham as listas nominativas, um dos principais motivos para a exceção de São Paulo com seus bons acervos, ainda segundo Marcílio, deve-se ao fato da Capitania localizar-se mais próximo da Região Sul disputada por outras metrópoles, e daí estar em constante alerta e prontidão com um número de tropas suficiente para defender suas possessões.¹⁹

Em nível nacional, os dados do censo de 1872²⁰ constituem importante fonte de análise e compreensão sobre economia, perfis sociais: étnico, sexo, faixa etária, condição social, entre outros, da população brasileira como um todo. No Ceará, antes desse primeiro censo, merece destaque alguns censos provinciais destinados a contabilizar a sua população, tais como o

¹⁸ Idem, pp. 35, 37, 38 e 39.

¹⁹ Idem, pp. 34 e 35.

²⁰ Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2º Ed. e atual, Vol. 03 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

levantamento feito a pedido do governador de Pernambuco José Cezar de Menezes, para o período de 1774 a 1783, referente a esta capitania e suas anexas. Na primeira metade do século XIX, foram realizados quatro recenseamentos: no ano de 1804, a pedido do governador João Carlos de Oeyhausen; em 1808, sob influência do governador Luiz Barba Alado; no ano de 1813, censo feito a pedido do governador Manoel Inácio Sampaio; e para o ano de 1835, recenseamento sob a solicitação de José Martiniano de Alencar.²¹ Antes da realização do censo nacional, é digno de destaque ainda um estudo feito por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, intitulado “*Ensaio Estatístico da Província do Ceará*”²², no qual o autor, assim como as características dos demais levantamentos populacionais, apresenta vários dados a respeito das cidades, vilas, povoações, seus limites, residências, economia, população, entre outros.

Em relação à periodização das fontes escritas no Brasil, segundo Maria Luiza Marcílio existem três fases. A primeira – fase pré-estatística – corresponde ao início da colonização e se estende à primeira metade do século XVIII. Essa fase é marcada pela quase inexistência de levantamentos e registros da população, contando-se para isso com raras e fragmentárias coleções de registros de casamentos, batismos e óbitos, para algumas poucas paróquias. A segunda fase denomina-se proto-estatística e compreende o período da segunda metade do século XVIII, estendendo-se ao primeiro recenseamento nacional de 1872. Para a autora, essa fase é mais rica em estatísticas demográficas do que a primeira, mas os levantamentos populacionais ainda se restringem a algumas regiões e localidades. A última fase corresponde à estatística e inicia-se a partir de 1872, quando os levantamentos censitários de toda a população brasileira passaram a ter objetivos exclusivamente demográficos e a serem realizados, periódica e sistematicamente, por serviços especializados do Governo, para esse fim. “A partir dessa época, os resultados censitários, que se juntam mais adiante às estatísticas vitais contínuas da população (depois do Código Civil Brasileiro de

²¹ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará: das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 76

²² BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

1916), são publicados pelos órgãos oficiais, hoje concentrados no IBGE.²³ As listas nominativas ou maços populacionais, portanto, por fazerem parte de antigos censos, são uma documentação que vem compor as primeiras estatísticas demográficas mais sistemáticas no Brasil e fazem parte da fase proto-estatística.

Em relação aos registros civis da população brasileira, de acordo com Ralph Hakkert²⁴, até a criação da República em 1889, a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística tinha se limitado à sistematização e divulgação dos dados coletados pela Igreja e à regulamentação dos óbitos e casamentos daqueles que não professavam a religião católica. Data de 1894 a publicação das primeiras estatísticas vitais no Brasil, as quais só cobriam uma pequena parte do território, limitando-se praticamente às capitais, sem contar também, com um alto grau de omissões por parte da população. Isso porque, mesmo depois da secularização, aquela demorou a se conscientizar da necessidade do registro, até certo ponto também, pela influência dos próprios padres que desestimulavam o registro de nascimentos e casamentos perante as autoridades civis.

Desde a criação do Concílio de Trento, século XVI, até o final do século XIX, com o advento da República, separação entre a Igreja e o Estado, a institucionalização e o lavramento dos registros civis de batismo, matrimônio e óbito, foram funções exclusivas da Igreja. Sob os auspícios das leis eclesiásticas e como uma das formas de controlar, vigiar a população, definiram-se regras para padronizar os registros dos principais sacramentos que marcam a passagem dos diversos momentos da vida dos católicos. Assim, os padres foram ensinados a registrar os matrimônios, batismos e mortes. No entanto, assim como os censos no Brasil, essa normalização levou um certo tempo para acontecer e de acordo com Sergio Odilon Nadalin, “tais normas foram completadas somente no século XVIII, por ocasião da instituição do *Rituali Romanum* que além de definir como fazer o assentamento, ensinava a realizar contagens periódicas das paróquias.”²⁵

²³ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, p. 32.

²⁴ HAKKERT, Ralph. *Fontes de Dados Demográficos*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, pp. 34 e 35.

²⁵ NADALIN, Sergio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994, p. 31.

Para o autor, alguns fatores contribuíram para que tais objetivos não fossem plenamente alcançados como, por exemplo, as peculiaridades do povoamento e da colonização, bem como o tamanho da população e a rarefação do território, com seus vazios demográficos. Assim:

Essas questões poderiam justificar a lacuna entre as ordenações da Igreja Católica e, no que concerne aos registros paroquiais sua definitiva implantação no Brasil colonial. Problemas estes, naturalmente conjugados com outras explicações possíveis para a falta de registros anteriores ao século XVIII, entre as quais a simples perda da documentação.²⁶

Nesse sentido, Sheila de Castro Faria nos dá um perfil geral da localização e características dessas fontes, principalmente as referentes ao período colonial, o que vem trazer mais uma das explicações pela preferência das listas nominativas, por parte dos historiadores brasileiros, que realizam estudos em Demografia Histórica:

(...) espalhadas pelas paróquias interioranas e com evidentes falhas seqüenciais, além das próprias características da sociedade brasileira: grande migração, diversidade de sobrenomes de pessoas de uma mesma família consangüínea e presença de uniões não-legalizadas pela Igreja, o que dificulta o acompanhamento da trajetória das famílias individualmente. Para o século XIX as fontes existem, em inúmeras localidades, em estado de conservação relativamente bom, seriadas e acessíveis ao pesquisador.²⁷

A despeito das considerações de Sheila de Castro Faria, em relação à disposição e conservação dos registros paroquiais, para o século XIX, nas paróquias interioranas, o Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte (ADNL) não foge à regra. Composto basicamente de registros de casamentos, batismos e óbitos e, com exceção de alguns livros, em estado razoável de conservação, este arquivo dispõe de um acervo que se inicia no final do século XVIII e percorre os séculos XIX e XX, abrangendo várias paróquias da Região Jaguaribana - CE.

As polêmicas e controvérsias que giram em torno das pesquisas brasileiras que utilizam os métodos da Demografia Histórica, mas que se

²⁶ Idem, ibidem.

²⁷ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica, p. 253.

voltam para estudos populacionais em geral, são inúmeras e de difícil solução. Num artigo publicado por Carlos Bacellar, Ana Silvia Volpi Scott e Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi, intitulado “*Quarenta anos de demografia histórica*”, publicado na revista Brasileira de Estudos Populacionais, em 2005, os autores levantam alguns questionamentos acerca da definição, campo e limites da demografia histórica no Brasil. Segundo eles, os balanços efetuados sobre a produção historiográfica brasileira deixam implícitos:

(...) a rarefação de estudos concretos relativos às variáveis demográficas clássicas – natalidade, nupcialidade e mobilidade – e à relação entre elas e delas com os contextos socioeconômico e cultural. (...) Por outro lado, privilegia-se temas voltados para o estudo da população: História da família, da criança e da mulher, análise das estruturas de parentesco, da sociabilidade, do patrimônio familiar, da composição da força de trabalho com ênfase na mão-de-obra escrava.²⁸

Ou seja, falta nesses estudos uma abordagem demográfica propriamente dita. Sobre esse avanço em Demografia Histórica, um tanto quanto contraditório, em que os historiadores legitimam-se mais do que os demógrafos, Tarcísio Rodrigues Botelho fala, de maneira a nos ajudar a compreender a diferença entre pesquisas de cunho mais demográficos numa perspectiva histórica e pesquisas em demografia histórica:

Enquanto muitos enfocam os estudos demográficos numa perspectiva histórica, outros preferem ver na demografia histórica o estudo das populações. Se para os primeiros é necessário voltar às preocupações propriamente demográficas que davam os limites da disciplina, para outros é exatamente o rompimento destes limites que tem levado as contribuições de peso para a compreensão da economia e da sociedade brasileira no passado. Ambas as posições são pertinentes. A demografia histórica deve ter sempre uma preocupação com aquele que afinal tem sido seu público leitor por excelência, qual seja, o historiador. O uso de arsenais estatísticos extremamente sofisticados pode representar ganhos em termos de uma compreensão das dinâmicas demográficas no passado, mas pode afastar este público leitor.²⁹

²⁸ BACELLAR, Carlos, SCOTT, Ana Silvia Volpi e BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. “Quarenta anos de demografia histórica”. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 22, n. 2, jul/dez. 2005, p.341.

²⁹ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História da população brasileira: balanços e perspectivas, p. 167.

A respeito do caráter interdisciplinar e diverso das pesquisas realizadas no Brasil, a partir dessas duas fontes em particular: antigos censos e registros paroquiais, numa abordagem demográfica, Maria Luiza Marcílio afirma que:

A força da Demografia Histórica vale hoje também pela extraordinária contribuição de seus produtos paralelos. O paciente trabalho das fichas de famílias constituídas com base nos registros da cristandade ou nos velhos censos nominais pré-estatísticos e séries fundamentais variadas conduziu à história quantitativa de níveis da cultura, como a história das atitudes, dos comportamentos e das sensibilidades coletivas, diante da vida, da morte, do amor, da pobreza, da infância, a História do casal e da família, da doença, das estruturas sócio-econômicas, entre outros.³⁰

José Flávio Motta e Iraci del Nero Costa também estão na linha dos pesquisadores que defendem o “transbordamento” dos limites da Demografia Histórica. Para eles, essas características da produção são extremamente salutares, na medida em que rompem os limites restritos pela demografia formal, excessiva aridez estatística e caminha mais e mais firme para a interdisciplinaridade. Além do mais, tem ganhado respaldo a produção científica que se tem realizado na área, “solidamente ancorada do ponto de vista empírico em largo espectro documental, um esforço voltado ao objetivo de elaborar esquemas interpretativos renovados do processo de formação demográfica econômica e social do Brasil.”³¹ Diante disso, vislumbra-se um entendimento da própria definição de demografia histórica. Para tanto, os autores propõem a deles:

A demografia histórica, que tem como objeto precípua de estudos das populações humanas do período pré-censitário (que engloba os períodos pré e proto-estatísticos) é o campo da Ciência Social que, estabelecendo in totum ou parcialmente, o estudo e os movimentos daquelas populações, procura identificar suas causas e conseqüências, bem como explicitar as inter-relações destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer

³⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*, p. 4.

³¹ MOTTA, J. F. e COSTA, I. N. “Demografia Histórica: da sementeira à colheita.” In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 14, jan/dez, 1997, p. 52. Pode ser encontrado também no Endereço Eletrônico: <http://www.brnued/boletinsenha.htm>.

fontes que possam servir ao escopo. (...) Cumpre observar, ademais, que os resultados proporcionados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos da Ciência Social.³²

Em comunhão com a definição dos autores, partindo das fontes paroquiais e desse instrumental teórico-metodológico podemos ter clareza da viabilidade desse estudo em Demografia Histórica ou História Demográfica sobre a freguesia de Limoeiro.

A dissertação “**Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro – CE, (1870 a 1880)**” está dividida em três capítulos. Para compreendermos o lugar de onde falamos, suas singularidades e complexidades, num primeiro momento: **Fazendas, freguesias e vilas: Limoeiro no processo de colonização da ribeira do Jaguaribe**, fazemos um panorama histórico do processo de colonização cearense, no início do século XVII, a partir das instalações das fazendas de criar, atentando para aspectos econômicos, sociais e políticos inerentes à consolidação do povoamento em meados do século XVIII. Com ênfase na ribeira do Jaguaribe, chegamos a Limoeiro, parte integrante desse espaço e que foi elevado à categoria de vila na década de 1870. Ao nos determos em Limoeiro, damos prioridade aos seus primeiros donatários, fazendeiros, topônimo, capela, legislação que lhe dera o status de freguesia, vila e como se configurava espacialmente. Por nossa documentação ser de ordem eclesiástica, enfatizamos as circunstâncias em que ela foi produzida, os padres responsáveis pelo lavramento desses registros, sua oficialidade, lacunas e primeiros resultados seriais da dinâmica populacional, durante a década, através da contagem das atas de casamentos, batismos e óbitos.

Num segundo momento: “**População e família na freguesia de Limoeiro – (1870/1880)**”, para uma melhor compreensão sobre a população cearense no começo do século XIX, iniciamos o capítulo analisando os censos provinciais de 1804, 1808 e 1813, na tentativa de identificarmos peculiaridades e mudanças no processo de constituição social. Nessa perspectiva, com ênfase nas particularidades e pluralidades sociais de Limoeiro, a partir de dados relacionados à cor, condição social e divisão por sexo, identificados nos

³² Idem, ibidem.

registros de batismos, casamentos e óbitos, obtivemos índices populacionais relacionados a esses perfis, procurando perceber o que havia de mais comum nessa sociedade e para uma melhor compreensão da vila de Limoeiro inserida no contexto social da província dialogamos quantitativa e comparativamente esses dados com os do censo de 1872, bem como com o levantamento feito por Thomaz Pompeu em seu *Ensaio Estatístico para a Província do Ceará*.

Identificadas as particularidades e pluralidades sociais de Limoeiro, fizemos uma discussão historiográfica acerca da temática da família e, partindo do pressuposto da organização familiar através dos sacramentos cristãos do casamento, nos registros de casamentos identificamos a distribuição nupcial mensal, tendo em vista aspectos de ordem religiosa e econômica. Nessa discussão, enfatizamos ainda os entraves burocráticos criados pela Igreja: sociais, políticos e econômicos, na realização desse ato, enfrentados pela população livre e escrava.

Como consequência desses entraves ou por motivos outros, que variam entre escolhas, valores morais ou culturais, entre as formas de organização familiar, além da conjugal, estava, para a Igreja Católica, as famílias “transgressoras”, formadas por amores ilícitos, uniões concubinas ou consensuais. A partir de atas de batismos e óbitos quando indicam apenas a filiação materna e denominam os filhos de pais não casados ou mães solteiras de naturais, chegamos aos índices de “legitimidade” na formação das famílias livres e escravas.

A continuidade familiar se traduz na sucessão de filhos dessas famílias. E os assento de batismos são responsáveis pelos seus registros. A partir da análise dessas fontes identificamos índices mensais, que seguiam preceitos também de ordem econômica e religiosa, das fecundidades, natalidades, bem como, dos batismos da população livre e escrava. Com o batismo de um filho, além da incorporação reconhecida do mesmo ao seio familiar, o batizando com seus pais ampliavam os laços familiares, já que ele pressupunha também, apadrinhamento da criança. Por simbolicamente os padrinhos tornarem-se os pais espirituais e responsáveis pela formação moral e religiosa dos afilhados, a escolha dos compadres não se dava de forma aleatória, havendo, portanto, uma rede de preocupações, interesses e confiança em jogo, daí analisamos o

significado das escolhas por parte da população livre e escrava de seus compadres, “pais espirituais de seus filhos.”

Desse modo, após uma longa discussão a respeito dos modos de viver e de formação das famílias de Limoeiro, na década de 1870, finalmente em **As causas-mortes interrompendo a dinâmica sócio-familiar em Limoeiro - o último Sacramento como alento para uma boa passagem, (1870 a 1880)**, através dos registros de óbitos, abordamos questões relacionadas às mortes dessa população responsáveis pelo desmonte familiar, com um acréscimo extraordinário durante a seca de 1877-1879, suas causas, as que mais mataram durante todo decênio, a incidência por anos e meses e sobre quais grupos etários mais se concentraram. Finalmente, diante da alta mortalidade, sobretudo, no final da década de 1870, os socorros espirituais prestados pelos padres, as famílias limoeirenses, certamente foram fundamentais, haja vista os significados que adquiriam, na hora da partida. Na crença cristã, para que a alma fizesse uma boa viagem e pudesse descansar em paz no paraíso celeste era imprescindível que o moribundo recebesse a Extrema-Unção. Daí, analisamos também a simbologia ou sensibilidades envolvidas através desse último sacramento.

1º CAPÍTULO – Fazendas, freguesias e vilas: Limoeiro no processo de colonização da ribeira do Jaguaribe.

No início do processo da colonização brasileira, século XVI, as áreas litorâneas da Bahia a Pernambuco, parte integrante da região conhecida atualmente como Nordeste, passaram a desempenhar papel econômico importante para a metrópole portuguesa através da produção agrícola canavieira, com vistas à exportação do açúcar. A capitania do Ceará, além de outras sertanejas³³, como Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, que também compunham essa região, foram colonizadas a partir do século XVII, contando para isso com o desenvolvimento da pecuária. Essa distinção da ocupação humana entre as áreas do litoral e do sertão, segundo Caio Prado Júnior em *História Econômica do Brasil*, dividiu a economia brasileira em dois setores: o primeiro dirigido para os grandes produtos de exportação e o segundo voltado para a economia de subsistência cujo fim era manter em funcionamento aquela economia exportadora.³⁴

A lavoura canavieira foi gradativamente garantindo o monopólio das terras litorâneas, mais precisamente, da Zona da Mata por serem mais férteis e propícias para o cultivo, enquanto que os rebanhos foram empurrados para os sertões, onde criados de forma extensiva encontraram e garantiram também seu lugar de desenvolvimento, ao ponto de, com o passar do tempo, impulsionarem significativamente o comércio e, sobretudo, o processo de ocupação desses espaços.

A criação do gado ensejou o desenvolvimento da agricultura nas áreas sertanejas, destinada basicamente à alimentação da população nas fazendas. Os principais produtos cultivados eram principalmente mandioca, milho e

³³ Do ponto de vista natural e geográfico o Nordeste pode ser dividido em quatro grandes regiões: Mata, Agreste, Sertão e o Meio-Norte. A região da Mata situa-se a leste da região nordestina, estende-se do Rio Grande do Norte até ao sul da Bahia. O Agreste é uma região intermediária entre as áreas úmidas da Mata e secas do Sertão, acompanha sempre a porção leste do Planalto da Borborema, ao mesmo tempo em que avança para o nordeste no Rio Grande do Norte, e para o sul em Alagoas. O sertão ocupa aproximadamente 55% da região nordestina e cobre alta porcentagem dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Meio-Norte compreende extensa área do Piauí e do Maranhão onde dominam os cerrados, nas chapadas interfluviais e a floresta dos cocais nas baixadas e nas várzeas. ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986, pp. 25, 31, 38 e 46.

³⁴ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. 20º Ed. Editora Brasiliense, 1977.

feijão. Sobre os estabelecimentos das fazendas nos sertões nordestinos, prossegue Caio Prado:

A rapidez com que se alastraram as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma maneira geral, pelo consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira, o povoamento; doutra pela pequena densidade econômica e baixa atividade da indústria. Mas também pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas: levantada uma casa, coberta em geral de palha – são folhas de uma espécie de palmeira, a carnaubeira, muito abundante, que se empregam – feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento.³⁵

A cana-de-açúcar e a pecuária na medida em que disputavam território também se complementavam, haja vista o gado ter subsidiado os engenhos com alimentação, força motora, de modo a ter conquistado seu espaço no mercado, contando para isso com a grande vantagem de os rebanhos não necessitar de quem os carregasse, “eles são sós os que sentem nas longas marchas todo o peso do seu corpo e apenas faz necessário que haja quem os encaminhe.”³⁶ Além desses quesitos favoráveis ao desenvolvimento, os rebanhos forneciam ainda outra matéria-prima que supria de utensílios básicos as casas e acessórios de trabalho dos sertanejos, já que do couro, muito se fazia:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as broacas e surrões, a sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.³⁷

Segundo Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial*, os centros de irradiação das boiadas foram principalmente Bahia e Pernambuco: “pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde a Paraíba até o

³⁵ Idem, p. 45.

³⁶ ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Vol. 2º Série. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 140.

³⁷ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. 7º Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 170.

Acaraú no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o Rio São Francisco até o Sudoeste do Maranhão.” A ocupação do Ceará pela pecuária se deu, portanto a partir de duas rotas diferentes: “uma pela costa litorânea, saindo de Pernambuco em direção ao Maranhão e Pará e outra pelo interior vindo da Bahia e Pernambuco.”³⁸

No início do estabelecimento das fazendas todo o trabalho com o gado era destinado ao vaqueiro, geralmente um agregado responsável pela administração das mesmas. O vaqueiro não recebia salário em dinheiro e era remunerado pelo sistema de quarta dos rebanhos, ou seja, de quatro crias cabia-lhe uma, de modo que no decorrer dos anos podia, ele próprio, fundar uma fazenda. Com o passar do tempo, muitos fazendeiros com suas famílias se estabeleceram de vez nos seus domínios rurais. Em consequência disso, passaram a investir mais na estruturação dos mesmos que, conforme Capistrano de Abreu, foram ganhando a seguinte configuração:

(...) casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passar, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelões, cavalos de estimação, negros africanos não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abundância.³⁹

Na verdade, essas descrições contemplam as duas fases do regime pastoril que, segundo o autor, em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, no que diz respeito ao Ceará: a primeira caracteriza-se pelo absenteísmo, onde “homens ricos, moradores em outras capitanias, requerem e obtêm sesmarias para onde mandaram vaqueiros com algumas sementes de gado; eles, porém, em geral baianos, não visitam suas propriedades, contentes com o embolso do preço das boiadas.” Enquanto que na segunda fase “os fazendeiros vão se estabelecer em suas terras.”⁴⁰

A aquisição das terras estava condicionada à legislação régia onde através do sistema de sesmarias os donatários das capitanias hereditárias doavam lotes ou datas. As sesmarias, portanto, eram divididas em datas que

³⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*, p 172.

³⁹ Idem, ibidem.

⁴⁰ ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, pp. 140 e141.

geralmente tinham três léguas de comprimento com uma de largura e eram concedidas a pessoas interessadas em estabelecer seus engenhos ou fazendas de criar. Além de tornar a terra produtiva, entre outras obrigações, os sesmeiros eram incumbidos de efetivar maior controle sobre a capitania. No Ceará, as primeiras sesmarias datam da segunda metade do século XVII, em grande parte eram solicitadas por moradores de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e na maioria das vezes localizavam-se ao longo das margens dos rios, já que estes garantiam suplemento hídrico aos rebanhos.⁴¹

1.1 Consolidação do povoamento da ribeira do Jaguaribe.

Embora no início da colonização a atividade pastoril não tenha necessitado de muitos trabalhadores para a sua manutenção, a mão-de-obra livre e a escrava se fizeram presentes no estabelecimento das fazendas. Os escravos, de origem indígena e negra, se constituíam em menor número, pois nos sertões, a atividade pecuária era a única compensadora economicamente e geralmente os rebanhos não eram muito numerosos. E muitas vezes o fazendeiro não dispondo de capital, optou por escravizar o índio, que vivendo em abundância no Ceará, até a consolidação da ocupação, foi capturado e escravizado através da “guerra justa.” Desse modo, a presença do escravo negro nesta capitania, até meados do século XVIII, não alcançou grandes cabedais, uma vez que, ao contrário da cana-de-açúcar, a economia pecuarista não necessitava de tantos escravos, além de não comportar mão-de-obra de alto custo.

Nesse sentido, até o terceiro quartel do século XVIII, o pequeno número de escravos negros e as circunstâncias socioeconômicas amenizaram a discriminação e propiciaram um “relacionamento social abrandado” entre eles e seus proprietários. Alguns fatores teriam contribuído para esse processo social, entre eles, as próprias maneiras de trabalho em determinadas regiões, “onde o senhor vivia em contato mais direto e pessoal com seus escravos”; além disso, “as secas periódicas totais e parciais que, muitas vezes, aproximavam, na desgraça, senhores e cativos”; como também “a pouca

⁴¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. Fortaleza. Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002.

quantidade deles, relativamente pequena e dispersa, em poder de muitos senhores.”⁴²

Na realidade, de uma maneira geral, a organização do trabalho nos espaços das fazendas sertanejas fez com que a distinção de categoria entre trabalhadores livres e escravos – vaqueiros, agregados, dependentes, geralmente fiéis ao senhor e compartilhando as mesmas tarefas – se fizesse mais pela condição jurídica desses trabalhadores do que mesmo pelas formas de convivência e vida diária. Luiz Mott em seu estudo sobre o Piauí Colonial, nos proporciona semelhante observação:

A vida de um escravo vaqueiro, montado a cavalo, vagando e seguindo animais longe do curral de seu dono, livre do olho e vara do administrador, recebendo como alimentação diária ‘por média’ de 1 kg de carne fresca, ½ de farinha de mandioca, era seguramente diferente da vida dos demais, trabalhadores livres: camaradas, agregados, vaqueiros, companheiros no mesmo trabalho. A grande proximidade física entre brancos e negros – e a existência de um grande número de vaqueiros e agregados de cor empregados pelos donos e a existência de um grande número de agregados de cor empregados pelos donos das fazendas, para administrar a propriedade em seu lugar, contribuía para relativizar a distância que em outras áreas do Brasil tanto separavam os escravos do resto da população. A distância social no Piauí colonial parecia basear-se mais na relação livre/escravo do que senhor/escravo.⁴³

O parecer do inglês Henry Koster, em seus relatos sobre *Viagens ao Nordeste do Brasil*, na primeira metade do século XIX, não difere das conclusões dos autores em relação à convivência entre escravos e senhores nas propriedades rurais sertanejas:

Há um grande número de pessoas brancas e de cor que possuem dois ou três escravos, partilhando com eles o produto do seu trabalho diário, mesmo o serviço nos campos. Esses escravos são geralmente crioulos criados na família, ou africanos adquiridos muito moços, sendo considerados, no comum, como membros da família, dividindo com o amo o alimento que todos ganham. Esses escravos nos dias de festa, aparecem muito bem vestidos e têm mesmo um certo ar de independência, mostrando que se julgam cousa acima de simples mercadoria. A diferença dos sentimentos que um desses homens

⁴² SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*, p. 51.

⁴³ MOTT, Luis. Estrutura Demográfica de Iás Haciendas de Ganado de Piauí Colonial: um caso de poblamiento rural centrifugo. Comunicação apresentada na Conferência General de Union Internacional para el Estudio Cinético de Las Poblacion, México, agosto de 1977, p. 15.

demonstra com o seu senhor, e a que tem a generalidade dos escravos das grandes propriedades é espantosa.⁴⁴

Não obstante as distinções de relacionamento social entre senhores e escravos nas áreas pecuárias e canavieiras, ser sujeito, propriedade de outrem tira do homem a capacidade de agir segundo sua própria determinação, ou seja, liberdade, direito à cidadania. Portanto, não existe boa condição de escravo. Os castigos e as fugas, retratados pela Historiografia que estuda a escravidão no Ceará, por exemplo, evidencia, entre outras coisas, os maus tratos e o desejo de uma vida melhor, de ser livre. Não podemos esquecer ainda que o valor material do escravo, de uma maneira geral, para seus senhores sempre se sobrepunha em muito ao valor humano.

O trabalho escravo esteve presente em todos os campos, nas áreas rurais ou urbanas, isto é, “na pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravo de aluguel e de ganho.”⁴⁵ Nas áreas rurais, na lida com a pecuária, agricultura e serviços domésticos, agregados e escravos sob o domínio e “proteção” dos proprietários, compunham a unidade social das fazendas, caracterizadas e enlaçadas, portanto pelo patriarcalismo.

A unidade econômica da fazenda resultava da sua unidade social. Cada fazenda representava uma família, caracterizada pelo extremo patriarcalismo peculiar às coletividades pastoris. Laços de parentesco unem todos ao senhor. Havia os parentes sanguíneos (legítimos e ilegítimos) e o restante, em número maior, por parentescos canônicos ou convencionais. Nestes últimos, encontravam-se os moradores e agregados. São as relações do regime de compadrio dos regimes rurais.⁴⁶

As descrições de uma fazenda feita por Henry Koster, nos proporciona uma visualização sobre a ocupação espacial dessas famílias distribuídas nos domínios das mesmas: “cada fazenda possuía uma casa de tolerável decência,

⁴⁴ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003, p.530.

⁴⁵ FUNES, Eurípedes Antonio. “Negros no Ceará.” In: SOUZA, Simone de (org). *Uma Nova História do Ceará*. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 110.

⁴⁶ GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As Oficinas ou Charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 81.

onde residia o dono ou vaqueiro e, de ordinário, havia muitas casinhas espalhadas no campo circunjacente. Os currais são próximos à casa principal (...).⁴⁷ As fazendas eram dotadas de uma infra-estrutura mínima e auto-suficiente capaz de garantir a sobrevivência de todos. Maria Sylvia Porto Alegre define essa organização sócio-econômica desses espaços de: “indústria rural doméstica do sertão”, podendo ser distinguida em três setores.

O primeiro setor era composto por equipamentos básicos como os engenhos de rapadura e mel, as casas de farinha, os curtumes, e as olarias, que formavam a infra-estrutura da vida material. O segundo era constituído pela fabricação de artigos e objetos de uso diário, como louças, velas, sabão, chapéus, esteiras, calçados, ferraria, mobiliário, utensílios domésticos. Esse setor desenvolveu em torno das fontes naturais de matéria-prima com minas de barro, as matas de carnaúba e de madeira de vários tipos, couros e peles de veado e da criação miúda, os cascos de tartaruga, etc. O terceiro setor era constituído pelas manufaturas, compreendendo a fiação e tecelagem de panos e a confecção de rendas, bordados e labirinto.⁴⁸

Morando todos nas mesmas imediações, trabalhando para manter o sustento das fazendas como também para se auto-sustentar, fazendeiros, escravos e agregados comiam do que produziam: carnes, derivados do leite, legumes além de frutos nativos. Koster, das suas vivências em visita ao Ceará, no início do século XIX, descreve muito do cotidiano sertanejo e a passagem que segue pode nos dar menção dos hábitos alimentares dessa gente.

A alimentação do sertanejo consiste principalmente de carnes, nas suas três refeições, às quais ajuntam a farinha de mandioca reduzida a uma pasta, ou arroz, que às vezes o substitui. O feijão, chamado comumente na Inglaterra favas franceses, é a iguaria favorita. (...) surpreendeu-me verificar o limitado emprego do milho como mantimento, embora algumas vezes usado. A despeito de tudo fazem uma pasta de carnaúba e vi comer carne com coalhada. Os vegetais verdes não são conhecidos em seu uso e ririam à idéia de comer qualquer espécie de salada. Os frutos selvagens são numerosos e podem ser colhidos abundantemente, mas poucos tipos são cultivados, entre esses a melancia e a bananeira. O queijo do sertão é excelente quando fresco, mas ao fim de quatro ou cinco semanas fica duro e coriáceo.⁴⁹

⁴⁷ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 139.

⁴⁸ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Vaqueiros, Agricultores e Artesãos: Origens do trabalho Livre no Ceará Colonial*. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 20/21, nº ½, 1989/1990, pp. 18 e 19.

⁴⁹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 219 e 220.

Em linhas gerais, portanto, assim se configuraram as áreas agropastoris nos espaços sertanejos e, desse modo, o gado e a agricultura subsidiária ensejaram uma formação social e econômica que teve no trabalho livre e escravo o motor impulsionador. Todavia, até a consolidação das fazendas os conflitos entre os nativos e o invasor foram sangrentos e avassaladores em todo o Ceará. Desde suas primeiras visitas às terras cearenses, o colono europeu deparou-se com um grande contingente indígena, distribuído em várias tribos pelas serras, sertões e litoral. No início do processo de ocupação, houve muitos confrontos e muitas vidas foram ceifadas. Os conflitos entre os conquistadores e os índios cresciam na medida em que as terras iam sendo ocupadas pela pecuária e o nativo escravizado.

Desse modo, segundo Francisco Pinheiro, o projeto colonial ao optar por restringir o espaço indígena se deu de três formas principais: “extermínio, utilizando-se dentre outros meios a guerra justa, disseminação de doenças”; “criação das aldeias indígenas pelos missionários, para as quais o governo de Portugal doava uma légua em quadro” e por último optou-se em “expulsá-los para regiões ainda não ocupadas pelos colonizadores.” Assim, sob a égide da pecuária o Ceará foi esquadrinhado e reabitado sob os auspícios da violência, do conflito entre o “invasor” e os “donos da terra.”⁵⁰

Uma das medidas para a consolidação do projeto colonial na ribeira do Jaguaribe, um dos espaços cearenses onde se concentrou grande contingente indígena, se deu em 1696 com a construção do forte São Francisco Xavier. Este forte situou-se onde se localiza atualmente a cidade de Russas e representou um ponto de apoio essencial para garantir o avanço da pecuária.⁵¹ Antes, porém da elevação desse forte, no ano de 1689, nessa ribeira foram criados dois aldeamentos para colocar os Jaguaribara e os Paiacu. O estabelecimento dos aldeamentos, que tinham à frente padres jesuítas com a missão de catequizar os indígenas, instruí-los segundo a sua religião e convencê-los ideologicamente a aceitarem o novo modo de vida, contribuiu

⁵⁰ PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. 4º Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, pp. 27 e 28.

⁵¹ PINHEIRO, Francisco José. *Formação Social do Ceará (1680-1820): o papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Tese de Doutorado UFPE. Recife – PE, 2006, pp. 16 e 17.

para consolidar a conquista portuguesa e para redefinir o espaço cearense⁵², sobretudo porque a aldeia, entre outros fatores domesticava o índio e o qualificava para o trabalho.

Segundo Tristão Araripe, no final do século XVII os confrontos entre colonos e indígenas estavam muito acentuados. O conflito entre os nativos e os invasores trouxe represálias sangrentas. Por determinação régia, no início do século XVIII, foram organizadas quatro expedições: a primeira em 1708, sob o comando do capitão Bernardo Coelho com gente armada para destruir as tribos dos Icó, Cariri, Cariú, Caratiú e outras confederadas; a segunda deu-se em 1713, quando os Paiacu invadiram Aquiraz e os Areriú levantaram-se na ribeira do Acaraú contra os moradores dali; a terceira fez-se em 1721, quando por ordem do governador Salvador Alves da Silva, os Genipapo, no distrito de Russas, foram em diversas ocasiões acometidos pelos colonos; a quarta expedição realizou-se em 1727, quando o coronel João de Barros Braga subiu a ribeira do Jaguaribe, indo até os limites do Piauí, afugentando os gentios. A “guerra justa” ganhou foros e o fato é que estas expedições, “mataram muitos índios, aprisionavam grandes porções, trazendo-os cativos, de tal forma que da época dessa última excursão eles não apareceram mais reunidos em bandos.”⁵³

Não obstante a desarticulação da vida tribal, aos aldeamentos, a escravização, o amansamento, a redução a agregados de fazendas e forçamento da sociedade indígena ao contato com outros costumes, o etnocídio e o genocídio não se concretizaram, pois “a presença de índios, vivendo em pequenos enclaves, (os aldeamentos) e em meio à população circundante era maior do que se supõe.”⁵⁴ Além disso, o cabedal de experiência, os costumes impregnaram a sociedade brasileira, a população sertaneja. Para Girão, o indígena:

(...) simplificou os costumes portugueses, tomando-os naturais aquele jeito de viajar, alimentar-se, viver, bater-se, dormir. O sertanejo seminômade, o bandeirante, o vaqueiro só conheceram a rede de fio, que lhes legara o índio. Copiam dos índios o sistema de plantar as roças,

⁵² PINHEIRO, Francisco José. *Mundos em confronto*, p. 37.

⁵³ ARARIPE, Tristão de Alencar, *História da província do Ceará*, p. 73.

⁵⁴ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Documentos para a História Indígena no Nordeste*, p. 21.

pedindo assim a terra nova a mandioca, o milho, a batata, o fumo. O sertanejo passou a morar, trabalhar, caçar como o indígena.⁵⁵

A consolidação da colonização no Ceará deu-se em meados do século XVIII, portanto em menos de um século. Segundo Antonio Bezerra⁵⁶, somente no final do século XVII os primeiros currais ou fazendas começaram a ser estabelecidos na ribeira do Jaguaribe. Para o autor, dos anos de 1680 a 1690 pouco se conhece sobre o povoamento do interior cearense, mas sabe-se que o Capitão-mor Manoel de Abreu Soares desde o ano de 1683 povoava a ribeira do Jaguaribe, sendo, portanto “o primeiro descobridor e povoador.” No mesmo ano se situou Teodósio de Gracismán nas suas terras pertencente à segunda data, próximo da barra do rio Jaguaribe; João da Fonseca Ferreira, pelo mesmo tempo, pouco acima; em 1687 João de Souza de Vasconcelos em São João das Vargens (São João do Jaguaribe).” Em síntese, no início do século XVIII, eram conhecidos os seguintes currais nas margens do Jaguaribe:

O do córrego das Canavieiras, do tenente coronel Francisco Barbosa Colaço, que em 4 de novembro desse ano (1707) foi vendido ao comissário Teodósio de Gracismán; o do Aracati, dos herdeiros do capitão-mor Manoel Abreu Soares, vendido igualmente ao mesmo comissário em 6 de dezembro de 1701; o do Picada ou Cabreira, escrivão que foi do Almoxtarifado de Fortaleza; o de Araré, do Capitão Cipriano Lopes Pimentel, terceiro heréu na data do Jaguaribe (...); o do Figueredo, do coronel Gregório de Figuerêdo Barbalho, próximo ao riacho Araibú (...) o do Poço da Onça, de Manoel Rodrigues Ariosa. O do Araújo, fazenda do mesmo nome, os do Juazeiro e Tapagem, do capitão-mor Manoel Carneiro da Cunha; o de São João do sargento-mor João de Souza de Vasconcelos; o da Utuva, logo depois por corrupção Viúva, onde está hoje a povoação de Alto Santo da Viúva (...)⁵⁷

Baseado no levantamento do governador de Pernambuco José Cezar de Menezes, referente a esta capitania e suas anexas, para o período de 1774 a 1783, podemos compreender como estava dividida a população cearense nas quatro ribeiras que a compunha. Na ribeira do Ceará, composta pelas vilas

⁵⁵ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza. Programa Editorial Casa José de Alencar, 2000, p. 118.

⁵⁶ BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Ed. Fac. Sil. Fortaleza. Editora Minerva, 1918, pp. 62 e 79.

⁵⁷ Idem, p. 81. Sobre a distribuição de terras da ribeira do Jaguaribe entre esses respectivos donatários, bem como sobre a origem e laços de parentescos entre eles ver: NOBRE, Geraldo da Silva. *As oficinas de carnes do Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense LTDA, 1977.

de Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Parangaba, Mecejana e Baturité, havia 93 fazendas, 2.491 fogos e 7.600 pessoas. A ribeira do Acaraú, formada pelas vilas de Sobral e Viçosa Real, tinha 325 fazendas, 3.404 fogos e 11.220 habitantes. Na ribeira do Jaguaribe composta pelas vilas de Aracati, Russas e Quixeramobim havia 240 fazendas, 1.253 fogos e 5.449 pessoas. Finalmente a ribeira do Icó compunha-se de duas Vilas, 314 fazendas, 2.583 fogos e 9.112 habitantes. Em síntese, a capitania do Ceará no final do século XVIII concentrava 11 vilas e 972 fazendas de gado.⁵⁸

Desperta a atenção o número de fogos na ribeira do Ceará, 2.491 em relação à quantidade de fazendas, 93, para uma população de 7.600 pessoas. Dado que além de demonstrar uma população já acentuada, difere das demais ribeiras onde o número de fazendas equivaliam a duas ou mais de três centenas, como é o caso da ribeira do Acaraú, a mais povoada, com um total de 325 fazendas e 3.404 fogos distribuídos numa população de 11.220 habitantes. Já a ribeira do Icó, apresentava um total 314 fazendas, 2.583 fogos para uma população de 9.912 pessoas, assemelhando-se, portanto aos dados da ribeira do Jaguaribe, que apesar do bom número de 204 fazendas, mostrasse a menos povoada por apresentar uma soma de 1.253 fogos e uma população de 5.449 pessoas.

Como parte desse levantamento, temos dados que mostram para o ano de 1782, uma população de 61.408 pessoas, sendo 29.841 do sexo masculino e 31.561 do sexo feminino que viviam espalhados por essas vilas e povoações cearenses. Metade dessa população morava em quatro vilas, das quais: Icó, com 8.572 habitantes; Russas com 7.359; Viçosa Real (aldeia indígena) com 7.171 habitantes e Sobral com 6.207 habitantes.⁵⁹ Nota-se que na época, os maiores índices populacionais do Ceará concentram-se no vale do Rio Jaguaribe, isto é, nas vilas de Icó e Russas.

⁵⁸ MENEZES, José Cezar de. *Idea da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da biblioteca Nacional. 1923 (v. XL), p. 9.

⁵⁹ Idem, pp. 109 e 110.

1.2 No curso das boiadas pelo vale do Jaguaribe: fazendeiros, padres, políticos na transformação da fazenda Limoeiro em vila.

Raimundo Girão, através de uma longa descrição, nos apresenta as dimensões do Rio Jaguaribe, bem como de seus maiores afluentes: Figueiredo, Salgado, Banabuiú e Quixeramobim, de modo a nos ajudar a compreender o porquê da concentração de fazendas ao longo desse extenso percurso.

O Jaguaribe, com o desenvolvimento de 550 quilômetros, carrega as águas de uma bojuda bacia hidrográfica de 72.000 Km², quase metade da área total do Estado. Nasce na Serra da Joaninha, derivação de Serra Grande, corta na seção superior o planalto dos Inhamuns, magnífico para a bovinocultura e deságua no oceano, abaixo do local onde está a cidade do Aracati. A parte inferior, do mar ao Boqueirão do Cunha, cerca de trinta léguas, chama-se de Baixo Jaguaribe, aberta num vale de 80 mil hectares de terrenos aluviais, aptos as mais exigentes culturas se devidamente irrigadas, e cheios de belos carnaubais, (...). Na parte média a cima do Boqueirão do Cunha, infla-se noutro vale semelhante de 12.000 hectares, as chamadas várzeas do Icó ou ribeira do Icó e, ainda mais acima, ainda outro, as várzeas do Iguatu, de 10.000 hectares. Recebe dois afluentes importantes: à margem esquerda, o Banabuiú (o Rinaré dos indígenas), coletando com o subafluente – o Quixaramobim (antigo Ibu), as águas dos sertões centrais, e, à margem direita, o Salgado (antigamente o Jaguaribe-Mirim), que recebe as águas do vale do Cariri e, por intermédio do Riacho dos Porcos (antigo Quimami), as do extremo sul.⁶⁰

Abundância hídrica, várzeas férteis imensas, entre outros fatores, fizeram da ribeira jaguaribana formidável entreposto comercial, tendo em vista que as estradas que lhe atravessavam interligavam-na às outras ribeiras, além de ligar a capitania do Ceará às circunvizinhas. Sobre o assunto A. Otaviano Vieira Júnior nos fala:

Com a proliferação das fazendas que margeavam o Rio Jaguaribe, no início do século XVIII, formou-se a conhecida Estrada Geral do Jaguaribe, que partia da Vila do Aracati, atravessava a vila de Icó até subir o rio Salgado e suas nascentes. Da Bacia do Jaguaribe também se chegava aos campos criatórios de Piauí, passando pelo do Rio Quixaramobim através da Estrada Nova das Boiadas. Outro escoadouro da produção piauiense no território cearense era a Estrada

⁶⁰ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*, pp. 65 e 66.

das Boiadas que ligava a capitania do Ceará a Pernambuco e Rio Grande do Norte.⁶¹

De acordo com Lauro de Oliveira Lima, a primeira sesmaria do Jaguaribe foi concedida em 1683 a um grupo de fazendeiros do Rio Grande do Norte comandados por Manoel Abreu Soares. Seus limites estendiam-se da Barra, Oceano Atlântico, ao Boqueirão do Cunha, no alto sertão do Ceará. Essa sesmaria foi dividida em 15 datas, distribuídas entre Manoel Abreu Soares e seus 14 companheiros. Cada data media duas léguas de comprimento ao longo da ribeira do rio e uma légua de largura de cada lado do rio, ou seja, duas léguas no total.⁶²

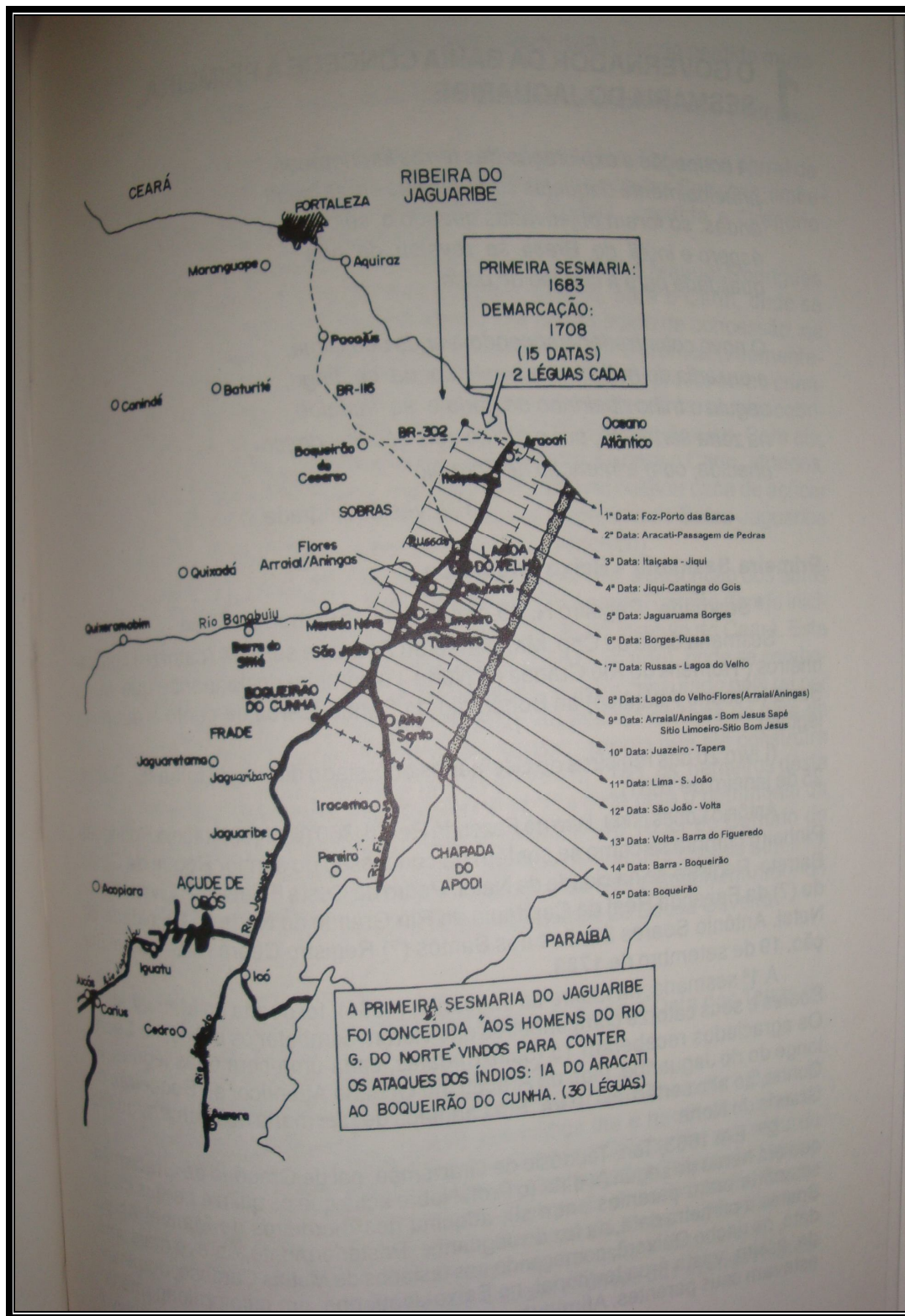
Ainda de acordo com o autor, a oitava data dessa sesmaria era de propriedade de Florência Dorneles, parente do Tenente Teodósio de Gracismã, dono da segunda data situada próximo da barra do rio Jaguaribe. Na data de Florência Dorneles, mais precisamente, na última meia légua correspondente à área de terras que antes teria pertencido ao Sargento-mor Pedro da Silva Cardoso, localizava-se o sítio Limoeiro. Não se sabe o destino que foi dado às terras deste proprietário, pois o nome de Pedro da Silva Cardoso desapareceu dos registros da época, existindo assim uma lacuna documental em relação a seus sucessores.⁶³ Através do mapa 01, podemos observar como ficou a distribuição das datas da primeira sesmaria pelas imediações do baixo Jaguaribe.

⁶¹ VIEIRA JR. A. Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004 p. 33.

⁶² LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida 1997, pp 110 e 116.

⁶³ Idem, pp. 110 e 112. Os sítios ou currais eram concessões de terras, geralmente formadas por lotes de uma légua em quadro, doada pelos sesmeiros a foreiros que se estabeleciam nesses lotes com suas reses. Esses arrendatários pagavam anualmente uma quantia em foro aos proprietários das sesmarias. ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*, p. 148.

MAPA 01: Primeira Sesmaria do Baixo Jaguaribe.



FONTE: LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

A legislação portuguesa exigia que o sesmeiro tomasse posse da terra e a tornasse produtiva em no máximo cinco anos, caso contrário a doação perdia a validade, podendo ser solicitada novamente e assim, “no período inicial quase metade dos solicitantes eram absenteístas, isto é, solicitavam a terra morando em outras capitanias e destes, muitos deixaram de ocupá-las, descumprindo uma das exigências da legislação sesmarial.”⁶⁴ As várias sesmarias concedidas no final do século XVII e no início do XVIII ficaram em parcial ou total abandono. Sem a demarcação exigida pela coroa muitos de seus requerentes, assim como outros que se apossavam das terras demarcadas, mas não ocupadas por seus sesmeiros, passaram a ser denominados de posseiros que se senhoreavam de porções da primitiva sesmaria. Em 1703, o governo régio mandou o ouvidor Soares Reimão tombar as terras das ribeiras do Jaguaribe, Acaraú e demarcá-las, o que levou alguns anos.⁶⁵

É provável, portanto que o então Sargento-mor Pedro da Silva Cardoso, um dos primeiros proprietários das terras onde se localizava o sítio Limoeiro, tenha sido um desses donos absenteístas que não cumprindo as exigências da metrópole as suas terras tenham passado para outros donos. Do estudo sobre a visita do ouvidor Soares Reimão em ralação a Limoeiro, Lauro de Oliveira, tirou as seguintes conclusões:

É provável que a data que compreende o sítio Limoeiro já estivesse dividida em diversos sítios em 1708. Como não se encontram nos arquivos, os autos das mediações de 1708, não se sabe se, na demarcação de Reimão, a data já era, toda ela denominada de Limoeiro, ou se já estava dividida em vários sítios. A primeira referência desse topônimo vem de uma certidão de batismo da escravinha Quitéria de propriedade de Manoel Ribeiro Bessa, dono do Sítio Juazeiro, datada de 1733.⁶⁶

Em relação ao topônimo, o autor acredita que, tanto pode estar relacionado ao Limoeiro de Pernambuco, haja vista muitos habitantes que povoaram as terras da ribeira do Jaguaribe, assim como todo o Ceará, terem vindo de lá, como também pode relacionar-se as explicações de caráter

⁶⁴ PINHEIRO, Francisco José. *Formação Social do Ceará (1680-1820)*, p. 11.

⁶⁵ ARARIPE, Tristão Gonçalves, *História da província do Ceará* p. 136.

⁶⁶ LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*, p. 112.

popular dadas para os nomes de Limoeiro de Pernambuco e Limoeiro de Anadia, em Alagoas, por esses topônimos terem se originado de um pé de limão onde se abrigava caçadores e comboieiros.⁶⁷ Conforme Eusébio de Souza:

Limoeiro deriva seu nome daquela grande árvore desse fruto, que crescia consoante a tradição, por trás da atual Matriz (Catedral), acreditando-se na falta de informes positivos ter sido plantada pelos índios que então habitavam as várzeas jagaribanas.⁶⁸

Portanto, “na falta de informes positivos”, muitas são as versões e poucas são as certezas. Os primeiros fazendeiros a estabelecerem-se em Limoeiro seriam originários de Pernambuco e pertencentes à família Rodrigues. Sobre a afirmativa podemos ler essa outra passagem do texto de Eusébio de Souza:

Essa fazenda, se este nome se puder dar a uma pequena porção de reses, era propriedade de Antônio Rodrigues, natural de Pernambuco, morador na vila do Aracati. (...) Segundo a tradição, fundado deste modo o primeiro estabelecimento, como seu administrador ficou um afilhado de Antonio Rodrigues de nome Manoel José da Silva, o qual com alguns escravos do padrinho, trazidos do Aracati, permaneceu por algum tempo nessa solidão, até que lhe veio uma companheira de Pernambuco constituindo o tronco de venerável prole povoou a ribeira e deu incremento ao núcleo e formação, e que tem ainda hoje, no município legítimos representantes.⁶⁹

Fazendas com pouco gado e escravos assemelham-se às características básicas de muitos dos pequenos proprietários que se estabeleceram nas ribeiras da capitania. Convém traçarmos mais alguns comentários sobre a trajetória dos Rodrigues, os primeiros fazendeiros de Limoeiro e mais uma vez, encontramos em Lauro de Oliveira Lima algumas explicações. Antonio Rodrigues da Silva era irmão de Manoel Rodrigues da Silva, poderosos proprietários de oficina de carne em Aracati.

As oficinas de carne ou charqueadas foram uma válvula de escape para os criadores de gado nordestino. Com a proliferação das fazendas, os fazendeiros cearenses da área litorânea se viram impossibilitados de concorrer

⁶⁷ Idem, p. 95

⁶⁸ SOUZA, Eusébio de. *Álbum do Jaguaribe*. (Org.). Belém: Empresa Graphica Amazônia, 1922, p. 73.

⁶⁹ Idem, p. 73.

comercialmente com os rebanhos oriundos dos sertões da capitania, como também de suas vizinhas.

As dificuldades e prejuízos nascidos das compridas travessias e o ônus decorrente do subsídio de sangue, que se cobrava à taxa de quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte réis por vaca, minando o lucro das boiadas, forçaram-nos a preferir a venda da sua matéria prima já industrialmente preparada, reduzida a carne e mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens.⁷⁰

Esses fatores ensejaram o surgimento das charqueadas, com fábricas de beneficiar carne instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, estendendo-se depois aos rios Parnaíba, no Piauí e Assú, no Rio Grande do Norte. Em fins do século XVIII, estava estabelecido o ciclo econômico das charqueadas, influenciando na dinâmica econômica, social e política do Ceará: “as boiadas que antes se deslocavam para as feiras pernambucanas e baianas começavam a rumar em direção à foz de suas próprias ribeiras.” Aracati, porto acessível relativamente próximo a Recife e a Salvador, antes de ser elevado à vila em 10 de fevereiro de 1748, “tornou-se o pulmão da economia colonial da capitania cearense, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transmitida.” Desse modo, “o litoral e o sertão interpenetravam-se comercialmente e os laços administrativos entre as duas zonas tornaram-se mais significativos.” Em 1781, existiam cinco oficinas em funcionamento em Aracati, sendo que uma delas pertencia ao Tenente Coronel Manoel Rodrigues da Silva.⁷¹

No início do século XVIII, a expansão da pecuária através da indústria da charqueada ensejou a transformação em vila de vários povoados, tais como: Icó – 1738, Aracati – 1748, Sobral – 1773 e Quixaramobim - 1789, isso porque, do ponto de vista comercial, “as vilas sertanejas atuavam como pontos de recebimento de gado e comercialização dos artigos manufaturados, ferramentas e utensílios importados, distribuindo-os às fazendas e povoados mais distantes.”⁷²

⁷⁰ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Op. Cit. 155.

⁷¹ GIRÃO, Valdelice Carneiro, *As Oficinas ou Charqueadas no Ceará*, pp. 105 a 110.

⁷² PORTO ALEGRE, Maria Sílvia. *Vaqueiros, Agricultores e Artesãos*, p. 06.

A família Rodrigues, dona de charqueadas no Aracati, ao estabelecer fazenda na ribeira do Jaguaribe, mais precisamente no sítio Limoeiro, fez desse espaço ponto estratégico, um entreposto de recebimento onde as boiadas vindas dos altos sertões pela estrada do Jaguaribe podiam se recuperar da jornada. Para se estabelecer em Limoeiro teria vindo um filho de Manoel Rodrigues da Silva que herdara o mesmo nome do pai e que depois de algum tempo passou a ser chamado de Manoel José da Silva. Manoel Rodrigues da Silva ou Manoel José da Silva casou-se em 1769, com Josefa Rodrigues da Silva, filha de Antonio Rodrigues da Silva.⁷³

Dos filhos do casal, Vicente Rodrigues da Silva se ordenara Padre e a partir de 1807, aparece em registros paroquiais como administrador dos sacramentos na freguesia de São Bernardo das Russas. Na época, diante da dificuldade de conseguir a nomeação de vigário para ficar a frente de uma povoação ou vila, pois se requeria entre outras coisas, “aprovação da população e o consenso das autoridades imperiais,” alguns padres do sertão optavam por construir sua própria capela nas fazendas onde moravam. Na sua fazenda, onde se formou a povoação de Limoeiro, Pe. Vicente “mandou construir um altazinho de madeira (...). Durante 37 anos, celebrou na sala da frente da casa onde morava, até ser consagrada e construída a capela por Bonifácio José Carneiro, (comprador de grande parte do sítio Limoeiro), em 1845.”⁷⁴ Esses espaços construídos pelos próprios padres para a realização dos sacramentos, sejam capelas nas fazendas ou altares fixos nas residências, denominavam-se de Oratórios Privados.

Portanto, até 1845 o sítio Limoeiro era uma dessas fazendas, certamente, residida por algumas famílias de livres e escravos que dependiam do Oratório Privado de Pe. Vicente para a realização dos ritos religiosos. Um documento expedido ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, pelos vereadores da Câmara de Limoeiro, aos 10 de julho de 1877, apresenta de maneira sintética, dados sobre a fundação da primeira capela de Limoeiro.

⁷³ LIMA, Lauro de Oliveira de. Op. Cit p. 174 e 181.

⁷⁴ Idem. pp. 176, 181 e 182.

Ainda no começo d'este século era conhecida no sítio em que hoje está plantada a florescente villa de Limoeiro, uma fazenda de criar pertencente á família Rodrigues -. Era em 1821, quando Francisco Rodrigues da Silva e o Pe. Vicente Rodrigues da Silva resolverão fundar naquelle sítio uma capella no intuito de alli congregando o povo, dar começo a uma povoação -. Então forão apenas lançados os alicerces da capella -. Em 1844 Bonifácio José Carneiro prosseguindo em dita obra conseguiu apromptar a capella mor, onde se celebrava -. É desse último anno que data a fundação da povoação do Limoeiro começando-se a edificar algumas cazas -. (...).⁷⁵

O documento deixa claro a necessidade de se edificar uma capela para que se pudesse dar início à formação de um povoado, e, assim, a fazenda Limoeiro, logo em seguida à construção do seu templo religioso, começou a intensificar o seu núcleo populacional. Esse fato evidencia a importância da religião católica, o significado que tinham seus rituais, seus sacramentos para a população que crescia em volta desses templos, tendo nos padres seus representantes, desempenhando papel de autoridades “ordenadoras” da vida comunitária. É sabido que o primeiro grau legal da povoação, como núcleo político administrativo, “era a implantação da capela, transformada, em seguida, em matriz, com a criação da paróquia. Só depois da criação da paróquia, a povoação era elevada à vila e, finalmente, à cidade.”⁷⁶

Parte da mesma correspondência da Câmara de 10 de julho de 1877 trouxe também as datas para a elevação de Limoeiro à categoria de freguesia.

(...) Em 1863, porém foi concluída a obra da capella, a qual recebeu a cobertura por ocasião de pregar neste lugar o Rdº missionário padre Agostinho-. Naquelle mesmo ano já referido foi a capella de N. S. da Conceição de Limoeiro de que se trata elevada a cathegoria de matriz sob a mesma invocação-. Seo primeiro parochio, o Rdº Francisco Ribeiro Bessa tomou posse da nova freguesia aos 16 de Fevereiro de 1864, em virtude da provizão do Exmº Snr. Bispo Diocesano, Dom Luiz Antonio dos Santos, 1º Bispo desta Dioceze da Fortaleza. - em 1871 a assembléia Provincial elevou a povoação do Limoeiro à categoria de villa, a qual foi inaugurada aos 30 de Junho de 1873 (...)⁷⁷

A freguesia de Limoeiro foi criada pela Lei provincial nº 1081, de 04 dezembro de 1863 e implantada em 1864. De acordo com a Lei provincial nº

⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Ceará, de agora em diante - (APEC) - Correspondência da Câmara de Limoeiro, 1873 a 1921, caixa 100, antiga 55 – A.

⁷⁶ LIMA, Lauro de Oliveira de. Op. Cit. pp. 216 e 217.

⁷⁷ APEC. Correspondência da Câmara de Limoeiro, 1873 a 1921, caixa 100, antiga 55 – A.

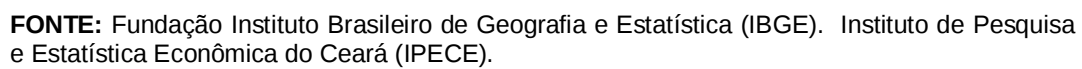
1.118, de 08 de novembro de 1864, a sede da paróquia inicialmente foi localizada na capela de São João do Jaguaribe. No entanto, a Lei de nº 1.358, de 04 de novembro de 1870, revogou esta determinação e Limoeiro passou a ser sede da freguesia. Esta freguesia compunha-se da Igreja Matriz, localizada em Limoeiro e das capelas de Tabuleiro de Areia, São João do Jaguaribe, Alto Santo da Viúva e Livramento. A Lei nº 1081 de 04 de dezembro de 1863, Art. 2º, estabeleceu assim seus limites:

Serão os limites dessa freguesia: pelo nascente a fazenda Quixeré; pelo norte o rio Jaguaribe, principiado da fazenda Arraial inclusive até a barra do Banabuiú; pelo poente o districto de Morada-Nova da barra do Riacho Livramento para cima, ficando pertencendo a esta nova freguesia os Riachos Livramento e Santa Rosa e a margem direita do rio Banabuiú desde a sua barra até os supracitados riachos Livramento e Santa Rosa.⁷⁸

De acordo com as Leis Provinciais, Limoeiro foi desmembrado da Vila de São Bernardo das Russas pelo regulamento nº 1402, de 22 de julho de 1871. Mesmo que só tenha sido implantada aos 30 de junho de 1873, desde então São Bernardo perdeu os Distritos de Tabuleiro de Areia, Alto Santo da Viúva e Livramento, que foram incorporados à nova vila. Pela Lei de nº 1.255, de 22 de dezembro de 1868, São João do Jaguaribe foi elevado à condição de Vila, desmembrando-se da de São Bernardo. Porém, antes da Vila ter sido inaugurada, esta Lei foi suprimida pela que criou a de Limoeiro, e assim, São João tornou-se distrito limoeirense. Livramento (atual Uiraponga), pelo regulamento de nº 1801 de 11 de janeiro de 1879, foi desmembrado de Limoeiro, passando a ser Distrito do Município de Morada Nova.⁷⁹ Para o período em estudo, essas, portanto, eram as áreas de jurisdição política e eclesiástica de Limoeiro. O mapa 02 compreende a divisão política administrativa do Ceará no ano de 1872, através dele podemos perceber melhor os limites e localização de Limoeiro dentro do contexto geográfico da província. O mapa 03, por ser atualizado, nos ajuda a localizar a antiga freguesia de Limoeiro, no espaço do Baixo Jaguaribe.

⁷⁸ Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, a partir de agora - (BPGMP) - Setor de Microfilmes. Leis do Ceará, período de 1835 a 1897. Rolos: 001 e 003.

⁷⁹ (BPGMP) - Setor de Microfilmes. Leis do Ceará, período de 1835 a 1897. Rolos: 001 e 003.



MAPA 03: Localização da antiga freguesia de Limoeiro no Baixo Jaguaribe.



FONTE: BESSA, Dom Pompeu Bezerra. "A Antiga Freguesia de Limoeiro: notas para sua História". Fortaleza, 1998.

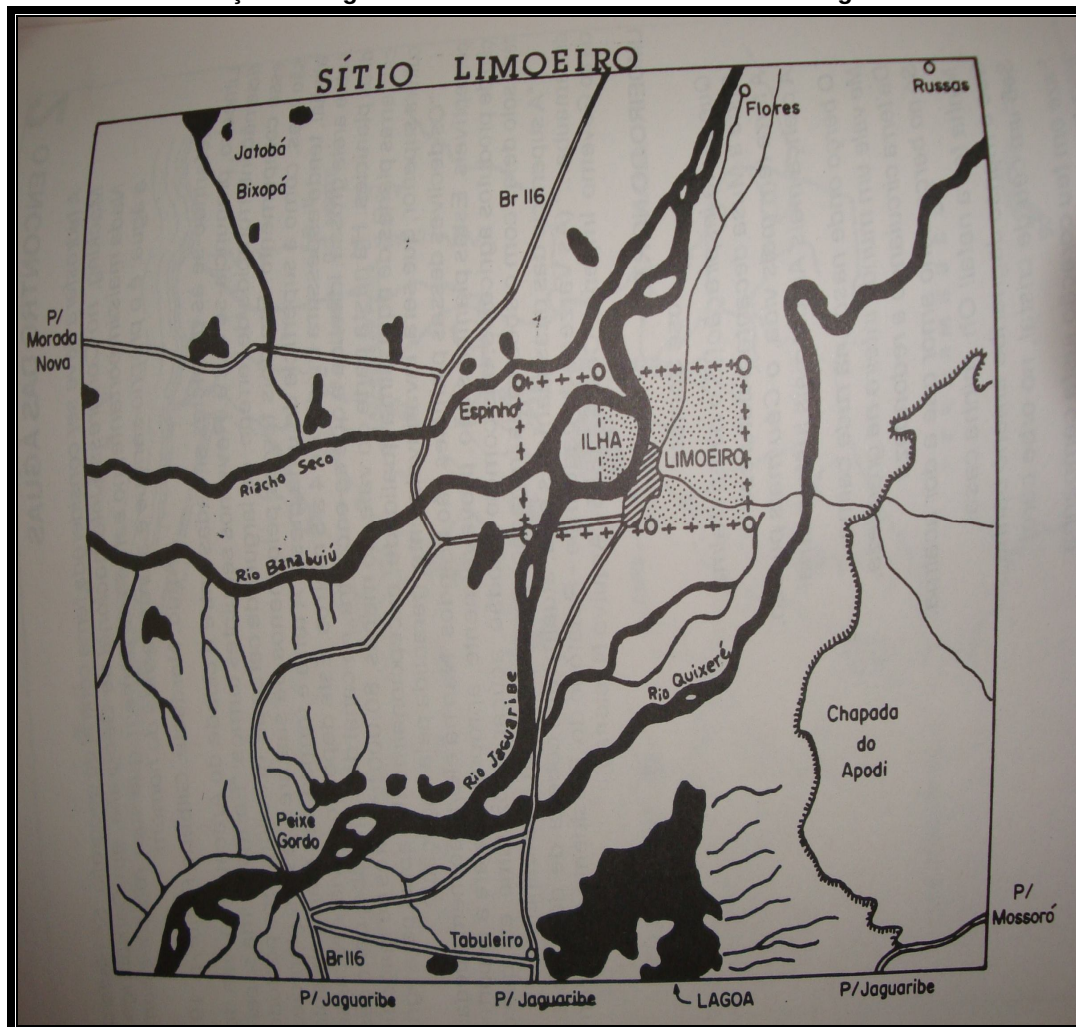
O Ofício da Câmara de Limoeiro expedido pelos vereadores ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, em 10 de julho de 1877⁸⁰, evidencia que a capela de São João do Jaguaribe foi edificada em 1736 e a de Tabuleiro de Areia foi construída em 1766, portanto um século antes da de Limoeiro, erigida em 1845. Desse modo, o que explicaria Limoeiro ter sido elevado à vila antes desses povoados, transformando-os em seus distritos?

Uma das possíveis explicações estaria na sua localização. Apesar de Limoeiro, diferentemente de Icó, Quixeramobim, entre outros povoados sertanejos, não ter conseguido se elevar à vila durante o século XVIII, momento auge da atividade criatória com o desenvolvimento das charqueadas,

⁸⁰ (APEC) - Correspondência da Câmara de Limoeiro, 1873 a 1921, caixa 100, antiga 55 – A.

desde o início, suas terras despertaram a atenção dos colonizadores cearenses. Além de fazenda, esse espaço transformou-se em importante entreposto das boiadas e concomitantemente num lugar de contato entre as vilas e lugarejos do sertão. Um dos critérios que muito contribuiu para que Limoeiro se transformasse nesse entreposto foi o fato de, como podemos observar no mapa 04, além de ser cortado pelo Rio Jaguaribe, localizar-se no ponto onde o Rio Banabuiú, um e seus principais afluentes, o encontra. Desse modo, além dos recursos hídricos, fundamentais para o desenvolvimento humano, a pecuária e a agricultura, Limoeiro, cercado por esses dois importantes rios, proporcionou o deslocamento e o comércio entre Aracati, várzeas do Icó, Sertão Central e Inhamuns.

MAPA 04: Localização hidrográfica do Sítio Limoeiro na Ribeira do Jaguaribe.



FONTE: LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

Além de explicações de caráter natural e econômico, talvez possamos encontrar outros possíveis esclarecimentos para o fato de Limoeiro ter sido elevado à vila antes dos povoados de São João do Jaguaribe e Tabuleiro de Areia conhecendo mais um pouco da trajetória de um dos principais responsáveis por sua elevação à vila, Francisco Ribeiro Bessa, primeiro padre a assumir a freguesia de Limoeiro. O paroquiato do padre Bessa durou de 1864 a 1876. Não se sabe ao certo, mas acredita-se que ele nasceu na Fazenda Alagoa dos Bois em Alto Santo, de propriedade de seus pais, Joaquim Ribeiro Bessa e D. Maria Izabel de Holanda. Desse modo, ele era descendente da tradicional família Ribeiro Bessa e Holanda Cavalcante, cuja presença é marcante nos registros paroquiais do período. Em síntese:

À família dos Ribeiro Bessa/Holanda Cavalcante, desbravadores das datas da primeira sesmaria do Jaguaribe (1685), mais precisamente da 10ª Data. Foram donos do Sítio Juazeiro (demarcado em 1708), desde o coronel Manoel Ribeiro Bessa, o qual fez batizar sua escravinha Quitéria na Fazenda Limoeiro, em 1733 (primeira notícia sobre Limoeiro). Este último foi também provavelmente um dos desbravadores do Sítio Limoeiro, que integrava com o Sítio Sapé e o Sítio Bom Jesus a 9ª data do Jaguaribe, antes da chegada dos Rodrigues da Silva (família de Pe. Vicente), que foram seus primeiros povoadores.⁸¹

Esse texto, portanto vem reforçar o já referido esquadrinhamento da ribeira do Jaguaribe em fazendas, seus primeiros proprietários e enfatizar a forte ligação entre os poderes religioso e político, na configuração do poder local. Além de padre de origem fazendeira, Francisco Ribeiro Bessa foi deputado provincial durante os anos de 1862-1863, 1870-1871, 1872-1873 e 1876-1877. Uma vez deputado ele pode usar argumentos frente às autoridades para defender seus interesses. Isso fica evidente ao observarmos um relato transcrito, dos anais das Sessões da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará, quando o padre/deputado, em 1868, interveio pela elevação de Limoeiro à condição de vila, em detrimento ao distrito de Morada Nova, também pertencente à vila de São Bernardo, que por sua vez, só conquistou esse status em 2 de agosto de 1876.

⁸¹ BRANCO, Mons. João Olímpio Castelo. *O limoeiro da Igreja: a história de Limoeiro do Norte a partir de seus párcos*. Fortaleza, Minerva Indústria Gráfica, 1995, p. 67.

“Sr. Presidente, tendo de votar contra o projeto em discussão, peço a palavra para dar à Casa as razões porque assim procedo. O município de São Bernardo, esse grande termo composto de sete distritos, tem necessidade de ser dividido, já para que o serviço público seja feito com mais facilidade, já para que a sua ação seja mais vigorosa; mas não vejo razão que prepondere a favor de Morada Nova para que seja a sede do novo município. As categorias dos lugares assentam sempre em duas bases: a primeira, a importância e grandeza do lugar; a segunda, sua centralidade territorial, e a favor da povoação de Morada Nova não milita nem uma, nem outra destas razões, porquanto, em relação à importância e grandeza, é inquestionável a povoação de Limoeiro, o mais importante de todos os povoados do município, depois da cidade de Russas e, quanto à centralidade territorial, esta razão limita a favor de Livramento ou de São João do Jaguaribe, por serem estes povoados os mais centrais do novo termo. Além disso Sr. Presidente, a sede do novo termo, que por ventura haja de criar-se, colocada na povoação de Morada Nova traz consigo um grave inconveniente esta povoação plantada a margem esquerda do rio Banabuiú, a meia légua de distância, fica ao norte do novo termo, segundo o risco traçado pelo projeto, ficando todo o termo para a parte do sul, e este terreno é cortado pelos rios Banabuiú, Jaguaribe, riachos do Livramento, Santa Rosa e Figueredo, de sorte que aquelas pessoas que tenham de transporta-se à sede do município para tratar de negócios do serviço público, encontrarão grande dificuldade nos obstáculos que na estação invernal lhes hão de opor os rios, quando nestes não há canoas para seus transportes”.⁸²

Os obstáculos naturais traçados pelo padre/deputado para a não elevação de Morada Nova à vila, haja vista as dificuldades de acesso da população à sede, nas invernações, não estão alheios a Limoeiro, por também ser cercado por rios. Mas, a partir desse relato podemos perceber mais alguns critérios fundamentais para que determinado distrito fosse elevado à vila. Quanto ao primeiro critério “necessidade de divisão do grande território de Russas, para que se possa administrar com mais facilidade e maior vigor”, está dentro das propostas e dos objetivos para a criação das vilas sertanejas, pois dividindo um grande território em pequenas unidades facilitava-se o ordenamento, fixação da população e conseqüentemente melhor controle sobre ela. Para Otaviano Vieira Júnior:

A formação de vilas se impunha como solução para o combate a dispersão, e tentativa de organizar o crescimento da população no sertão, área tida como distante do controle metropolitano. As vilas e as residências fixas iam paulatinamente ganhando um sentido espacial no processo de ordenação dos habitantes; combatiam o deslocamento das

⁸² Anais das sessões da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará. APUD - LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*, pp. 288 e 289.

famílias sertanejas, instigavam a formação de uma incipiente agricultura, e acima de tudo aumentava o poder fiscalizador das autoridades administrativas.⁸³

Ainda segundo o autor, outro critério fundamental para se elevar um lugarejo à vila era o número mínimo de cinquenta fogos ou casas. Em 1862, Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em seu *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, apresentou o número de casas de cinco das povoações que compunham a vila de São Bernardo das Russas, sendo que quatro delas, em 1871, viriam a formar a vila de Limoeiro:

A povoação de Limoeiro tem 36 casas de telha, e promete desenvolvimento; a do Taboleiro 35, sua capella de N. S. das Brotas é uma das melhores; a de S. João com 12 casas de telha arruinadas, e vae em decadência (...) a do Livramento tem 26 casas de telhas arruinadas; e a de Morada-Nova 28.⁸⁴

Portanto, pelo critério do número de casas desses lugarejos, quem apresentava maiores possibilidades de ter sido elevado à vila era Tabuleiro de Areia e Limoeiro. Tabuleiro de Areia não foi mencionado no documento acima talvez por não despertar interesse do deputado ou quem sabe por não atender a outros critérios como, por exemplo, “centralidade do lugar.” Já Limoeiro, que segundo o relato prometia desenvolvimento, é provável que nove anos após esse levantamento, ou seja, em 1871, já tivesse atingido o número de casas necessário para sua elevação à vila. E talvez também, levando em conta este critério, o deputado Bessa tenha conseguido tirar de São João esta categoria e dado a Limoeiro esse status. Mais uma vez fica muito clara a mescla que envolveu os poderes eclesiásticos e políticos para a criação da vila de Limoeiro.

Outro dado importante de ser observado é a quantidade de casas desses povoados. Já discutimos que em meados do século XVIII estava consolidado o processo de ocupação na ribeira do Jaguaribe. Segundo o levantamento de 1782, a pedido do governador José Cezar de Menezes para a capitania de Pernambuco e suas anexas, a freguesia de Russas tinha 123

⁸³ VIEIRA JR. A. Otaviano. *Entre paredes e bacamartes*, p. 54.

⁸⁴ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, p. 62.

fazendas, 1.027 fogos.⁸⁵ O fato de quase um século depois esses quatro ex-distritos de Russas: Limoeiro, Tabuleiro de Areia, São João e Livramento disporem juntos de pouco mais de 100 fogos ou casas em áreas urbanas, sem dúvida caracteriza que a freguesia de Limoeiro era formada por uma sociedade que vivia em sua grande maioria ainda dispersa e isolada nos domínios rurais.

Um relato do então padre e deputado ao presidente da província, João Wilkens de Matos, no ano de 1872, transcrito no livro do Bispo Dom Pompeu Bezerra Bessa (sobrinho bisneto de Francisco Ribeiro Bessa) “*A Antiga Freguesia do Limoeiro*”, dá uma visão geral das condições em que se encontravam a Matriz e as Capelas da freguesia na época de sua criação.

Esta Paróquia, Exmo. Sr., consta de 5 Igrejas, a saber: A Matriz, ereta nesta Vila, e as capelas de Tabuleiro de Areia, de São João do Jaguaribe, de Nossa Senhora do Livramento e de Alto Santo do Figüêredo. A Matriz acha-se em branco, interior e exteriormente, com exceção de uma das torres que, tendo sido construída, no fim do ano passado, ainda está na maior parte em preto. A Capela-Mor ainda não tem doiramento algum, e a entalha, por imperfeita, precisa de reforma. Quanto à nave, ainda estão sem assoalho os corredores e por constituir a Capela do Senhor Bom Jesus dos Passos, em uma das naves laterais; faltando também construir-se o adro e mudar-se o cruzeiro que, por muito contíguo à Igreja, que foi toda novamente reconstruída, se acha mal colocado. As capelas do Tabuleiro de Areia e do Livramento acham-se limpas e em bom estado, ressentindo-se apenas da falta de paramentos para a celebração decente do culto. A de São João de Jaguaribe também se acha limpa, porém o ladrilho se acha em péssimo estado e a nave interiormente precisa de alguns reparos, o adro e o cruzeiro estão ao todo deteriorados, de modo que só construídos, de novo. A do Alto Santo foi aberta, no ano passado, porém está em preto, interior e exteriormente, e precisa de alfaias e paramentos. Estas Capelas, recentemente, edificadas por um povo pobre, somente a expensas de seus sacrifícios, merece particular atenção dos poderes competentes.⁸⁶

Desperta atenção à estrutura decadente e a carência de ornamentos básicos na matriz e capelas da freguesia, no início dos anos de 1870. Como evidencia o texto, isso pode ser consequência da pobreza na região, onde uma população envolvida por efeitos da fé, mesmo com sacrifício, empenhou-se na construção desses templos. Além disso, de acordo com o levantamento a

⁸⁵ MENEZES, José Cezar de. *Idea da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas*, p. 6.

⁸⁶ BESSA, Dom Pompeu Bezerra. “*A Antiga Freguesia de Limoeiro: notas para sua História*”. Fortaleza, 1998. pp. 67 e 68.

pedido do governador de Pernambuco, em 1782, a freguesia de Russas tinha 4.525 pessoas em desobriga.⁸⁷

A desobriga consistia numa visita feita por um padre a um local onde não existia clero, igreja ou capela, nem oratório privado, afim de permitir aos seus moradores, receber os sacramentos católicos. Nos primeiros tempos de colonização, o religioso chegava a viajar por uma extensão de 30 a 40 léguas em lombo de animal. Para custear o deslocamento, era cobrada uma taxa de desobriga, geralmente uma quantia por boi que o fazendeiro ou morador possuísse.⁸⁸

Observando os registros paroquiais da freguesia de Limoeiro constatamos que, praticamente um século depois desse levantamento, essa prática ainda era corrente entre a população desses espaços jaguaribanos, uma vez que encontramos muitos casamentos e batismos realizados pelos padres com seus Altares Portáteis, quando em lombos de animais carregavam consigo imagens de santos e tudo o mais necessário para a realização dos sacramentos, em desobrigas nas fazendas onde não existiam Oratórios Privados. Se as desobrigas custavam caro, por que não investir no melhoramento das Igrejas ao invés de gastos particulares para obtenção dos sacramentos em suas casas? Esse fato certamente estava relacionado às distâncias espaciais entre as fazendas e os pequenos núcleos urbanos, ou até mesmo, do pequeno número de padres.

Ambrosio Rodrigues Machado e Silva foi um desses padres que realizou muitos sacramentos em desobrigas pela freguesia. No geral, os registros paroquiais da década de 1870 evidenciam a realização de 90 casamentos em desobrigas, (11%), para 721 celebrados na matriz e capelas dos povoados (88,9%). Os batizados em desobriga, segundo os registros, correspondem ao total de 443, ou seja, (16,3%) em relação a 2.272 realizados nas capelas e matriz, (83,6%). Portanto, a prática da desobriga ainda era comum na freguesia de Limoeiro na década de 1870, o que mais uma vez deixa claro a permanência de um número significativo de pessoas morando em fazendas, nas áreas distantes e isoladas dos pequenos centros urbanos.

⁸⁷ MENEZES, José Cezar de. Op. Cit. p. 6..

⁸⁸ FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: Documentos, notas e Ensaios Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza, Premius, 2003, p. 230.

Geralmente os registros eclesiásticos de Limoeiro só apontam os nomes das fazendas onde eram realizadas as cerimônias, tais como: fazenda Canto Grande, Lima, Serrote do Mato, Retiro, entre tantas outras. Muito raramente trazem os nomes dos proprietários como, por exemplo: fazenda Nova de Thereza Maria de Jesus, Cacimba da Pedra de José Gurgel, o que, de maneira geral, nos impossibilita saber quem eram esses fazendeiros que pagavam por missas, casamentos e batizados em suas residências.

Padre Ambrosio era fazendeiro e dentre as muitas propriedades que tinha, na da Barra do Figueiredo, hoje pertencente ao município de Alto Santo, possuía um Oratório Privado, no qual realizava casamentos e batizados. Durante a década de 1870, os registros apontam a realização de 40 casamentos e 125 batizados nesse Oratório.⁸⁹

Vale ressaltar que, não obstante na segunda metade do século XIX, no vale do Jaguaribe a realização desses rituais católicos nos lugares particulares ainda ser corrente, desde o século XVIII a Igreja já se mostrava contra essas práticas, uma vez que isso tirava o controle das autoridades eclesiásticas sobre os padres.

A igreja com o tempo passou a se preocupar com a disseminação dos altares portáteis, porque acreditou que poderia perder o controle sobre o que era ministrado, bem como poderia dar uma certa liberdade ao sacerdote diante da hierarquia eclesiástica. A vinda dos visitantes ao Vale do Jaguaribe, no decorrer do século XVIII, serviu para intimidar os que usavam os Oratórios. Um deles, em 1747, exigiu, providências contra o uso abusivo do altar portátil, tentando controlar dessa forma, o procedimento de padres que os usavam em suas fazendas.⁹⁰

No início do século XIX, o inglês Henry Koster, em suas viagens e ao passar pelo interior do Ceará, assim descreve os costumes de padres com seus altares portáteis.

Ouvi falar num hábito curioso que existe nessas regiões onde as moradas são tão afastadas uma das outras. Certos padres obtêm licença do bispo de Pernambuco e viajam nesses lugares com um altar portátil, construído para este fim, conduzido por um cavalo, assim como todos os objetos para as missas. (...) Eles, param erguem o altar onde

⁸⁹ Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte -(ADNL) - Livros de Casamentos 1 e 2, freguesia de Limoeiro e Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6, freguesia de Limoeiro.

⁹⁰ FERREIRA NETO, Cicinato. Op. Cit. pp. 228 e 229.

existe um certo número de pessoas que podem pagar para ouvir missa. E dita mais das vezes por três ou quatro shillings, mas quando um homem rico que tem orgulho de possuir um sacerdote, ou é muito devoto, dá oito ou dez mil réis, duas três libras, e há quem chegue a pagar 100 mil réis para ouvir uma missa, mais é raro. (...).⁹¹

Na realidade, as distâncias que separavam a população rural dos pequenos núcleos urbanos eram enormes. Os habitantes das fazendas só compareciam a esses lugares para cerimônias religiosas, bem como para a feira semanal. Até o início da década de 1840, como referido, Limoeiro não passava de uma fazenda que dispunha de um Oratório Privado onde o próprio dono, Padre Vicente, ministrava as cerimônias religiosas a seus residentes e passantes. Essa situação, no entanto, foi mudando paulatinamente, pois com a criação da primeira capela, em 1845, esse sítio começou a formar-se enquanto núcleo urbano e em menos de 30 anos, ou seja, no início da década de 1870, já deveria ter um mínimo de 50 fogos ou casas, afinal foi elevado à vila.

Não obstante uma maior intensificação urbana, a população rural era predominantemente superior e apesar do viajante inglês achar curiosa a presença dos altares portáteis nessa região. Na citação que segue, ele sai em sua defesa, pois acreditava que o catolicismo e suas práticas, por ser religião real ou racional, mantinha as regras da sociedade civilizada, se fazendo assim, necessário chegar aos lugares mais longínquos e a todas as pessoas.

Se essa tradição não existisse todo culto era impossível para os habitantes de muitos distritos, ou bem, eles não podiam assistir a um serviço religioso senão uma ou duas vezes por ano porque é muito para lembrar que algumas partes ficam a vinte e trinta léguas da igreja mais próxima e nessas paragens em que não há lei nem religião real ou racional, alguma coisa é melhor que cousa alguma. Seus batizados e casamentos guardam o ritual religioso e preservam do desaparecimento total as regras estabelecidas na sociedade civilizada. É o liame que prende todo esse povo e o sustente, no fio das idéias recebidas, juntos às populações maiores de outros distritos.⁹²

É interessante atentarmos para o fato de que a criação das freguesias como unidades eclesiásticas tinham como objetivos principais congregar, organizar e regular a vida dos católicos que viviam dispersos e isolados em seus pequenos mundos, nos sertões, pois segundo Capistrano de Abreu:

⁹¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 139.

⁹² Idem, p. 140.

Muito tempo viveu essa gente entregue a si mesmo, sem figura de ordem nem organização. Como eram católicos e a igreja obriga à freqüência dos sacramentos, naturalmente qualquer vigário ou algum mais animoso, mais zeloso ou mais cúpido saía de tempos em tempos a desobrigar as ovelhas remotas. Depois da instalação do arcebispado da Bahia, criaram-se freguesias no sertão, enormes, de oitenta, cem léguas e mais.⁹³

Além das desobrigas e do oratório privado, os registros paroquiais trazem também a atuação de Pe. Ambrosio na capela de São João. Quanto a outros padres da freguesia, com a nomeação e posse de Francisco Ribeiro Bessa, como vigário de Limoeiro, o padre Alexandre Correia de Araújo Melo lhe serviu de Coadjutor no período de 26 de maio de 1871 a 31 de outubro de 1874. Nessa condição, padre Alexandre várias vezes substituiu o vigário efetivo Bessa que sendo deputado provincial devia passar boa parte de seu tempo na capital da província, no desempenho de seu mandato legislativo.⁹⁴

Com o término do paroquiato de Francisco Ribeiro Bessa, em fevereiro de 1876, o segundo padre a ficar a frente da freguesia foi Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva, cuja atuação deu-se de 1876 a 1890. Todos os registros de casamentos, batismos e óbitos do período em estudo (1870 a 1880), portanto, foram assinados por esses dois padres. Uma das grandes críticas que se faz ao desempenho deles é o fato de Limoeiro não dispor de Livro de Tombo referente aos vinte primeiros anos de Paróquia, justamente porque eles não os fizeram. Dom Joaquim, na visita Pastoral de 1884, assim escreve: “não havendo Livro de Tombo nesta Paróquia, deixamos este que deverá de hora em diante, para este fim.”⁹⁵

Além dos padres Francisco Ribeiro Bessa e Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva, que tanto exerciam suas funções na Matriz, quanto nas capelas dos povoados, os registros paroquiais em estudo fazem menção aos serviços de outros padres. Durante alguns anos da década de 1870, o Padre Clycério da Costa Lobo, também foi Coadjutor de Limoeiro e residente em Tabuleiro de Areia e lá exerceu funções de vigário. No início desta década, os registros apontam ainda nesta localidade os serviços de dois outros padres:

⁹³ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Op. Cit. p. 174.

⁹⁴ BESSA, Dom Pompeu Bezerra. *A Antiga Freguesia de Limoeiro*, pp. 113, 114.

⁹⁵ BRANCO, Mons. João Olímpio Castelo. *O Limoeiro da Igreja*, p. 79.

Joaquim de Aragão Elba e Inácio Rolim de Souza. Padre Joaquim de Aragão era pároco da freguesia de Muribeca (Bispado de Pernambuco) e passou uma temporada em Tabuleiro, em tratamento de saúde. Padre Inácio Rolim esteve neste povoado exercendo seus serviços pelos anos de 1870-1871.⁹⁶

Para além dos padres acima mencionados, os assentos apontam a forte presença do padre João Leite de Oliveira na capela do Alto Santo e do padre Manoel Vicente da Silva Girão, em Livramento. Outros nomes ainda merecem destaque no desempenho de suas funções em toda a freguesia e principalmente em desobrigas nos oratórios privados, nas fazendas e sítios da mesma, como: Antônio Elias Saraiva Leão, Raymundo da Costa Moreira, João Vicente Ferreira, Manoel Rodrigues Campos, Trajano Estevão da Providência. Portanto, é do trabalho desses padres, entre outros anteriores e posteriores a esse período e dos registros escritos deixados por eles: casamentos, batismos e óbitos que se compõe o acervo arquivístico da Diocese de Limoeiro do Norte, (ADNL).

1.3 Os registros paroquiais e as evidências da dinâmica demográfica na vila de Limoeiro, década de 1870.

Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, além de evidenciarem a procura pelos sacramentos cristãos, são ricos em outras evidências sociais, tais como: nomes, datas, filiação, idade, cor da pele, estado civil, condição social, causas-mortes, entre outros. Desse modo são testemunhos demográficos por excelência e constituem a base documental desse estudo que tem como principal objetivo compreender a configuração sócio-familiar da freguesia de Limoeiro, na década de 1870.

Em termos de séries, com exceção das atas de casamentos para as quais não identificamos falhas em nenhum dos anos, nos registros de batismos e óbitos percebemos algumas quebras seqüenciais. Para os batismos a quebra na quantidade de registros a partir de janeiro de 1874 a junho de 1878 foi expressiva. Um dos problemas para essa falha está no livro de batismo de nº 05, que corresponde ao período de 1869 a 1884, cujo péssimo estado de

⁹⁶ Idem, pp. 114 a 116 e 145.

conservação impossibilitou a transcrição de muitos assentos. As folhas deste livro estão todas soltas e apesar de não dar mais para identificar a numeração das mesmas, devido aos estragos nas suas margens, pelo volume do livro acreditamos que muitas delas não existem mais.

Além disso, a grande maioria dos registros deste livro refere-se aos batizados realizados nos povoados, oratórios e fazendas da freguesia, o que nos leva a crer que deveria existir, para esse período, um outro só para os assentos de batismos de Limoeiro, livro este inexistente no Arquivo. Chegamos a essa conclusão porque, apesar de geralmente os registros paroquiais de toda freguesia serem separados apenas por categorias, ou seja, livros distintos para batismos, casamentos e óbitos, os registros de uma mesma ordem, independentemente dos atos terem sido realizados nas capelas das fazendas, dos povoados ou em desobrigas, vêm juntos num mesmo livro. No entanto, para os registros de óbitos, encontramos no livro 02 (1877 a 1878) somente as atas pertencentes às povoações de Tabuleiro de Areia, São João, Livramento e Alto Santo, enquanto no que livro 03 (1878 a 1886) foram registrados somente os assentos de Limoeiro.

A provável ausência de um livro de batismos no Arquivo da Diocese de Limoeiro referente aos anos de 1874 a 1878, para os registros da matriz, certamente deve-se à falta de cuidado com que essas fontes, ao longo de sua história, foram submetidas. Para essa conclusão, podemos nos apoiar nas observações de Sergio Odilon Nadalin em relação aos registros eclesiásticos das paróquias paranaenses, onde para o autor, de maneira geral, os padres cumpriam bem as tarefas no que se refere ao lavramento dos registros. No entanto, “a inexistência de fontes eclesiásticas nos arquivos locais na atualidade deve-se muito mais à falta de cuidados generalizados com a documentação do que o descumprimento da legislação da Igreja Católica.”⁹⁷

Quanto aos registros de óbitos, é importante ressaltar que mesmo a paróquia de Limoeiro tendo sido criada em 1864, os livros referentes a essas atas, ao contrário dos de casamentos e batismos, iniciam-se a partir de janeiro de 1873. No entanto, encontrei no livro 04 da freguesia de Russas, referente ao período de 1870 a 1872, assentos de óbitos pertencentes à freguesia de

⁹⁷ NADALIN, Sergio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*, p. 36.

Limoeiro, principalmente aos povoados de Tabuleiro de Areia e Alto Santo. Fato que ajuda a explicar os baixíssimos números de óbitos na tabela 01 referentes aos anos de 1870 e 1871. Desse modo, não podemos pensar, nem pretendemos trazer aquela verdade ou realidade histórica, mas possibilidades de análise e compreensão. Assim, para Thompson:

Nossa lógica é falível. Mas a multiplicidade mesma dos experimentos e sua congruência mútua limitam os perigos de erro. As evidências quanto a qualquer episódio particular podem ser imperfeitas: haverá muitas lacunas se examinarmos os resultados na forma dos fatos isolados em séries, mas sobrevivem evidências suficientes para revelar a lógica do processo, sua consequência, as formações sociais características e como ABC de fato dá origem a D.⁹⁸

Não obstante suas falhas, problemas, imperfeições ou lacunas inerentes a qualquer fonte histórica, os registros eclesiásticos ao trazer imagens fragmentadas, todavia, são significativos e não perdem seu valor para a história demográfica. Daí, endossados por essas evidências, esperamos construir uma “realidade histórica” que nos possibilite identificar aspectos da sociedade de Limoeiro nesse período.

Na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela existe “lá fora”, na história real. É claro que não existe realmente, como um plasma que adere aos fatos, ou como um caroço invisível dentro da casca das aparências. O que estamos dizendo é que a noção (conceito, hipótese relativa à causação) foi posta em diálogo disciplinado com as evidências, e mostrou-se operacional; isto é, não foi desconfirmada por evidências contrárias, e que organizava com êxito, ou “explica”, evidências até então inexplicáveis. Por isto é uma representação adequada (embora aproximativa) da sequência casual, ou da racionalidade, desses acontecimentos, e conforma-se (dentro da lógica da histórica) a um processo que de fato ocorreu no passado. Por isto essa noção existe simultaneamente como um conhecimento “verdadeiro”, tanto como uma representação adequada de uma propriedade real desses acontecimentos.⁹⁹

Ainda no sentido das lacunas na documentação, o padre Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva, na primeira página do livro três (3), referente aos anos de 1878 a 1880, deixou escrito a seguinte observação: “(...) A falta de

⁹⁸ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, p. 59.

⁹⁹ Idem, p. 54.

muitos assentos de morte que não se encontram neste livro e nem em outro lugar destinado para aquele fim, é devido a anormalidade da época toda dolorosa que causou as irregularidades dos ditos assentos. Villa de Limoeiro, 1º de Maio de 1878”.¹⁰⁰ A anormalidade toda dolorosa, diz respeito à exacerbação das calamidades com a recrudescência da seca de 1877-1879. Uma das principais características dessa seca para a freguesia foi a elevação exorbitante no número de mortes, o que certamente dificultou o trabalho dos padres quanto aos socorros espirituais ante a população moribunda e consequentemente o lavramento dos registros das centenas de mortos e até mesmo a realização de batismos e casamentos.

A ata da Câmara de Limoeiro, datada de 16 de maio de 1877, faz referência a um total populacional de 13.397 pessoas pertencentes à vila de Limoeiro.¹⁰¹ Desse modo, os 811 casamentos dispostos nas atas eclesiásticas da década de 1870 correspondem a 6% desse número populacional, os 2.715 batizados a 20,2% e os 2.190 óbitos a 16,3%. É interessante perceber que mesmo com a lacuna nos registros de batismos referentes ao período que vai do segundo semestre do ano de 1874 ao primeiro do ano de 1878, os batizados, até mesmo em 1879, ano de seca, se sobrepunham em muito ao número de mortes. Segundo Raimundo Girão, isso se explica pelo fato de nos sertões nordestinos a natalidade ser sempre maior do que a mortalidade e disso resulta o fato das famílias serem geralmente numerosas.

Uma das teses para o equilíbrio numérico dos agrupamentos de população são fatores essenciais à natalidade e à mortalidade, e nos sertões nordestinos, normalmente aquela supera esta vantajosamente. Sabe-se como são comuns quase a regra geral, as famílias numerosas no Nordeste. A proliferação restitui os desfalques da letalidade, estimando o crescimento populacional, sem precisar de reforços fora à imigração. Daí a linha essencial do conjunto demográfico nordestino.¹⁰²

Em relação ao número de filhos por família na freguesia de Limoeiro durante a década de 1870, do cruzamento de nomes entre os assentos de casamentos, batismos e óbitos encontramos 457 famílias com registros de

¹⁰⁰ ADNL – Livro de óbitos de nº 03, p. 01.

¹⁰¹ APEC - Correspondência da Câmara de Limoeiro, 1873 a 1921, caixa 100, antiga 55 – A.

¹⁰² GIRÃO, Raimundo. *A marcha do povoamento no vale do Jaguaribe (1600-1700)*. Fortaleza, 1986, p. 80.

apenas 1 filho, 96 famílias com 2 filhos, 22 famílias com 3 filhos, 4 famílias com 4 filhos, 5 famílias com 5 filhos, 1 família com 6 filhos e finalmente uma outra família com 7 filhos. O fato da grande maioria das famílias selecionadas ter apenas 1 filho pode estar relacionado a ocorrência de certamente, algumas famílias não terem batizado seus filhos, ou todos eles, bem como a ausência dos assentos, referentes aos anos de 1874 a 1878, o que representaria uma probabilidade de no mínimo mais três filhos para algumas delas.

Quanto aos dados gerais da população registrada nas atas eclesiásticas, a tabela 01 nos proporciona perceber a dinâmica populacional na década de 1870, no que diz respeito à realização anual dos rituais cristãos de casamentos e batismos, bem como o número de mortes.

TABELA 01: Casamentos, batismos e óbitos da vila de Limoeiro, segundo os registros paroquiais – 1870 a 1880.

Anos	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	Total
Casamentos	29	109	129	68	93	122	107	40	27	48	39	811
%	3,5	13,4	15,9	8,3	11,4	15,0	13,1	4,9	3,3	5,9	4,8	
Batizados	393	619	397	458	39	64	68	31	163	221	262	2715
%	14,4	22,7	14,6	16,8	1,4	2,3	2,5	1,1	6,0	8,1	9,2	
Óbitos	9	22	132	101	150	134	167	335	954	106	80	2190
%	0,4	1,0	6,0	4,6	6,8	6,1	7,6	15,2	43,5	4,8	3,6	

FONTES: (ADNL) - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Casamento 1 e 2 – freguesia de Limoeiro. Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6 – freguesia de Limoeiro. Livros de óbito 4, 6 e 6-A - freguesia de Russas; Livros de Óbitos 1, 2, 3 e 4 – freguesia de Limoeiro.

Numa análise sobre as quantidades, dos 811 casamentos, podemos perceber que a maior incidência se deu na primeira metade da década, cujos anos somam 67,5% dos registros. Nos anos de 1871, 1872, 1873, 1875 e 1876 o Ceará foi marcado por grandes invernos,¹⁰³ e os altos índices de casamentos nestes períodos certamente estão relacionados às boas produções agrícolas, advindas das fortes chuvas no sertão que garantiram ainda água em abundância e pastagens para os rebanhos. Uma boa safra para populações sertanejas era sinônimo de condições de manter e formar uma nova família.

¹⁰³ THEOPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará, (1877 a 1879)*. Fortaleza, Typografia do Libertador, 1883, p. 15.

Isso se justifica nos menores índices de casamentos que correspondem aos anos de seca, 1877 a 1879, bem como, ao ano de 1880 que somam 18,9% dos registros. O ano de 1880, embora tenha sido marcado pela regularidade chuvosa na província, certamente carregou marcas dos impactos negativos dos três anos de seca anteriores.

Os bons invernos no início da década de 1870 tiveram influência também no índice de natalidade da população de Limoeiro que aqui se traduz no número de batismos. Dos 2.715 registros analisados, 68,5% dos números correspondem aos anos de 1870 a 1873. A lacuna documental correspondente aos assentos de batismos referentes aos anos de 1874 a meados de 1878, impossibilita-nos de traçar comparações mais precisas sobre as taxas de natalidade entre os anos de invernos regulares e de seca na freguesia. Todavia, o baixo percentual de 17,3% para os anos de 1879 e 1880 deixa claro a quebra no índice de natalidade, consequência dos abalos socioeconômicos advindos da seca de 1877/1879.

Já os óbitos trazem fortes evidências da alta mortalidade em Limoeiro nos anos marcados pela seca com um percentual de 63,5% dos números para 2.191 assentos. Observando os números percebemos um salto significativo entre o ano de 1876 - (167 registros), que antecede a seca, para 1877 - (335 assentos), quando os números de mortes duplicaram. Durante a década a mortalidade alcançou o ápice no ano de 1878 - (954 registros), segundo ano de seca. Em relação ao ano de 1876, o número de mortes aumentou em mais de cinco vezes. Em síntese, parece não restar dúvidas sobre o quanto essa seca com os altos índices de mortes e baixos números de casamentos e batismos provocou quebras demográficas na dinâmica e na estrutura sócio-familiar na freguesia de Limoeiro. Sem dúvida isso resulta em parte da desestruturação econômica, acentuação das misérias: fomes, doenças, entre outros, que a acompanharam.

Na realidade, numa economia baseada na agropecuária os efeitos das secas são desastrosos, rios intermitentes como os da ribeira do Jaguaribe cortam seu curso, as lagoas esgotam suas reservas, sem a terra molhada não se podem plantar as lavouras, as pastagens para os animais não prosperam, sem chuvas enfim, como em qualquer tempo e lugar, morriam de fome homens e animais. Porém, ao fim das estiagens, os sertanejos estavam prontos para

recomeçar e aos poucos se refaziam, até que outra seca viesse e levasse com ela dias “tranqüilos” e a certeza de sobrevivência.

Apesar dos percalços das secas anteriores, sendo que a última ocorrera em 1845, no início década de 1870 a economia da região Jaguaribana, além da criação dos rebanhos e manejo da agricultura de subsistência, desenvolvia a cultura do algodão com destino à comercialização. Um trecho da correspondência dos vereadores de Limoeiro, enviada ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, datada de 10 de julho de 1877, nos apresenta os principais produtos agrícolas cultivados no período:

Além da cultura de milho, arroz, feijão e mandioca, vae-se desenvolvendo consideravelmente o algodão. O Pe. Alexandre Correia d'Araujo e Mello, parcho que foi da Catinga do Góes e depois coadjutor desta freguesia do Limoeiro, foi quem introduziu neste lugar o plantio do algodão, que tanto há contribuído para o incremento e prosperidade de todo o termo.¹⁰⁴

Por ser produto nativo no Brasil e utilizado pelo índio muito antes da chegada do europeu, o algodão há muito devia existir em Limoeiro. O que o padre Alexandre deve ter feito foi incentivar seu plantio tendo em vista o bom desempenho do produto no mercado exportador da província.

Segundo Raimundo Girão, por volta de 1777, “o algodão deixou de ser simplesmente matéria-prima de rudimentar indústria caseira na feitura de fios, panos grosseiros e redes de dormir”, abrindo o ciclo agropecuário do Ceará.¹⁰⁵ A produção comercial do algodão no Ceará foi impulsionada por fatores econômicos internos, e sobretudo por vários outros externos, entre eles a guerra de Independência americana que proporcionou o desenvolvimento dessa cultura na província:

O cenário mundial foi um dos grandes incentivadores da cotonicultura. A Revolução Industrial criou um ambiente técnico favorável à produção em larga escala de tecidos, daí aumentou a demanda de matéria-prima. A Guerra de Independência americana impôs a queda na produção de algodão dos Estados Unidos, gestando um crescimento da exploração cearense para suprir os antigos mercados americanos. Em fins do

¹⁰⁴ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100, antiga 55 - A.

¹⁰⁵ GIRÃO, Raimundo. *A marcha do povoamento no vale do Jaguaribe (1600-1700)*. Op. Cit. pp. 213, 216 e 223

século XVIII e XIX, o algodão se efetiva como poderosa atividade econômica, aliada a pecuária, e compunha parte do fisco metropolitano.¹⁰⁶

A vila de Limoeiro, passando a produzir o algodão em escala comercial somente na década de 1870, entrou, portanto, muito tardiamente no mercado provincial. Todavia, se essa cultura, a de subsistência e os rebanhos prosperavam, no final da década, com a seca de 1877-1879, o colapso foi geral e a economia foi totalmente destruída.

Trechos de uma correspondência da Câmara enviada ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, datada de 16 de maio de 1877, expõem o quadro de pobreza, fome e miséria pelo qual passava aquela população no primeiro ano da seca e o pedido de socorro, ante as autoridades provinciais para a população pobre.

(...) Cumpre dizer a V. Excia. que tem havido algumas chuvas pequenas, distanciadas umas das outras como tem acontecido em outros pontos da Província, que de nada hão servido para as lavouras, apenas produziram ramos em que as criações se tem alimentado sem o que teriam morrido como há sucedido em alguns lugares deste município em que tem e estão morrendo muitos, em consequência das rações haverem minguado especialmente no distrito de Alto Santo da viúva o mais criador entre os da Freguesia. Os recursos que existem nesta localidade são poucos ou quase nulos pelo que é de crer que não chegarão para todo o restante deste mês; e a excepção de algumas cazas que podem ter adquirido esses recursos para a sua subsistência, a classe indigente ficará depois desse tempo entregue aos horrores da fome e nudez, sem que os particulares lhes possam acudir com qualquer. (...) Ora sendo a população desta freguesia de 13.397 almas, como V. Excia. sabe, esta Câmara apenas julga que a 4ª parte della será unicamente a que possa subsistir com os recursos próprios ficando as outras 3 partes indigentes à mercê dos socorros públicos e particulares.¹⁰⁷

A impossibilidade de produzir as lavouras, a dificuldade de manter os rebanhos e de conseguir produtos alimentícios nos mercados devido ao alto preço, punha em cheque, dessa forma a sobrevivência da maioria da população de Limoeiro. Do total de 13.397 habitantes, a terça parte, o que representa aproximadamente 10.150 pessoas, era muito pobre e precisava de

¹⁰⁶ VIEIRA JR. A. Otaviano. *Entre paredes e bacamartes*, p. 36.

¹⁰⁷ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100 antiga 55 - A.

auxílios para sobreviver. A quarta parte dessa população, isto é, 3.250 indivíduos, era composta por uma minoria de abastados que possivelmente conseguiria sobreviver com seus próprios recursos, mas não tinha condições de “socorrer” a mais ninguém.

Portanto, não obstante o crescimento populacional de Limoeiro, enquanto vila, bem como, o incremento comercial advindo da produção algodoeira, essa sociedade na década de 1870, no geral, ainda guardava muitas características socioeconômicas daquela do início do século XVIII: vivendo ainda numa cultura com fortes traços agropastoris, onde uma pequena minoria conseguia sobreviver com seus próprios recursos, enquanto uma grande maioria dependia da caridade dos abastados, mantendo assim sólidas as relações sociais de poder geradas nas fazendas: “proteção paternalista sobre pobre-livres e escravos em troca de produção, submissão e lealdade.”¹⁰⁸

Se até então, em momentos de crise, os “coronéis-pais-patrões” cumpriam o papel de socorrer seus apadrinhados pobres livres e escravos, numa forma de assegurar o pacto de troca de favores, a tarefa de garantir o bem-estar público, no entanto, era responsabilidade do Estado. E para tanto, o “Ministério do Império destinava fundos para socorros públicos, aos quais os presidentes de províncias podiam ter acesso mediante autorização ministerial, ou em casos especiais, podiam abrir créditos sob responsabilidade própria no referido fundo.”¹⁰⁹

Na seca de 1877-79, o governo do Ceará criou em várias vilas e cidades comissões encarregadas de receber, guardar e distribuir socorros aos necessitados. Esses socorros geralmente eram gêneros alimentícios, que se constituíam “numa ração diária de carne seca e farinha” como recompensa para quem trabalhasse nas obras públicas.¹¹⁰ Em apelo ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, as autoridades políticas de Limoeiro, em trecho da ata da Câmara de 16 de maio de 1877, indicaram a

¹⁰⁸ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste*. In: Revista brasileira de História. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, Vol. 15. Nº. 28, 1995, p. 118.

¹⁰⁹ SOUZA, José Olivenor. “*Metrópole da fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879*”. In: SOUZA, Simone, Frederico de Castro Neves (Org.) *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

¹¹⁰ THEÓFILO, Rodolpho. Op. Cit. p. 164.

construção das obras mais urgentes como: casa de câmara e cadeia, reparos na igreja matriz e mercado público.

(...) Entre os meios de auxiliar á classe soffredora o trabalho é o mais pofícuo que as circunstancias atuaes pode valer a uma parte desta classe. Mas as outras partes que ficam e que não podem trabalhar, isto é, mulheres e crianças, de que hão de subsistir? Necessariamente é com os socorros públicos e particulares que devem ser-lhes applicados a meio de poderem subsistir. (...) Entre as obras de grande necessidade de que se recente esta vila são caza da câmara e cadeia, reparos na igreja matriz, arruinada pelo lado do consistorio e o mercado público para o qual esta câmara já fez a aquisição do terreno por doação, é esta obra à de que há maior necessidade na prezente quadra; por enquanto é neste edifício que em que podem chegar mais facilmente gêneros alimentícios ao alcance da pobreza á sombra dos regulamentos e posturas desta câmara. (...) ¹¹¹

O atual prédio da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, antiga Cadeia Pública, ainda guarda na sua faixa da indicação do ano de 1878 como data de sua construção. Além dessas obras, Theófilo menciona ainda outras para localidades da vila, como um açude para Tabuleiro de Areia e a aquisição de materiais para a capela de Alto Santo.¹¹²

A construção dessas obras seria, portanto, um meio de garantir trabalho à população da vila que não tinha condições de subsistir com os próprios recursos. Na realidade, o emprego dessa mão-de-obra na construção de obras públicas resulta de um discurso, segundo Olivenor Chaves¹¹³, proferido tanto pela imprensa como pela elite cearense que não viam com bons olhos a distribuição dos socorros públicos sem a prestação de serviços por parte da população pobre.

Como parte integrante dos socorros públicos, ainda na ata da Câmara de 16 de maio de 1877, os vereadores reclamam o envio de mercadoria para o porto de Aracati destinada à Limoeiro com a autorização da Câmara de lá, para que eles pudessem providenciar o transporte.

(...) Em relação finalmente dos socorros para indigentes, esta câmara reclama de V. Excia. a remessa para Aracaty de duzentos alqueires de

¹¹¹ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100 antiga 55 - A.

¹¹² THEÓFILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará*, p. 164

¹¹³ CHAVES, José Olivenor de Souza. *Fortaleza e os retirantes de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Dissertação de Mestrado em História: UFPE, 1995.

farinha, 50 de milho e 5 de feijão e 10 sacas de arroz, para ser esses gêneros divididos pelos cinco distritos que se compõem a paróchia, assim como a necessária autorização a câmara d'aquella cidade a fim de promover os meios de transportes de taes gêneros para esta villa. (...)¹¹⁴

Na realidade, os socorros alimentícios enviados pelo governo andaram muito longe de suprir as necessidades mais elementares da população interiorana. Sem comida, sem esperança de dias melhores, para não morrer de fome em seus espaços de moradia, as famílias sertanejas saíram em retirada em busca de sobrevivência. Como consequência dessa situação desesperadora, em trechos de outra correspondência da Câmara de Limoeiro, enviada ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, datada de 4 de outubro de 1877, encontramos referências dos migrantes do centro da província e de outras vizinhas que ficavam na vila de Limoeiro ou rumavam para o litoral. Limoeiro, uma vez localizado na Estrada Geral do Jaguaribe, se antes fora caminho por onde passavam os rebanhos, durante essa seca foi palco de retirada de um grande contingente populacional que migrava, sobretudo para Aracati e Fortaleza em busca de sobrevivência.

(...) passando a estrada real do sul da província pelo centro desta villa (...) por ella passa toda a emigração do centro desta e das províncias limitrophes, em procura do litoral. Porém, uma grande parte desta emigração, chegando aqui sem forças e faltando-lhe animo para seguir, tem-se aglomerado nesta villa e seus subúrbios, além de uma multidão crescida se acha disseminada por todo o território do termo, de sorte, que tendo esta freguesia cerca de quatorze mil almas acha-se hoje aumentada com oito mil emigrantes, crescendo progressivamente todos os dias. Recentemente, isto é, nos oito dias anteriores á data deste, tem chegado aqui uma multidão enormissima delles em estado lamentável e contristados de miséria e fome, seminus, cobertos de andrajos que mal encobrem as partes pudicícias, exhaustos de forças apresentando esqueletos vivos, não podendo mais pronunciar palavra, eles caem nas estradas, nas ruas e nas casas dos particulares. E à falta de alimentos, de pura fraqueza e debilidade. Este quadro pungente e sobremaneira afflitiva esta commissão presencêa-o a cada instante e não é possível acudir a tão grande número de infelizes nos momentos dessa extrema angustia. (...).¹¹⁵

¹¹⁴ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100 antiga 55 - A.

¹¹⁵ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100 antiga 55 - A.

Essa ata mostra, portanto, um pouco da situação dos milhares de migrantes que passavam ou permaneciam em Limoeiro. A localização de Limoeiro favoreceu a passagem ou permanência de retirantes, pois além de ser atravessada pela estrada real, era também uma área bem localizada em termos de recursos hídricos, já que a apenas dois quilômetros da sua sede se dava “a desembocadura de todas as águas do Jaguaribe e do Banabuiú, acrescidas dos riachos Figüêredo, Santa Rosa e Livramento, valentes tributos dos dois maiores rios do Estado.”¹¹⁶ Esses rios e riachos, embora tivessem seus cursos interrompidos, principalmente numa época de seca como essa, mas em 1877, primeiro ano de seca o qual se refere a ata da Câmara acima, certamente ainda sobreviviam nos seus leitos alguns poços ou cacimbas com água que pudesse aliviar a sede, além do que, cavando-se o chão podia-se encontrar esse precioso líquido em pouca profundidade.

Francisco Freire Alemão - um dos membros da expedição científica organizada pelo Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), que tinha como objetivos principais conhecer detalhadamente a geografia, os recursos naturais e as populações do território brasileiro - em dezembro de 1859, em seu diário de viagem de Aracati ao Icó, ao passar por Limoeiro fez referência a excelente água dos poços cavados no leito do Jaguaribe:

(...) excelente é água apanhada nos poços, ou cacimbas, ou covas feitas no leito arenoso do Jaguaribe, que passa a uns 200 passos da povoação, onde fomos ver; tem ainda alguns poços, mas essas só servem para o bebedouro dos animais e outros serviços. Cavando-se na areia dois palmos se obtém uma água cristalina fresca e saborosa, principalmente deixando-a repousar de um dia para outro.¹¹⁷

Além dos possíveis resquícios de recursos hídricos na vila de Limoeiro, nesse período de tantas misérias, ainda existiam pessoas de posses que, embora muitas vezes forçosamente dispunham de algum recurso para aliviar a fome de um grande contingente populacional que não tinha sequer os recursos silvestres. Esses recursos, embora prejudiciais à saúde, mas únicos com que podia contar a pobreza para suprir o organismo de parco alimento, estavam

¹¹⁶ SOUZA, Eusébio de. *Álbum do Jaguaribe*, p. 78.

¹¹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*: Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do estado do Ceará, 2006, p. 117.

acabando. É o que podemos observar em trecho do mesmo ofício da Câmara de Limoeiro de 4 de outubro de 1877.

(...) É tão desanimador o estado em que se acha a população deste município, que a comissão se vê atropellada diariamente com os indigentes, que lhes invade as casas, e se os encontram na rua cercam-nos e só os largam depois que lhes dá alguma coisa. Isto mesmo está acontecendo nos distritos com os particulares, que presumem com algumas posses ou que dispõe de algum recurso, porque a fome os obriga a entrar pelas casas e só sahem depois que se lhes dá alguma coisa com q`a mastiguem. Os recursos que os miseráveis buscavam pelas matas, palmito de carnaúba, macambira, xiquexique e outros estão acabados de maneira, que vendo-se exhaustos de todo e qualquer alimento, posto que bravio e agreste, recorram para os socorros oficiais e importunam as comissões e os particulares que os socorrem mal por nada mais terem de dar. (...) Este espetáculo em vez de diminuir seus efeitos, parece que vai recrudescendo de dia a dia!¹¹⁸

No primeiro ano de seca a situação, portanto, já era gritante. Mesmo que alguns abastados ainda dispusessem de recursos, diante de tantas misérias que os rodeavam, a certeza de que conseguiriam se auto-sustentar, certamente ia mingando no decorrer dos dois anos seguintes de seca. Quanto aos socorros públicos o documento da Câmara deixa muito claro que as comissões encarregadas pela distribuição dos mesmos não tinham mais nada para dar. Esse fato pode estar relacionado, entre outras coisas, à insuficiência dos produtos alimentícios remetidos pelo governo.

Nos assentos de óbitos do período ficaram muitas evidências do fluxo migratório que assolou a vila de Limoeiro nessa seca. Em 1878, ano de maior incidência de mortes, foram registrados dezoito (18) cadáveres de retirantes, sendo que a maioria foram encontrados na porta da Igreja Matriz, enquanto outros se achavam nas calçadas, em frente às casas de particulares. Apesar de se ignorar a idade, a filiação e a naturalidade, destes registros apenas quatro pessoas foram tidas como adultas, sendo em sua maioria crianças de até 10 anos de idade aproximadamente, que provavelmente morreram em companhia de seus pais e foram abandonados para que alguém providenciasse o sepultamento. Tendo em vista os relatos que a historiografia cearense que trata dessa seca faz a respeito dos milhares de cadáveres

¹¹⁸ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100 antiga 55 - A.

insepultos nas estradas que cortavam o interior da província, o abandono de cadáveres, sobretudo na porta da Igreja, poderia significar um pedido de socorro para que o pobre ser que morrera de forma tão miserável tivesse um sepultamento digno. O registro de nº 60, página 70 do livro de óbitos nº 01, traz exemplo de um dos casos encontrados em Limoeiro.

Aos 25 de Fevereiro de 1878 amanheceu na porta desta Matriz o cadáver de um parvulo retirante, de cor parda, parecendo ter um ano de idade, pouco mais ou menos, cuja filiação e naturalidade se ignora. Foi encomendado por mim abaixo assignado e sepultado no cemitério público desta Villa. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno. Vigo.

Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.

O fluxo migratório em toda a província foi consequência direta da insuficiente política de socorro público que se traduz nos atrasos, nas quantidades e no destino que as comissões responsáveis pela distribuição deram aos gêneros alimentícios. A incompetência na distribuição e os possíveis desvios são denunciados pelos vereadores de Limoeiro em Sessão Ordinária de 2 de Setembro de 1878, quando assim se referem, ao presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros:

(...) Este município Exm. Senhor é um dos que mais tem sofrido na quadra desolada desta terrível secca (...) pela grande necessidade que tem passado à população indigente (...). Não se sabe attinar se tais consequências se é porque os gêneros remetidos não chegam aqui a tempo do socorro, ou se porque não é em quantidade sufficiente ou se finalmente não são bem applicados em sua distribuição (...).¹¹⁹

Em relação aos desvios de recursos públicos na seca de 1877-1879 no Ceará, Frederico de Castro Neves afirma que “a corrupção se espalhava pelo terreno movediço da desorganização social.” Poucos comissionados foram punidos e muito do dinheiro investido nos socorros públicos serviu para enriquecer “as comissões, os comissionados, as subcomissionadas e protegidos em que ficaram muita casa-farta, muita grimpá erguida com os despojos da miséria.”¹²⁰

¹¹⁹ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100, antiga 55 - A.

¹²⁰ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 37.

Muitos desses protegidos com os recursos destinados para socorrer a miséria eram ex-abastados dos sertões que depois de perderem todos os bens, aproveitando-se do prestígio que tinham, foram para as áreas litorâneas sobreviver às expensas do dinheiro público. Portanto, esse período estabelece a seca tal como a compreendemos hoje: invasões de cidades, corrupção, saques, emprego de mão-de-obra flagelada na construção de obras públicas. Por isso a grande seca de 1877-1879:

(...) se tornou um marco na compreensão da problemática da seca e o impacto causado pelas cenas que então se desenrolaram fixou-se profundamente na cultura. Neste momento, a irregularidade de chuvas deixa de ser apenas uma questão climática para se tornar uma questão social, que a todos afeta e que o Estado brasileiro não poderá mais ignorar.¹²¹

Findou-se a seca de 1877/1878 e, segundo Thomaz Pompeu de Souza Brasil, o quadro geral do Ceará, podia ser assim avaliado:

O abandono do sertão foi completo, villas inteiras d'antes prósperas, ficaram com duas a três casas somente habitadas e estas mesmas porque o governo, já outro e mais inspirado, enviara todos os esforços para socorre-las. Fazendas de 200, 300 e 500 rezes ficaram reduzidas a nada. Os fazendeiros que tentaram as retiradas do gado para o Piauí ou perderam-no de moléstias ou pelo furto e extravio. Pelas estradas morreram famílias inteiras de fome, e muitas que conseguiram atingir ao litoral tão escaveiradas e enfraquecidas vinham que cahiam moribundas pelas calçadas e praças da capital e de outras cidades da costa. (...) A emigração para o Amazonas e para o Espírito Santo, Rio de Janeiro e S. Paulo tornou enorme o incremento. (...) Havia então na capital cerca de 180.000 pessoas, 100.000 no Aracaty e nesta proporção em Pacatuba, Arronches, Granja, Camocim, etc. (...) A população ficara reduzida talvez de um terço; cerca de 300.000 mil pessoas haviam falecido ou migrado. O governo geral despendera 72.000 contos, fora os subsídios da caridade particular. A província ficou arruinada; sua principal indústria, a criação de gado – quase extinta. A população despeçada e reduzida; a flora em grande parte morta; só a capital agüentou, devido grande parte ao affluxo de emigrantes e ao desenvolvimento do commercio.¹²²

Despovoamento do sertão, alta mortalidade, migração, redução dos rebanhos, extinção das lavouras, enfim, para os sobreviventes, certamente a

¹²¹ NEVES, Frederico de Castro. "A seca na história do Ceará." Op. Cit. p. 80.

¹²² BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. "Estado do Ceará na Exposição de Chicago." In: *DOCUMENTOS: Revista do Arquivo Público do Ceará – Ciência e Tecnologia*. Nº 01. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005, p. 34

esperança de vencer tantas misérias quase morreu junto a tanto sofrimento. No entanto, até junho de 1880 a possibilidade de começar de novo levou aos poucos a poeira da tempestade gerada por três longos e inesquecíveis anos de seca. Muitos até conseguiram retornar para seu torrão natal. Podemos viajar pelos sertões nas palavras de Theófilo com a chegada do inverno, em 1880:

O Ceará convalescia de pressa, graças aos terrenos prodigiosamente férteis. De todos os pontos do interior chegavam as mais gratas notícias sobre as lavouras. A terra descansada parece que desejava idennizar os lavradores dos grandes prejuízos. A população desfructava já os legumes frescos, o feijão, o milho verde, as fructas, melões e melancias. A vida de tão sadia alimentação, julgava-se feliz, embora ainda sangrassem as feridas abertas pela calamidade. O pouco gado que escapou o flagelo, gordo e forte, alegrava as campinas outr`ora mirradas e agora verdes e floridas! As vacas nos currais faziam recordar os tempos regulares. Davam leite em abundância, mais do que em tempo algum, talvez graças às fortalezas do pasto. Haviam voltado às alegrias a todas as habitações. Gozam de conforto da tranqüilidade enquanto não volta o flagello. (...) ¹²³

Tudo voltava ao normal até que outras secas viessem. Infelizmente nossa documentação não nos permite perceber e analisar o desfecho das migrações de famílias de Limoeiro rumo ao litoral em busca da sobrevivência. No entanto, não obstante toda a desestruturação econômica, alterações demográficas, quebras substanciais na dinâmica social: redução no número de casamentos e batizados, aumento no número de mortes, desmonte familiar, podemos perceber que parte considerável da população não migrou, certamente, além de pessoas abastados, famílias por eles ajudadas, bem como mantidas pelos socorros públicos, e para isso, mesmo nos anos marcados pela seca os sacramentos em torno da vida e da morte: casamentos, batismos e extrema-unção, independentemente da dinâmica e dos perfis sociais dos moradores de Limoeiro, continuaram ocorrendo.

¹²³ THEÓFILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará*, p. 442.

2º CAPÍTULO – População e família na freguesia de Limoeiro – (1870/1880).

No Brasil, pesquisas sobre a família são uma vertente privilegiada da Demografia Histórica. De acordo com Sheila de Castro, os estudos demográficos para o ocidente cristão desde cedo, revelaram que “a diversidade caracterizou a história da família ocidental, embora alguns traços comuns possam ser identificados. Talvez o mais correto fosse a pluralização do título: histórias das famílias, mesmo em si tratando do mundo ocidental.”¹²⁴

Segundo Eni de Mesquita, a temática da família só foi definitivamente incorporada à historiografia brasileira nos anos 80, pois nas décadas anteriores essa problemática era analisada especialmente por antropólogos e sociólogos. Até então, a contribuição dos historiadores nesse campo pode ser considerada restrita, uma vez que, “temerosos no enfrentamento das análises clássicas sobre o assunto, contribuíram com timidez reforçando os modelos institucionais e os estudos genealógicos.”¹²⁵ Nessa perspectiva, usaram claramente o viés do poder para entender a importância da família na sociedade. Ainda para a autora, as divergências e similaridades a respeito do modelo genérico de família brasileira levaram pesquisadores a buscar intensamente as fontes primárias disponíveis, e:

Os resultados que se apresentaram, revelaram, por sua vez, ser impossível conceber uma imagem de família aplicável ao longo do tempo para os vários segmentos sociais. Havia que se ter em mente as diferenças de raça e de classe para se entender a sociedade brasileira. Para o conjunto da população foram desvendados comportamentos, atitudes e valores que divergiam do ideal concebido no modelo de família patriarcal. Arranjos familiares alternativos, concubinatos e participação das mulheres nos processos sociais em curso, retomaram definitivamente a discussão das matrizes ideológicas resgatadas nos trabalhos clássicos do início do século XX. Indicaram também pela necessidade de se apreender as diferenças ao longo do tempo, regionais, de raça e de classe na formulação do conceito de família brasileira. Isso não significou, entretanto, que os autores tenham deixado de ressaltar a importância da família na sociedade brasileira como um todo ou indicado por rupturas nas redes de poder e de solidariedade entendidas como parte das estratégias familiares.¹²⁶

¹²⁴ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica ,p. 242

¹²⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*. Bauru - S P: EDUSC, 2003, p. 19.

¹²⁶ Idem, p. 21.

Na perspectiva da diversidade e pluralidade presente na sociedade brasileira, com relação à constituição de famílias, um estudo sobre a formação familiar de Limoeiro não poderia deixar de lado as complexidades para o conjunto dessa população, também plural.

Análises nos registros paroquiais de casamentos, batismos e óbitos, da década de 1870, nos levam a compreensões sobre a estrutura sócio-familiar da freguesia de Limoeiro, caracterizada por um índice muito superior de livres em relação aos escravos, de pardos sobre brancos e destes sobre negros. No que diz respeito ao perfil sexo, os batismos e óbitos evidenciam que embora o número de homens se sobrepusesse ao de mulheres, a disparidade entre os sexos não era tão acentuada. Esses homens e mulheres: brancos, pardos, negros, livres ou escravos viviam em famílias, sejam elas nuclear “composta por pais (viúvos ou não) e sua prole, se existente; matrifocal ou parcial, as que reuniam mães e filhos naturais; extensas, as que congregavam parentes outros além do grupo primário formado por pais e filhos.”¹²⁷

Através dos registros de casamentos chegamos a centenas de uniões matrimoniais como, por exemplo, a de João Eduardo de Souza Guerreiro e Anna Senhorinha de Senna Lima que deram o primeiro passo para a constituição familiar quando:

Aos vinte e sete de Fevereiro de mil oitocentos setenta e um o Padre João Vicente Ferreira Lima, de licença minha, administrou o sacramento do matrimônio aos contralventes João Eduardo de Souza Guerreiro e Anna Senhorinha de Senna Lima, e lhes lançou as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas José Bernardo da Fonseca Lima e João Chrisostomo de Souza Lima; ex. Rit Rum. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹²⁸

Bem como da família de Mathias e Manoella, escravos de João Gomes dos Santos que contraíram matrimônio.

¹²⁷ Sobre essas tipologias de famílias ver: FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José Roberto. “O que Deus extravia ninguém pacifica: parentesco e família entre os escravos de Vallim” In: CAMPOS, Adriana Pereira e SILVA, Gilvan Ventura da (Orgs.). *Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra*. Vitória: Flor & Cultura, 2007, p. 127.

¹²⁸ (ADNL) - Livro de Casamento nº 01, p. 74.

Aos sete dias do mês de janeiro de mil oitocentos setenta e cinco nesta Matriz do Limoeiro o Padre Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva administrou o sacramento do matrimonio aos contralventes Mathias e Manoella escravos de João Gomes dos Santos, e lhes lancei as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas Ignácio Mendes Guerreiro e Antonio Alves Ribeiro de Carvalho. E para constar mandei fazer este assemppto em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹²⁹

Talvez pela lacuna nos registros de batismos referentes à metade do decênio, não tenhamos encontrado referências aos filhos do casal de escravos Mathias e Manoella. No entanto, no registro que segue, encontramos um indício do prolongamento da família de João Eduardo de Sousa Guerreiro e Anna Senhorinha de Senna Lima, quando, aos 24 do mês de fevereiro de 1873, batizaram sua filha Joaquina:

Joaquina, filha legitima de João Eduardo de Sousa Guerreiro e Anna Senhorinha de Senna Lima, desta freguesia, nasceu aos 10 de fevereiro de 1873, foi baptizado solenemente nesta matriz aos 24 do mesmo mês e ano pelo Padre Alexandre Araújo Correia e Mello. Foram seus padrinhos: Francisco Rodrigues de Senna Lima e sua mulher Luzia Ferreira de Senna Lima. E para constar mandei fazer este assemppto em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹³⁰

Para além da formação de famílias pelo viés católico não podemos esquecer dos arranjos familiares enfatizados por Eni de Mesquita, para os quais os registros de batismos e óbitos trazem muitas evidências, como, por exemplo, o registro de batismo de Raymunda, branca, filha natural de Thereza Freire de Jesus:

Raymunda, branca, filha natural de Thereza Freire de Jesus, nasceu a 17 de abril de 1870, foi baptizada solenemente a 19 de junho do mesmo ano, pelo Padre Ambrosio Rodrigues Machado e Silva, no Oratório da Barra do Figuerêdo desta Freguesia de São João do Jaguaribe. Foram padrinhos: Manoel Martins Prado e Ruffina () de Jesus. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.

O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹³¹

¹²⁹ (ADNL) - Livro de Casamento nº 02, p. 115.

¹³⁰ (ADNL) - Livro de Batismo, 02, p. 184.

¹³¹ (ADNL) - Livro de Batismo nº 04, p. 72.

Esses exemplos representam apenas as centenas de outros casos que caracterizam a formação das famílias de Limoeiro. Assim como a família de João Eduardo de Souza Guerreiro e Anna Senhorinha de Senna Lima, Mathias e Manoella e Thereza Freire de Jesus, do cruzamento de nomes entre os registros de casamentos, batismos e óbitos chegamos a outras 219 unidades familiares na freguesia, que durante a década de 1870, contraíram matrimônio como, por exemplo: Manoel José da Silva e Raymunda Francisca da Anunciação, Francisco Gomes de Hollanda e Maria Francisca de Jesus, Ângelo José Rodrigues de Lima e Maria Florinda da Costa Freire; tiveram filhos, batizando-os, das quais 33 perderam um ou mais filhos e 18 dessas famílias um de seus cônjuges.

Já em relação às famílias consensuais do cruzamento de nomes entre os registros de batismo e óbitos, atentos a categoria filhos naturais, identificamos um total de 376 famílias que, embora não tendo passado pelo sacramento do matrimônio, batizaram seus filhos e, destas, 81 foram desmembradas pela morte de crianças, bem como de uma das mães: Antonia Maria de Jesus, que teve 6 filhos: Arlindo, Cosme, Pedro, Vicente, Gerencio e Jovino, perdeu dois deles (Gerencio e Jovino) e faleceu em 1878, sendo socorrida com os últimos sacramentos (extrema-unção). Na identificação e classificação dessas unidades familiares de Limoeiro durante a década, portanto, só foram contabilizados casais ou mães, cujo cruzamento de nomes nos proporcionou encontrar pelo menos o registro batismal de um filho ou de óbito de algum de seus membros.

Na realidade, de acordo com João Fragoso, um dos avanços nos estudos demográficos do Brasil foi - além do afogamento nos números que, “procuravam deslindar a caixa-preta chamada sociedade brasileira” predominante até a década de 1980 - ir um pouco mais além, e a exemplo da micro-história italiana, sem menosprezar as séries estatísticas, enxergar a vida escondida pelos números” e para tanto, uma maneira utilizada seria o nome, “já que esta técnica leva a mais nomes, a se afogar em nomes e assim poder-se-

ia chegar às relações sociais vivenciadas pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, seria aberta uma porta para o entendimento de sua sociedade.”¹³²

Desse modo, o estudo dos fenômenos demográficos através do método de reconstituição de famílias, no qual os nomes nos levam até as pessoas e estas às famílias, nos permite chegar mais próximo da lógica da sociedade estudada, das experiências e estratégias cotidianas de pessoas e de grupos sociais. A natureza de nossas fontes não nos permite identificar outros laços de parentescos além dos casais ou mães com seus filhos, quando crianças ou solteiros. No entanto, pelo caráter da estrutura econômica e social de Limoeiro no período em estudo: uma população que vivia em sua maioria no mundo rural, distribuída nas fazendas agropastoris, caracterizadas pelas relações patriarcais (entre proprietários, pobres livres, agregados e escravos), as famílias extensas, os núcleos familiares de convivência ampliados certamente predominaram.

Todavia, diante das múltiplas possibilidades de análises que os registros paroquiais oferecem, buscamos compreender como se compunha a sociedade de Limoeiro e, sob a ótica da organização familiar, como se caracterizava sua lógica na constituição de famílias, seja através do sacramento do matrimônio ou outras formas de uniões. Ainda nessa lógica, atentamos também para “o nascimento espiritual do indivíduo” pelo sacramento do batismo e as relações de compadrio nele envolvidas, tendo em vista que com esse ato, os laços afetivos ou de convivência familiar se ampliavam.

2.1 Composição populacional.

Em um período de meio século o contingente populacional do Ceará cresceu em mais de oito vezes. Segundo dados apresentados por Pedro Alberto Silva,¹³³ no ano de 1763, a população da capitania foi calculada em 17.010 habitantes, dos quais 2.128 eram escravos e 14.882 eram livres. Para o ano de 1813, o autor apresenta dados populacionais referentes a 148.745 habitantes, divididos entre 17.208 escravos e 131.537 livres. Esse rápido

¹³² FRAGOSO, João. “Afogamento em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/ 7 Letras, set. 2002, n.5, p. 62.

¹³³ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*, pp. 33 e 70.

crescimento demográfico deveu-se ao desenvolvimento da pecuária, bem como ao ingresso do algodão no setor exportador, que juntos demandaram incremento de mão-de-obra livre e escrava.

Segundo Maria Sylvia Porto Alegre, a partir do último quartel do século XVIII, a produção em larga escala, com vistas à comercialização do algodão, bem como de gêneros alimentícios como a farinha, teve forte influência na sobrevivência dos moradores, vaqueiros, agricultores e conseqüentemente no incremento populacional da província, pois:

(...) veio somar-se à fabricação de rapadura e mel dos pequenos engenhos de cana e ao fornecimento de carne e leite que haviam assegurado, até então, o crescimento vegetativo da população sertaneja. É importante observar que algodão e pecuária não se colocavam como atividades excludentes. Antes, pelo contrário, acomodaram-se uma a outra para formar as bases de um complexo socioeconômico que iria se consolidar no decorrer do século XIX. Ocupação de maior parte das terras produtivas pelos grandes proprietários, formação de uma reserva de força de trabalho livre, cobrança de renda da terra, vinculação dos pequenos produtores ao latifúndio, formas variadas de trabalho individual e familiar, parceria arrendamento, agricultura de subsistência: eis as bases do complexo algodoeiro-pecuário em formação.¹³⁴

Em relação ao aumento da população escrava na província com a entrada do algodão no comércio, ainda de acordo com Sylvia Porto Alegre, as plantações algodoeiras, assim como o manejo do gado, não exigiam grandes concentrações de escravos. No início, apenas os grandes plantadores agruparam muitos escravos, no entanto, logo percebeu-se que:

O ciclo vegetativo curto do algodão tornava desvantajoso o emprego do escravo, que ficava ocioso grande parte do tempo. Além disso, a colheita exigia vigilância redobrada, para evitar o contrabando nos algodoais, prática comum entre os escravos, que usavam ardis e subterfúgios de vários tipos para burlar a vigilância dos produtores. Logo se tornou clara a pouca vantagem do emprego de escravos numa região onde aumentava a presença de homens livres, índios, mestiços e pretos forros.¹³⁵

Os censos provinciais realizados na primeira metade do século XIX, no Ceará, nos permitem acompanhar aspectos relacionados aos perfis étnicos, à

¹³⁴ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Vaqueiros, Agricultores e Artesãos*, pp. 12 e 13.

¹³⁵ Idem, pp. 11 e 12.

condição social, bem como a dinâmica populacional dessa sociedade. Todavia, é importante esclarecermos que nesses censos existem algumas lacunas, de modo que só podemos encontrar contagens parciais para população da província. No recenseamento de 1804, apenas 11 vilas foram contabilizadas e no levantamento populacional de 1808, os cativos não foram incluídos. O censo provincial de 1813, mesmo tendo sido considerado o mais fidedigno da primeira metade do século XIX, falta detalhes importantes referentes à população livre e escrava de algumas vilas cearenses. Para a realização do censo de 1835, o presidente José Martiniano de Alencar, sem tempo suficiente para fazê-lo de forma total, já que tomara posse em 1834, recorreu a informações contidas no censo de 1813. Depois de “alguns ajustes”, chegou a conclusões sobre a população da província.¹³⁶ Já no Ensaio Estatístico da província do Ceará, de Thomaz Pompeu, para o ano de 1862, no que concerne aos perfis étnicos da freguesia de Russas, por exemplo, só aparecem números referentes aos brancos e aos pardos. Não obstante isso, os dados divulgados nesses censos nos possibilitam acompanhar, embora de forma fragmentada, o crescimento demográfico no Ceará, na primeira década do século XIX.

No recenseamento realizado no ano de 1804, a pedido do governador João Carlos de Oeyhausen, os números apontam para uma população de 85.726 habitantes. A freguesia de São Bernardo das Russas, à qual estaria vinculada a vila de Limoeiro até 1871, aparece nesse censo com um total de 7.465 pessoas distribuídas entre 3.753 brancos, 2.769 pretos e pardos livres e 943 pretos e pardos cativos.¹³⁷ Portanto, ainda com uma pequena maioria de brancos. A miscigenação, por sua vez, já era muito marcante entre a população livre e escrava, com uma maioria de pretos e pardos livres, em comparação ao número de pretos e pardos cativos.

De acordo com o levantamento populacional de 1808, feito a pedido do governador Luiz Barba Alado, o Ceará compunha-se de 125.878 habitantes, distribuídos numa população de 43.457 brancos, 12.383 índios, 23.444 pretos e 46.594 mulatos. Assim sendo, em geral na província nesse levantamento a

¹³⁶ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. Cit. pp. 67 a 76. Pelo fato de não termos encontrado dados do censo de 1835 referentes à vila de São Bernardo das Russas, como também, por considerarmos esse levantamento um dos mais problemáticos, haja vista ter sido feito em grande parte, com dados referentes ao de 1813, optamos por não incluí-lo em nossas análises.

¹³⁷ Idem, p. 67.

população de mulatos ou pardos se sobrepunha aos demais perfis étnicos. Como parte integrante desses dados, São Bernardo das Russas contava com um total de 10.767 habitantes, divididos entre 5.287 brancos, 43 índios, 2.276 pretos e 3.181 pardos.¹³⁸ Desse modo, acompanhando o crescimento demográfico da província, em relação ao recenseamento de 1804, Russas teve um aumento populacional de 3.302 habitantes. Ao contrário dos dados gerais do Ceará, a população branca desta vila ainda se sobrepunha às demais.

No censo provincial de 1813, a pedido do governador Manoel Inácio Sampaio, dos 148.745 habitantes (131.537 livres e 17.208 escravos), o Ceará apresentou um percentual de 41.659 brancos, 9.159 índios, 24.069 pretos e 73.821 pardos.¹³⁹ Como podemos perceber, o grau de miscigenação nesse período estava acentuadíssimo e o número de pardos correspondia à metade da população cearense, ficando em segundo lugar os brancos, os pretos em terceiro e num número muito reduzido a população indígena. Desse modo, “a miscigenação desses elementos se deu rapidamente, de tal forma que, nas primeiras décadas do século XIX, a categoria mestiço, os chamados pardos, já apareciam nos censos como predominante no conjunto da população.”¹⁴⁰ Henry Koster, a partir de suas observações sobre a cor da população nordestina, no início do século XIX, nos relata:

A cor do sertanejo varia do branco, os quais em pouco número, necessariamente, ao moreno-escuro, com tantas gradações que será raro encontrar-se dois indivíduos com a mesma variedade de coloração. Os filhos dos mesmos pais raramente têm a mesma cor e as diferenças são às vezes, sensíveis, e, em certos casos tão flagrantes que se podia duvidar da legitimidade, mas o fato é tão comum que a indecisão desaparece. Os descendentes de uma pessoa branca e outra negra, trazem a cor mais de um que do outro elemento e acontece que um segundo filho ostente a tez diversa do primeiro. Esses reparos não se aplicam ao Sertão exclusivamente, mas a todas as regiões que tive oportunidade de visitar.¹⁴¹

Essa profusão de cores é fruto de uma miscigenação que, segundo Eurípedes Funes, tem forte predominância do negro, que:

¹³⁸ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*, p. 68.

¹³⁹ Idem, p. 70.

¹⁴⁰ PORTO ALEGRE, Maria Sílvia. *Documentos para a História Indígena no Nordeste*, p. 21.

¹⁴¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 212

(...) na medida em que as fazendas de criar vão sendo estabelecidas ao longo dos rios, que configuram como caminhos naturais para a ocupação do sertão, os negros também foram ocupando esses espaços, não só como cativos, mas como trabalhadores livres, como proprietários.¹⁴²

De acordo com o levantamento de 1813, São Bernardo das Russas contava com uma população de 11.331 indivíduos, divididos entre 6.215 brancos, 886 pretos cativos, 1.134 pretos livres, 528 pardos ou mulatos cativos e 2.568 pardos livres. Assim, o número de pretos e pardos livres se sobrepunha ao número de pretos e pardos cativos. No entanto, ao contrário dos dados referentes ao Ceará como um todo, a população branca ainda se compunha de mais da metade, ou seja, 54,8% do total, ficando para a parda 27,3% e para os pretos um percentual de 17,8%. A população indígena de Russas não aparece no censo de 1813. A diferença no aumento populacional entre esse censo e o de 1808 foi bem menos acentuada, apresentando um aumento de 564 habitantes, em comparação ao acréscimo de 3.302 pessoas entre os anos de 1804 a 1808.

Em seu *Ensaio Estatístico para província do Ceará*, de 1862, Thomaz Pompeu, calculou uma população de 19.044 habitantes para a freguesia de São Bernardo das Russas, divididos entre 8.221 brancos e 8.823 pardos. Em relação à condição social, 17.044 livres e 2.000 escravos. Portanto, se compararmos esse levantamento com o de 1813, a vila de Russas permanecia em índices demográficos crescentes, de 11.331 para 19.044. A população escrava cresceu de 1.414 para 2.000 habitantes e o número de pardos, embora ainda com uma diferença mínima, passou a se sobrepor ao de brancos, numa análise geral, igualando-se aos das estatísticas da província. A população indígena, novamente não aparece nesses dados. Nos 49 anos que separam os levantamentos populacionais de 1813 a 1862, a vila de Russas teve um crescimento demográfico de 7.713 habitantes, portanto não tão acentuado quanto o verificado entre os anos de 1804 a 1808, cujo aumento, já referido, nesses quatro anos, foi de 3.302 pessoas. Além de falhas e lacunas nesses recenseamentos, dificilmente outros fatores explicariam um crescimento populacional significativo de 3.302 habitantes em quatro anos na vila de São

¹⁴² FUNES, Eurípedes Antonio. *Negros no Ceará*, pp. 103 e 104.

Bernardo das Russas, em contrapartida a um aumento de 7.713 em 49 anos, ou seja, em praticamente meio século.

Como parte integrante da vila de Russas até início da década de 1870, Limoeiro herdou muito desses traços na sua formação social. Analisando os registros paroquiais desta vila no período, praticamente não encontramos referências indígenas na documentação, com exceção de dois registros de batismos do ano de 1870, onde localizamos a condição de mameluca para duas meninas.

Aos 16 de Outubro de 1870, no Oratório Privado do Sítio Reforma da Freguesia de São João do Jaguaribe, foi solenemente baptizada a infante Maria, mameluca, filha legitima de Manoel Ferreira da Silva e de Maria Delmira de Jesus, parochianos da mesma Freguesia, pelo Reverendo Antonio Elias Saraiva Leão, de licença minha, o qual lhe pôs os Santos Óleos, nascida no dia 3 de agosto deste mesmo ano, sendo seus padrinhos, José Freire da Costa, por seu procurador Lucas Luis Saraiva de Lima e Francisca Clara de Jesus. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

O Vigário Francisco Ribeiro Bessa¹⁴³

Aos 16 dias do mês de Outubro de 1870, no Oratório Privado do Sítio Reforma da Freguesia de São João do Jaguaribe, foi solenemente baptizada a infante Agostinha, mameluca, filha legitima de Antonio Manoel da Costa e de Jardimina Maria da Conceição, parochianos da mesma Freguesia, pelo Reverendo Antonio Elias Saraiva Leão, de licença minha, o qual lhe pôs os Santos Óleos, nascida no dia 10 do mesmo mês e ano, sendo seus padrinhos, Manoel ferreira da Silva, por seu procurador Lucas Luis Saraiva de Lima (não traz o nome da madrinha). E para constar mendei fazer o presente em que me assigno.

O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹⁴⁴

Observando as tabelas seguintes, referentes aos batismos e óbitos da freguesia, vamos perceber uma forte presença de pardos e brancos e em menor quantidade de negros. Daí, não nos parece absurdo mensurar que nessa profusão de cores, no que diz respeito à parda, existir a presença de remanescentes indígenas fruto da miscigenação na região, não só do branco com negro, mas também destes com o índio.

No ano de 1872, o Brasil realizou o primeiro censo nacional. Neste, o Ceará aparece com uma população de 721.713 habitantes. Quanto à condição

¹⁴³ (ADNL) - Livro de Batismo nº 01, p. 87.

¹⁴⁴ (ADNL) - Livro de Batismo nº 01, p. 88.

social, essa população estava dividida em 689.800 livres e 31.813 escravos. Como já vinha ocorrendo nos censos provinciais, o percentual étnico mostrou uma maioria de pardos com 357.420, os brancos em menor quantidade ficando com 268.863 dos números e em muito menor proporção à população negra com um total de 42. 593. São Bernardo das Russas, com o desmembramento de cinco de seus distritos em 1871, no censo de 1872 apresentou um quadro de 14.340 habitantes, com 14.041 livres e 299 escravos.

Este censo também traz dados sobre o percentual étnico segundo a condição social. Para o Ceará, do total de 357.420 pardos, 339.166 eram livres e 18.254 eram escravos. Quanto aos pretos, o levantamento populacional de 1872 apresenta a soma de 42.593, sendo que 28.934 eram livres e 13.659 tinham a condição de escravos.¹⁴⁵ O que significa dizer que, por essa época na província, se compararmos os números de pardos livres e escravos com os de negros livres e escravos, o total de escravos que trazem a cor negra supera o que traz a cor parda. Limoeiro, na condição de vila desde 1871, já aparece nesse levantamento com uma população de 13.397 habitantes divididos entre 12.478 livres e 919 escravos. A tabela abaixo traz dados referentes ao percentual étnico da população batizada na freguesia de Limoeiro durante a década de 1870 e como podemos perceber os dados, de uma maneira geral, refletem as informações oficiais desse censo.

TABELA 02: Percentual étnico da população da freguesia de Limoeiro, segundo os registros de batismos - (1870 à 1880).

Brancos	Pardos	Negros	Mulatos	N.t.c	N.t.c.s	Total
988	1262	77	25	344	19	2.715
36,3	46,4	2,8	0,9	12,6	0,9	100%

FONTES: (ADNL) - Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6, Freguesia de Limoeiro.¹⁴⁶

Os dados da tabela 02 resultam em 2.352 registros, ou seja, 86,6% dos casos analisados e 344 assentos em que, devido a um significativo número de

¹⁴⁵ FUNES, Eurípedes Antonio. *Negros no Ceará*, p. 105.

¹⁴⁶ A esse total de 2.715 assentos, somam-se ainda os registros de onze (11) crianças que trazem a cor semi-branca, um (01) escravo da cor crioula e um menino livre da cor cabra, essas designações, assim como os pardos, advêm da misturas de raças e de cores. Os registros trazem ainda dois (02) assentos de crianças brancas que não foi possível identificar o sexo, bem como de uma criança parda que não foi possível identificar o sexo. A sigla N.t.c significa que o registro, por estrago da folha ou porque o padre não registrou, não traz a cor do batizando (a). Já a sigla n.t.c.n.s. pelos mesmos motivos, significa que o registro não traz nem a cor nem o sexo do batizando (a).

atas que não trazem o perfil étnico, não conseguimos identificar a cor do batizando(a), ou seja, 12,6% dos casos. Os brancos correspondem a 36,3% da população batizada, os pardos uma maior parcela que, juntando-se aos mulatos, filhos de negros com brancos, somam 46,4%, enquanto que os negros em menor quantidade representam 2,8% dos batizados.

Na tabela 03, podemos observar o percentual étnico da população falecida. Se compararmos os registros de batismos com os de óbitos, vamos perceber que em relação a esse quesito, de uma maneira geral, a distribuição populacional não altera, de modo que as informações referentes aos registros de óbitos também refletem os dados dos censos oficiais.

TABELA 03: Percentual étnico da população da freguesia de Limoeiro, segundo os registros de óbitos (1870 a 1880).

Brancos	Pardos	Negros	Mulatos	N.t.c	N.t.c.s	Total
700	1062	51	9	363	5	2.190
31,9	48,4	2,3	0,4	16,5	0,2	100%

FONTES: (ADNL) - Livros de óbitos 4, 6 e 6-A, Freguesia de Russas; Livros de óbitos 1, 2, 3 e 4 Freguesia de Limoeiro.¹⁴⁷

Essa tabela, portanto, aponta para um total de 1.822 assentos em que identificamos a cor do falecido(a), dado correspondente a 83,1% dos registros analisados, ficando uma parcela de 368 para as atas que não trazem o perfil cor, isto é, 6,8% dos casos. Dividindo o percentual étnico desses 1.822 registros de óbitos, 31,9% dos falecidos trazem a cor branca, 48,4% dos assentos evidenciam a cor parda ou mulata e finalmente em muito menor quantidade de 2,3% dizem respeito à cor negra.

Além das cores de pele branca, parda ou mulata, os assentos de batismos trazem casos de 11 crianças semi-brancas e 01 criança crioula escrava. Já nos óbitos, encontramos casos de 01 menino crioulo. Tendo como base o censo de 1872, que trouxe para Limoeiro 13.397 habitantes, os registros de batismos da década de 1870 correspondem a 20,2% dessa população e os de óbitos, 16,3%. Portanto, de uma maneira geral, percebemos que os dados populacionais da vila de Limoeiro, no que diz respeito aos batizados e óbitos, na década de 1870, por também apresentar um maior

¹⁴⁷ A esse total de 2.190 registros, somam-se ainda um (01) registro de uma menina que não traz a cor; um (01) menino crioulo e duas (02) crianças pardas que não foi possível identificar o sexo e finalmente uma menina que traz a cor pandar.

percentual de pardos, em segundo lugar de brancos e por último e em número bem menor de negros, assemelham-se a estatística geral da província. Em relação a condição social dos pardos, negros e mulatos, nos registros de batismos da população de Limoeiro, encontramos a seguinte configuração populacional.

TABELA 04: Relação numérica de livres e escravos entre a população parda, negra e mulata da freguesia de Limoeiro, de acordo com os registros de batismos – (1870/1880).

Anos	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	Total
Pardos												
Livres	201	255	173	196	21	20	30	1	61	82	139	1.179
Escravos	20	28	3	-	-	-	2	-	13	11	6	83
Negros												
Livres	68	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	70
Escravos	4	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	7
Mulatos												
Livres	21	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	24
Escravos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

FONTES: (ADNL) - Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6, Freguesia de Limoeiro.

Para os pardos e mulatos livres temos um total de 1.203, em relação aos negros livres que correspondem a 70 registros da população batizada. Já para os pardos e mulatos que trazem a condição de escravos observamos um número de 84 dos assentos, enquanto que os negros escravos referem-se a 07 dos casos. Ainda sobre a relação étnica entre pardos, negros e mulatos segundo a condição social em Limoeiro, percebemos nos registros de óbitos uma configuração semelhante aos de batismos e que, por conseguinte, também não foge às constatações dos dados encontrados nos números censitários oficiais.

TABELA 05: Relação numérica de livres e escravos entre a população parda, negra e mulata da freguesia de Limoeiro, de acordo com os registros de óbitos – (1870/1880).

Anos	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	Total
Pardos												
Livres	1	-	82	38	63	69	60	138	494	45	30	1020
Escravos	-	-	2	3	3	-	4	4	19	1	6	42
Negros												
Livres	-	-	1	-	-	1	2	11	25	2	-	42
Escravos	-	-	-	-	1	-	1	2	5	-	-	9
Mulatos												
Livres	-	-	-	-	-	-	1	6	2	-	-	9
Escravos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: (ADNL) - Livros de óbitos 4, 6 e 6-A, Freguesia de Russas; Livros de óbitos 1, 2, 3 e 4 Freguesia de Limoeiro.

Os óbitos evidenciam que os pardos ou mulatos livres da freguesia, ao apresentarem um total de 1029 se sobrepunham em muito aos pardos ou mulatos escravos que correspondem a 42 dos registros. Com relação aos negros as semelhanças permanecem, com uma maior quantidade para os negros livres, ou seja, 42 da população obituária analisada em comparação aos negros escravos que demonstram uma soma de 9 dos casos. Portanto, os dados das tabelas 04 e 05, assim como os do censo de 1872, evidenciam uma grande maioria de pardos livres em relação ao número de pardos escravos.

Aos 30 de setembro de 1871, foi criada a Lei nº 2040, conhecida também como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, que libertava os filhos de escravas nascidos depois dessa data, contribuindo assim para estancar o crescimento vegetativo da população cativa. É importante esclarecermos que a partir de então, nas atas de batismos de Limoeiro os filhos das cativas trazem a condição de libertos. No entanto, os dados das tabelas 04 e 05, referentes aos escravos, levam em conta tanto as crianças que tinham a condição de escravas, quanto as crianças nascidas livres a partir da Lei 2040. Isso porque, pelo fato de conviverem com suas mães, sobretudo nos primeiros anos de vida, seus filhos eram tão sujeitos quanto elas do sistema escravista, correndo inclusive o risco de serem separados de suas genitoras ou vendidos, pelo tráfico interprovincial, infringindo a legislação, que garantia o acompanhamento dos filhos livres de mulher escrava, nas vendas destas, pois: “§6º No caso de

libertação de escravos, os filhos menores de 8 anos acompanham suas mães.”¹⁴⁸

O terceiro artigo da Lei nº 2040 criou o fundo de emancipação com vistas a libertar anualmente escravos nas províncias e o quarto artigo da mesma permitia ao cativo formar um pecúlio para facilitar a compra de sua alforria, com a garantia do Governo. O artigo oitavo da Lei nº 2040 instituía a matrícula especial obrigatória, em livros próprios, de todo o elemento servil da província.¹⁴⁹

José Hilário F. Sobrinho, ao analisar dados sobre a população escrava matriculada nos municípios cearenses, no período de 1872 a 31 de agosto de 1881, chegou à conclusão de que os números absolutos de escravos em 1881 chegaram a 24.648. A soma dos que entraram nos municípios foi de 5.405. Faleceram 2.583 escravos, 2.983 foram alforriados e os cativos exportados representam o total de 12.816. Limoeiro, como um desses espaços analisados pelo autor, apresentou no ano de 1872 um total de 966 escravos matriculados. No decorrer da década, 220 foram averbados pela entrada e saída, 50 faleceram, 120 foram alforriados e em agosto de 1881, a vila contava com 576 escravos.¹⁵⁰

Com vistas aos dados da tabela 04 acima, podemos perceber uma predominância dos batismos da população escrava nos anos de 1870 e 1871. Dos 91 registros de filhos de escravos, 54 estão distribuídos entre os anos de 1870 e 1871, ficando 37 assentos para o restante da década. Esses dados podem estar relacionados ao fato de que, antes da Lei 2040, batizar os escravos era garantia de posse para os senhores. Para o filho de escravo nascido depois da Lei, o registro de batismo significava liberdade para a criança. Daí, talvez em períodos anteriores ter havido um maior empenho por parte do senhor para batizar as crianças cativas. Disso certamente resulta um maior número de registros nos dois primeiros anos do decênio em Limoeiro e uma diminuição no restante do período, por desde então, a ata batismal ser de interesse dos pais escravos, já que esta assegurava a liberdade de seus

¹⁴⁸ SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vender, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá: o Ceará no tráfico interprovincial – 1850/1881*. Fortaleza, UFC. Dissertação de Mestrado, 2005.

¹⁴⁹ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense (1850 – 1884)*. Fortaleza, UFC. Dissertação de Mestrado, 2008.

¹⁵⁰ SOBRINHO, José Hilário Ferreira. Op. Cit. pp. 105 e 106.

filhos. Essa inversão de estratégias com certeza levou os escravos a enfrentarem empecilhos por parte de seus proprietários para batizar sua prole, tendo em vista que a maioria dos senhores queria a todo custo manter a escravaria.

Além de certamente estar relacionado à Lei 2040, um maior número de escravos no início da década pode estar ligado ainda à crescente exportação de cativos da província, no decorrer do decênio, sobretudo no período de 1877 a 1880, quando o Ceará embarcou pelos seus portos milhares de escravos, tendo em vista a grande necessidade de braços para a lavoura cafeeira no Oeste Paulista e no Vale do Paraíba. Segundo Rodolpho Theófilo, de 1874 a 1878 saíram do porto de Fortaleza 6.238 escravos, com um agravante para os anos de seca que somam 4.633, ou seja, 74,2%. Para o autor, “exauridas as fontes agrícolas e industriais continuavam os especuladores na torpe negociação de carne humana.” A ganância de tais mercadores levava-os a afrontar “os perigos das viagens aos sertões e lá arrancavam o escravo ao indigente matuto por pouco mais ou nada.”¹⁵¹ Essa situação a que foi submetida a escravaria cearense, de acordo também com José Hilário, está associada, em parte, às mazelas econômicas e sociais da seca de 1877-1879:

As condições sociais fizeram dos escravos o bem móvel mais valorizado. Muitos proprietários acreditaram que, ao vender os cativos para as fazendas do Sudeste, os lucros os ajudariam a quitar as dívidas. Achavam que investir em infra-estrutura lhes possibilitava bancar a produção de sobrevivência, em momentos críticos. Essa situação foi pouco comum, pois na realidade, a miséria da maioria da população os levou, em vários momentos, como forma de sobrevivência, à troca de cativos por uma saca de farinha. A realidade fez a alegria dos comerciantes de escravos.¹⁵²

Na realidade, antes mesmo dessa seca, as dificuldades advindas da queda do preço do algodão no mercado externo vinha intensificando o tráfego interprovincial. No Ceará, de 1871 a 1876 foram exportado oficialmente 3.252 cativos.¹⁵³ A expectativa de obtenção de lucro com a venda do escravo, agora mais valorizado do que antes, estava associada, ainda à possibilidade de perda total do cativo pela morte. Desse modo, o que estava em jogo não era a vida

¹⁵¹ THEÓFILO, Rodolpho. *História da seca no Ceará*, p. 418.

¹⁵² SOBRINHO, José Hilário Ferreira. Op. Cit. p. 66.

¹⁵³ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. Cit. p. 99.

do escravo, mas a perda do bem econômico que este representava, cujo resultado obtido em troca de sua venda poderia garantir-lhe a própria sobrevivência. Segundo Durval Muniz:

A seca de 1877/1879 acelera o declínio do trabalho escravo nas províncias do Norte, já que obriga os grandes proprietários, principalmente do agreste e do sertão, a se desfazerem de seus escravos, que poderiam morrer em decorrência da grande estiagem, evitando assim a perda do capital neles investidos. Ao contrário de secas anteriores, em que muitos senhores abandonavam seus escravos a sua própria sorte, chegando muitos a morrer, porque ainda eram relativamente baratos, agora, com o fim do tráfico e a valorização do plantel, a venda se torna a melhor saída, fato que já vinha ocorrendo mesmo antes da seca, mas que esta veio acentuar, (...).¹⁵⁴

Na realidade, a morte de grande contingente populacional, independente da condição social, em períodos de estiagens, era a única certeza que se tinha. Em relação aos cativos de Limoeiro, na década de 1870 os dados da tabela 05 mostram-nos um total de 51 óbitos de escravos, sendo que 24 destes ocorreram somente no ano de 1878. No geral, segundo os assentos de óbitos, os 51 registros de escravos estão divididos entre 16 homens e 35 mulheres. Destes, ainda de acordo com a documentação analisada, o número de adultos diz respeito a 3 homens e a 26 mulheres.

Essa maioria para o número de cativas adultas em relação ao de homens escravos de maior idade, certamente está relacionada a um dado comum à província, tendo em vista que, neste período, segundo José Hilário F. Sobrinho, em quase todos os municípios cearenses, por os “homens serem mercadoria principal, no comércio interprovincial de cativos embarcados para a região Sudeste”, o número de mulheres geralmente se sobrepunha ao de homens.¹⁵⁵ Para, além disso, de acordo com as atas de batismos, os registros de 104 escravos estão divididos entre 61 assentos de meninos, sobrepondo-se ao número de meninas que correspondem a 43 do total, apresentando assim um quadro inverso aos óbitos. Se em Limoeiro, durante a década de 1870, nasciam mais meninos escravos do que meninas, em tese, portanto, na fase adulta, esses dados deveriam permanecer.

¹⁵⁴ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam*, p.114.

¹⁵⁵ SOBRINHO, José Hilário Ferreira. Op. Cit. p. 104.

Mesmo com as mortes e exportações de escravos, se na década de 1870, de acordo com os registros de batismos, ainda nasciam tantas crianças filhos de cativos e de ambos os sexos, é provável que, em períodos anteriores o contingente de natalidade escrava garantisse o incremento e reposição da escravaria pelo crescimento vegetativo. De uma maneira geral, o grupo cativo de Limoeiro na década de 1870 apresentava aspectos sociais muito semelhantes aos livres, compondo-se de muitas crianças com equilíbrio entre os sexos. Na realidade, esse parece ser um dado social semelhante às áreas de economias baseadas na subsistência. Estudos feitos por Cacilda Machado para a freguesia de São José dos Pinhais (PR), bem como o de Márcia Cristina de Vasconcellos para Mambucaba, Angra dos Reis (RJ), também espaços de economia não agro-exportadora, revelam que o grupo cativo, ao apresentar perfis muito semelhantes aos livres, garantia a reposição da mão-de-obra escrava pela reprodução endógena, assegurando, assim o incremento da escravaria para os pequenos proprietários.¹⁵⁶

Encontramos no censo de 1872, dados gerais sobre o contingente populacional por sexo da província do Ceará, independentemente da condição social. As informações censitárias apresentam um total de 365.847 homens e 355.839 mulheres, o que representa um percentual de 50,6% de homens em relação a 49% de mulheres, ou seja, uma diferença mínima de 1,6% entre os sexos. No geral, em relação ao perfil por sexo da população de Limoeiro na década de 1870, de acordo com os registros de batismos, podemos perceber através dos números da tabela 06, um percentual de 51,5% meninos em relação a 48,5% meninas, ou seja, uma diferença de 3% entre os sexos, portanto também pouco acentuada se comparada aos dados do censo de 1872.

¹⁵⁶ MACHADO, Cacilda. "As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do XVIII para o XIX. In: *Escravidão*. Revista de História. ANPUH, Nº 52, Vol. 26, p. 51. e VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. "Que Deus os Abençoe: batismos de escravos em Angra dos Reis (RJ), no século XIX." In: *Revista História & Perspectivas*, nº 16/17 – Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p. 17.

TABELA 06 – Percentual étnico e por sexo da população da freguesia de Limoeiro, segundo os registros de batismos - (1870 a 1880).

HOMENS	Total	%	MULHERES	Total	%
Branços	528	22,4	Branças	460	19,5
Pardos	664	28,2	Pardas	598	25,4
Negros	6	0,2	Negras	71	3,0
Mulatos	12	0,5	Mulatas	13	0,5
Total	1210	-	Total	1142	2352¹⁵⁷
%	51,5	-	%	48,5	100

FONTES: (ADNL) - Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6, Freguesia de Limoeiro.

Em relação aos perfis sociais, sexo e étnico, encontramos em Thomaz Pompeu¹⁵⁸, números referentes ao ano de 1862 para os distritos de Limoeiro, São João, Tabuleiro de Areia e Livramento, pertencentes a São Bernardo das Russas, mas que em 1871 viriam compor a vila de Limoeiro. Antes de efetuarmos análises comparativas entre as conclusões de Thomaz Pompeu e as nossas, em relação aos dados populacionais de Limoeiro, é importante esclarecermos que, além do levantamento do autor referir-se a outra temporalidade, traz algumas lacunas visíveis, pois como já referido, seus dados não visualizam a cor negra dos habitantes desses distritos, nem tampouco faz referência à população do povoado de Alto Santo, outro componente da vila. Lacunas desse tipo, como também o já referido estado lacunal de nossa documentação, entre outros fatores podem explicar discordâncias entre os números. Para, além disso, embora compreendendo a importância dessas comparações parciais, não podemos esquecer ainda de que os resultados do censo de 1872, do levantamento de Thomaz Pompeu e desse estudo demográfico específico sobre Limoeiro, foram construídos a partir de fontes distintas.

Segundo o levantamento de Thomaz Pompeu, Limoeiro, Tabuleiro de Areia, São João do Jaguaribe e Livramento, no ano de 1862, contavam com uma população branca de 8.221 habitantes divididos entre 4.098 homens e 4.123 mulheres. Observando a tabela 06, referente a esses perfis vamos perceber que os dados referentes aos batismos diferem dos dados apresentados pelo autor, por mostrar um total de 528 batismos de meninas

¹⁵⁷ Esse total de 2.352 registros de batismos não contabiliza os 363 assentos em que não constam a cor nem o sexo do batizando.

¹⁵⁸ BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. Op. Cit. p. 60.

brancas e 460 de meninos brancos, ou seja, neste caso, o número de meninas brancas se sobrepõe ao de meninos.

Quanto aos pardos, a conclusão do autor é a seguinte: 8.823 habitantes pardos divididos entre 4.352 homens e 4.471 mulheres, assim a maioria para o sexo feminino permanece. Já os batismos do período, discordam mais uma vez por trazerem números superiores 664 de homens pardos em relação ao número de 598 mulheres.

De modo geral, ao apontar para um maior número de pardos em relação ao número de brancos, os dados de Thomaz Pompeu assemelham-se com os registros paroquiais em análise e com o censo de 1872 para toda província. Em relação ao perfil social por sexo, para a população falecida, segundo os registros de óbitos em Limoeiro, podemos observar a tabela 07.

TABELA 07 – Percentual étnico e por sexo da população da freguesia de Limoeiro, segundo os registros de óbitos - (1870 à 1880).

HOMENS	Total	%	MULHERES	Total	%
Branco	363	19,9	Branca	337	18,4
Pardos	549	30,1	Pardas	513	28,1
Negros	30	1,6	Negras	21	1,1
Mulatos	3	0,1	Mulatas	6	0,3
Total	945	-	Total	877	1.822¹⁵⁹
%	51,8	-	%	48,1	100

FONTES: (ADNL) - Livros de óbitos 4, 6 e 6-A, Freguesia de Russas; Livros de óbitos 1, 2, 3 e 4 Freguesia de Limoeiro.

Em linhas gerais, assim como os batismos, o obituário de Limoeiro aponta um percentual maior para o sexo masculino, ou seja, 51,8% homens em relação ao percentual de mulheres formado por 48,1% dos registros. Dos que apresentam a cor branca, os números, assim como os batismos, nos mostra uma maioria mínima de 19,9% para os homens em relação ao número de mulheres que corresponde a 18,4%. Os pardos e mulatos representam 30,2%, enquanto que as pardas e mulatas ficaram em menor quantidade com 28,4% do total. Já o número de negros 1,6%, se sobrepõe ao de negras, 1,1%.

Resultados, portanto que representam uma diferença mínima entre os sexos, assemelhando-se, de uma maneira geral, aos dados do censo de 1872

¹⁵⁹ Esse total de 1.822 registros de óbitos não contabiliza os 368 assentos em que não constam a cor nem o sexo do falecido(a).

e mais uma vez discordam dos números apresentados no estudo de Thomaz Pompeu, que apontam uma minoria de brancos para o sexo masculino, (4.098 homens), em comparação ao sexo feminino, (4.123 mulheres), como também, um maior número de pardos do sexo feminino, (4.471 mulheres) em relação ao sexo masculino, (4.352).

Os registros de casamentos¹⁶⁰, referentes à década de 1870, ao contrário dos de batismos e óbitos, praticamente não trazem a cor dos noivos, uma vez que, somente no ano de 1879, esse perfil começou a aparecer para alguns casais, somando um total de 20 brancos, 10 pardos e ainda 2 casais mistos, onde em um dos casos o noivo era pardo e a noiva branca e no outro, o noivo era branco e a noiva parda. Para o ano de 1880, os assentos trazem 21 casamentos de brancos. Esses assentos, no entanto, trazem referências à condição social, onde segundo a tabela 08, dos 811 casamentos registrados no período, 98,6% foram de pessoas livres, enquanto apenas 1,3% de escravos. O baixo percentual para o casamento de escravos está relacionado, entre uma infinidade de outros motivos, ao fato dos senhores não terem interesses em oficializar as uniões de seus cativos. Na realidade, uniões consensuais eram muito comuns também entre os livres, incluindo pessoas com boas condições financeiras.

TABELA 08 – Percentual étnico segundo a condição social da população da freguesia de Limoeiro, 1870-1880, de acordo com os registros de casamentos.

Anos	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	Total	%
Livres	28	100	129	68	91	121	106	43	25	50	39	800	98,6
Escravos	2	1	-	-	-	1	3	2	-	2	-	11	1,3
Total	30	101	129	68	91	122	109	45	25	52	39	811	100

FONTES: (ADNL) - Livros de Casamentos 1 e 2, Freguesia de Limoeiro.

A guisa de análises comparativas, com discordâncias e semelhanças, os diálogos entre os números divulgados pelo censo de 1872¹⁶¹, com os resultados das atas eclesiásticas em relação à população livre e escrava da vila de Limoeiro, nos levou à conclusão de que, para o quadro configurativo de 12.478 livres e 919 escravos, apresentado pelo censo, encontra nos registros

¹⁶⁰ (ADNL) - Livros de Casamentos 1 e 2, Freguesia de Limoeiro.

¹⁶¹ Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2º Ed. e atual, Vol. 03 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 30

de batismos o total de 2.611 livres e 104 escravos; nos registros de óbitos 2.139 livres e 51 escravos; e finalmente nas atas de casamentos 800 livres e 11 escravos. O número de escravos, assim como nos dados analisados até o momento para o Ceará, se mostrara sempre bem inferior ao número de livres. De uma maneira geral, essa população evidenciada nas atas paroquiais constituía e vivia em famílias, que como não poderia deixar de ser, mantinham as características da diversidade e pluralidade que a compunha.

2.2 O casamento cristão, “legitimando famílias:” a norma.

Os números em si, ou seja, os mais de 800 casamentos realizados na freguesia de Limoeiro, no decênio de 1870, permitem-nos perceber que uma das lógicas dessa sociedade era constituir famílias pelo viés católico. Daí se faz necessário uma primeira questão: por que casar? Dentre as possíveis respostas, Sergio Odilon Nadalin nos oferece algumas pistas.

Tanto ontem como hoje, o casamento não constitui simplesmente uma resposta a uma necessidade de acasalamento determinada pela parte biológica que nos iguala aos animais. A união é regulada, a sexualidade algumas vezes reprimida e sublimada, experimentando os homens em certas épocas e culturas longa espera, do momento em que ingressam na adolescência até que lhes fosse permitido contrair, antes de mais nada, um ato cultural; da mesma forma, o seu resultado perpetua a espécie, tanto demográfica quanto socialmente.¹⁶²

Em síntese, casar, neste sentido, era e ainda é um ato cultural que impõe regras sobre a sexualidade e garante a sobrevivência da espécie humana. Para compreendermos a regulamentação do casamento no Brasil, durante o século XIX é necessário que nos remetamos ao século XVI e ao Concílio de Trento: Décimo Concílio Ecumênico, convocado pelo Papa Paulo III, na cidade de Trento, em 1545 e encerrado em 1563, sob a direção do Papa Pio IV.¹⁶³

De acordo com Josette Lordello, o Concílio de Trento passou a vigorar em Portugal em 1563, substituindo a legislação canônica portuguesa até então

¹⁶² NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 99.

¹⁶³ MORAES, Douglas Batista. *Bem Nascer, Bem Viver, Bem Morrer: administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2001.

orientada pelas Ordenanças do Reino de D. Manoel. A legislação tridentina sobre o casamento, conseqüentemente se estendeu ao Brasil, perdurando até 1889, com a separação entre a Igreja e o Estado. Segundo Lordello, “o Concílio de Trento foi conseqüência da Reforma Protestante – uma providência da Igreja Católica que pretendeu unificar a cristandade fracionada.”¹⁶⁴

Com o intuito de adaptar as normas tridentinas à realidade brasileira, em 1707, o arcebispo da Bahia, Dom Sebastião Monteiro da Vide, convocou o Sínodo Diocesano da Bahia e proclamou as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. As Constituições Primeiras constituem o primeiro Código de Leis Eclesiástico do Brasil, pelo qual se pautaram os bispados subordinados a ele. O Sínodo Diocesano da Bahia divide a história eclesiástica colonial brasileira em duas fazes: “a do período da conquista e colonização e a época da institucionalização da Igreja e de sua afirmação como instituição autônoma.”¹⁶⁵

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia se dividem em cinco livros: o primeiro refere-se aos sete sacramentos, o segundo aos mandamentos da Igreja, o terceiro ao clero, o quarto às questões de jurisdição eclesiástica e o quinto aos crimes e à justiça eclesiástica. De acordo com as Constituições, os sete sacramentos foram assim seqüenciados: Batismo, Confissão, Eucaristia, Confirmação, Matrimônio ou Ordenação para os Padres e Extrema-União. O quarto sacramento, ou seja, o matrimônio, desde então tinha por objetivo principal a propagação humana, ordenada para o culto e honra de Deus. Esse sacramento pode ser assim descrito nos textos das Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia.

(...) sendo ao principio um contrato com vinculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregão um ao outro, o mesmo Christo Senhor nosso o levantou com a excellencia do Sacramento, significando a união, que há entre o mesmo senhor e a sua Igreja, por cuja razão confere a graça aos que dignamente o recebem. A matéria deste Sacramento é o domínio dos corpos, que mutuamente fazem os casados, quando se recebem, explicado por palavras, ou sinais, que declarem o consentimento mutuo, que de

¹⁶⁴ LORDELLO, Josette Magalhães. *Entre o Reino de Deus e o dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002, pp. 53 e 57.

¹⁶⁵ TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 118.

presente tem. A fôrma são as palavras, ou signaes do consentimento, em quanto significação a mutua aceitação. Os ministros são os mesmos contrahentes. Foi o matrimônio ordenado principalmente para três fins e são três bens, que nelle se encerrão. O primeiro é o da propagação humana, ordenada para o culto, e honra de Deus. O segundo é a fé, e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente. O terceiro é a inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de Christo nosso com a Igreja Catholica. Além destes fins é também remédio da concupiscência, e assim S. Paulo o aconselha tal aos que não podem ser continentes.¹⁶⁶

União legal, propagação humana, domínio dos corpos, aceitação mútua, inseparabilidade dos casais, aliança com Cristo, simbolismo religioso enfim, sintetizam a importância dos laços matrimoniais para a Igreja. Sendo que, sob as leis canônicas no Brasil, a única forma de matrimônio admitida na Colônia e no Império foi a que determinava a Igreja, a prova desse ritual religioso era a certidão passada pelo pároco e extraída do livro de assentamentos paroquiais como, por exemplo, a que segue:

Aos vinte e seis de janeiro de mil oitocentos setenta e um, na Capella do Alto Santo, o Padre João Leite de Oliveira, de licença minha administrou o sacramento do matrimônio aos contralventes Antônio Rodrigues Carneiro dos Santos e Josefa Maria de Jesus, e lhes lançou as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas Antônio Florêncio Freire e Luis Soares Pereira; ex. Rit Rum. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹⁶⁷

O simbolismo religioso em torno do casamento envolvia toda uma conjuntura de submissão a imperativos de ordem social, econômica e cultural que o dimensionava em qualquer comunidade analisada, e assim os laços matrimoniais se traduziam em ordem, poder, controle e enquadramento da família:

(...) importa compreender, nos diferentes lapsos espaços-temporais, o casamento como ordenamento das pulsões naturais e organização da procriação, como instrumento de poder, controle e enquadramento da família. Manipulado pelo poder civil ou religioso, apresentou-se com uma trajetória perpassada de silêncios, e, sobretudo, de permanências

¹⁶⁶ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007, p. 107.

¹⁶⁷ Livro de casamento nº 01, p. 73. (ADNL).

detectáveis e até mesmo previsíveis dada a sua importância político-social e, sobretudo transcendental do ponto de vista simbólico.¹⁶⁸

Segundo Sergio Odilon Nadalin, observou-se em sociedades católicas de todo o mundo uma rejeição para a realização de casamentos nos meses de março (quaresma) e dezembro (advento) e respeita as particularidades de cada região, de modo geral, estudos apontam que, no Brasil, foi dado comum um maior número de casamentos realizados no período de recesso agrícola e o reinício do plantio.¹⁶⁹ Com base nos dados da tabela 09, referentes aos casamentos na vila de Limoeiro, durante a década de 1870, podemos analisar a dinâmica na distribuição dos meses escolhidos para a realização das cerimônias.

TABELA 09: Movimentos mensais e anuais de casamentos em Limoeiro - (1870 a 1880).

Prd.	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	Tot.	%
Jan.	2	11	5	4	12	5	2	1	1	7	-	50	6,1
Fev.	3	5	2	1	9	15	9	7	3	8	-	62	7,6
Mar.	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	2	6	0,7
Abr.	-	2	-	2	1	2	4	1	1	-	6	19	2,3
Mai	1	3	8	3	3	1	11	4	2	3	8	47	5,7
Jun.	1	1	4	1	9	5	7	7	1	4	6	46	5,6
Jul.	1	17	25	16	9	30	16	2	4	7	8	135	16,6
Agt.	4	9	19	4	8	17	8	3	3	5	5	85	10,4
Set.	2	6	20	8	12	13	10	6	-	-	4	81	9,9
Out.	4	10	15	10	6	7	15	-	3	3	-	73	9
Nov.	11	27	30	19	23	20	18	8	6	10	-	172	21,2
Dez.	-	5	1	-	-	-	7	1	-	-	-	14	1,7
S.R.M*	-	13	-	-	-	7	-	-	-	1	-	21	2,5
Tot.	29	109	129	68	93	122	107	40	27	48	39	811	
%	3,5	13,4	15,9	8,3	11,4	15	13,1	4,9	3,3	5,9	4,8		100

FONTES: (ADNL) - Livro de Casamento 1 – freguesia de Limoeiro; Livro de Casamento 2 – freguesia de Limoeiro. *As iniciais S.R.M, significam sem referência ao mês.

Em Limoeiro, portanto, o mês de maior incidência de casamentos durante o decênio foi novembro com 21,2% dos casos; em segundo lugar o mês de julho com 16,6% dos registros e em terceiro e quarto lugares agosto

¹⁶⁸ LORDELLO, Josette Magalhães. Op. Cit. pp. 47 e 48.

¹⁶⁹ NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia*: elementos para um diálogo, pp. 90 e 92.

com 10,4% e setembro com 9,9% dos assentos. Quanto aos meses de menores índices, os números apontam para março com 0,7% e dezembro com 1,7%. Em linhas gerais, os baixíssimos índices de casamentos nesses dois meses são conseqüências das interdições da Quaresma e do Advento, períodos estes de penitência para os cristãos. Daí, os meses de novembro, janeiro e fevereiro apresentarem uma alta concentração de matrimônios, tendo em vista que os católicos ao evitarem esses períodos, geralmente escolhiam meses imediatamente anteriores e/ou posteriores a eles.

Cientes de que as distribuições mensais dos matrimônios constituem funções culturais e econômicas, além das prescrições religiosas, não poderíamos esquecer um fator importante na realização dos mesmos: o calendário agrícola.

Em Limoeiro, assim como nas regiões sertanejas em geral, o período de recesso agrícola acontece de julho a dezembro, daí uma maior predominância dos casamentos no segundo período do ano, sobretudo nos meses de novembro e julho. Julho, momento em que findo as colheitas, tinham-se os componentes básicos para a alimentação e a comercialização do excedente, além do que, com o fim do período chuvoso, os rebanhos também estavam propícios ao consumo e às vendas. Momento este de fartura, portanto, e que ensejava aos nubentes unirem-se em casamento e formar novas famílias.

Esse fato encontra ainda justificativas na gradual diminuição do índice de matrimônios, principalmente, nos últimos quatro anos da década de 1870, devido à acentuação das misérias socioeconômicas pela seca de 1877-1879. A escolha, sobretudo, pelo mês de novembro, como referido, dava-se justamente por anteceder o período adventício. Esses preceitos de ordem religiosa e econômica foram observados tanto pela população livre quanto pela escrava. Os onze casamentos de escravos aconteceram, principalmente, nos meses de julho, agosto e novembro, a título de exemplo segue a certidão de casamento do casal de cativos Lúcio Lopes e Felícia Maria.

Aos 14 de Julho de 1876 nesta Matriz do Limoeiro administrei o sacramento do matrimonio aos contralventes Lúcio Lopes e Felícia Maria, escravos de Ezequiel Lopes de Andrade, e lhes lancei as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina

Cristã presentes as testemunhas José Gonçalves Malveira e Antonio Candido Malveira. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.¹⁷⁰

Quanto às regulamentações sobre o casamento de escravos, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia dão as seguintes normas.

Conforme o direito Divino, e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores não podem impedir o Matrimônio, nem o uso delle em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser captivo, ou por justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário peccão mortalmente, e tomão sobre suas consciências as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação. Pelo que lhes mandamos, e encarregamos muito, que não ponham impedimentos a seus escravos para casarem, nem com ameaças, e máo tratamento lhes encontrem o uso do Matrimônio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados os vendão para partes remotas de fora, para legitimo, os não possam seguir. E declaramos, que por posto que casem, ficão escravos como de antes erão, e obrigados a todo o serviço de seu senhor.¹⁷¹

Embora não alterasse a condição social do escravo, deixando muito claro que a Igreja não se posicionava contra a escravidão, os argumentos do documento ordenavam aos proprietários para não impedirem os casamentos entre cativos e destes com pessoas livres. Em caso de venda, não os perturbassem a vida conjugal, sob pena de caírem em pecado mortal e assumirem as culpas pelas eventuais uniões consensuais, “ilegítimas” entre os escravos. Não é difícil imaginar as distâncias entre a lei e as práticas. Na realidade, além de muitos senhores impedirem de fato que seus escravos se unissem através de sacramento do matrimônio, eles próprios, muitas vezes, viviam de forma “ilegítima”, consensuais com mulheres livres, bem como com escravas.

Segundo Stuart Schwartz, em seu estudo “*Segredos Internos*” que trata da sociedade baiana no período colonial, tendo em vista que os escravos sofriam a intrusão direta do senhor em sua vida familiar, muitos casamentos entre cativos foram dificultados ao máximo ou impedidos pelos proprietários.

¹⁷⁰ (ADNL) - Livro de casamento nº 02, p. 142.

¹⁷¹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Op. Cit. p. 125.

Desse modo, “o poder do proprietário podia expressar-se no impedimento às uniões, designação de parceiros, determinação da época do casamento e, em última análise, na separação das famílias.”¹⁷²

Em relação às escolhas de parceiros dos cônjuges, analisando os registros de casamentos chegamos à conclusão de que em três dos onze matrimônios envolvendo cativos, os noivos pertenciam a proprietários diferentes. Nos registros de batismos encontramos mais um desses casos em que a criança batizada era filha legítima de escravos, portanto de pais casados pela Igreja, e pertencentes a senhores distintos. Em apenas duas das onze atas de casamentos de escravos os nubentes pertenciam ao mesmo senhor. Nos registros de óbitos encontramos mais dois desses casos em que cativos enlaçados pelo matrimônio pertenciam ao mesmo dono, bem como dois assentos de batismo onde se verifica a mesma situação. Para exemplificar vejamos um dos registros de batismo.

Maria parda, filha legítima de Valdivino de Souza Lima e Joanna Maria de Souza Lima, escravos de Antonio Bento de Souza Andrade, nasceu aos 27 de Julho de 1878 e aos 11 de Agosto do mesmo ano, foi solenemente baptizado, nesta Matriz por mim abaixo assignado Antonio Nunes Guerreiro e Antonia Ribeiro Guimarães. Forão seus padrinhos. E para constar faço este em que me assigno.

O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.¹⁷³

Cinco dos onze registros de casamentos de cativos trazem a condição de escravos apenas para os noivos, como podemos observar no assento que segue.

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro de mil oitocentos setenta e um, na Capella do Alto Santo o Padre João Leite de Oliveira, de licença minha, administrou o sacramento do matrimonio aos contralventes Raymundo escravo de Jovito Soares Pereira e Alexandrina Felicia de Jesus, e lhes lançou as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas Bento José de Aguiar e Francisco Xavier Maia. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹⁷⁴

¹⁷² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 314 e 316.

¹⁷³ (ADNL) - Livro de Batismo nº 06, p. 10.

¹⁷⁴ (ADNL) - Livro de Casamentos nº 02, p. 98.

A partir desses casos não podemos fazer afirmativas de que, se assim como estes os outros quatro tratam de casamentos de escravos com pessoas livres ou escravas, já que os registros não trazem a condição social das noivas. Mas tudo nos leva a crer que essas mulheres eram livres pelo fato de terem sobrenomes, pois segundo Schwartz, “em certo sentido, o sobrenome simbolizava a condição social de livre, porém não inteiramente. Alguns escravos, crioulos ou pardos em particular, tinham sobrenome.”¹⁷⁵ Já no registro seguinte a ocorrência de casamento entre um escravo e uma mulher livre é clara.

Aos vinte de Agosto de 1879, nesta Matriz do Limoeiro administrei o sacramento do matrimonio aos contralventes João, pardo e escravo dos herdeiros de Francisco Gomes de Andrade e Maria José de Jesus, parda e livre e lhes lancei as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas Joaquim Lopes de Andrade e Francisca Rodrigues Texeira Lima. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.¹⁷⁶

De acordo com Schwartz, os enlaces matrimoniais entre cativos e livres não eram tão incomuns. A maior predominância se manifestava sobre os maridos escravos e as mulheres forras. A presença de maridos livres desposando cativas era mais raro. Essas uniões “obviamente violavam, em certa medida, a circunscrição da vida dos cativos pretendida pelos senhores.” Daí, certamente, não foram muito facilitadas. Do ponto de vista dos escravos:

O casamento com uma forra assegurava a liberdade legal de todos os filhos que nascessem, pois a condição social da criança dependia da mãe. Para uma escrava que desposasse um forro, a possibilidade de que conseguisse acumular dinheiro o bastante para libertá-la e a seus filhos pode ter sido um fator em consideração.¹⁷⁷

Em síntese, pelos mais diversos motivos, a partir dos dezesseis assentos analisados: onze casamentos, três batismos e dois óbitos, podemos concluir que na freguesia de Limoeiro, durante a década de 1870, a incidência de seis registros de escravos casados pertencentes ao mesmo senhor foi

¹⁷⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. p. 327.

¹⁷⁶ (ADNL) - Livro de Casamentos nº 02, p. 112.

¹⁷⁷ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit.. 321.

significativa. No entanto, os índices de casamentos de cativos com pessoas não pertencentes ao mesmo senhor: quatro em que os escravos pertenciam a senhores diferentes, cinco em que não aparece a condição social da noiva e um casamento entre um escravo com uma mulher livre, se sobrepuseram aos demais. Nessa classificação, essas famílias escravas podem ser assim distribuídas: dez casais endogâmicos (os cônjuges eram escravos, independentemente de pertencerem ao mesmo senhor); um casal exogâmico (um cônjuge escravo e o outro forro ou livre); e cinco casais incompletos (dada a impossibilidade de identificação do estrato social de um dos cônjuges).¹⁷⁸

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez, em estudo sobre o Cariri - localizado na região sul do Ceará - na segunda metade do século XIX, cuja economia, assim como em toda província, baseava-se na cultura de gêneros alimentícios e na criação de animais, ao analisar 463 famílias escravas, a partir dos Fundos de Manumissões e dos registros de batismos do Cariri, chegou à conclusão de que, das 71 famílias endogâmicas, 66 se constituíram por escravos pertencentes ao mesmo senhor e em apenas 05 dessas os escravos pertenciam a senhores diferentes.¹⁷⁹ Nesse sentido, as conclusões da autora para o Cariri cearense assemelham-se às pesquisas de Stuart Schwartz¹⁸⁰, em estudo sobre o Recôncavo Baiano, bem como às de Robert Slenes¹⁸¹ sobre Campinas, SP, economias baseadas nas grandes lavouras açucareiras com fins à exportação. Em seus estudos, esses autores afirmam a raridade de se encontrar nos arquivos da Igreja registros de escravos casados pertencentes a proprietários diferentes.

O resultado de nossas análises para a freguesia de Limoeiro, na década de 1870, difere das conclusões desses autores sobre os enlaces matrimoniais envolvendo escravos no Cariri cearense, Recôncavo Baiano e Campinas. Uma das explicações para essas diferenças no que concerne à

¹⁷⁸ Sobre essa classificação de casais ver: COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. "A família Escrava em Lorena". In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.) *Revista de Teoria e Pesquisa Econômica, Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIEPE, 1970, p. 258.

¹⁷⁹ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos*, p. 116.

¹⁸⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*, p. 313.

¹⁸¹ SLENES, Robert W. "Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)." In: *Revista de Teoria e Pesquisa Econômica, Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIEPE, 1970, p. 218.

escolha de parceiros pertencentes a plantéis diferentes, certamente está no fato desses autores trabalharem temporalidades bem mais longas, ampliando em muito a quantidade de registros, possibilitando maiores análises, tornando, portanto, mais visíveis às diferenças.

Pela documentação analisada não teríamos condições de identificar de maneira precisa todos os plantéis de escravos em Limoeiro, nem muito menos classificá-los em tamanhos pelo número de cativos: se pequenos, composto por 01 a 09 escravos ou se médios e grandes formados por 10 cativos ou mais. Todavia, identificamos na documentação analisada 143 nomes distintos de proprietários de escravos, assim distribuídos por ordem de registro: 92 nos batismos, 43 nos óbitos e 8 nos casamentos. Com exceção apenas para 13 registros de batismos, 5 óbitos e 2 casamentos onde as repetições de nomes dos senhores nas atas levaram-nos a identificar dois escravos por dono além de outro caso em que o nome de um mesmo senhor aparece nos registros de batismos de três escravos diferentes, na grande maioria dos casos, encontramos apenas um escravo por proprietário. Levando em consideração a estrutura socioeconômica da vila de Limoeiro e tendo em vista que o censo de 1872 traz para esse espaço um total de 919 escravos, se dividíssemos esse total por 140 proprietários teríamos em média 6 escravos para cada senhor. Portanto, não nos parece absurdo presumir que os plantéis da vila de Limoeiro podiam ser classificados, em sua maioria, de pequenos. Essa realidade poderá explicar a incidência de casamentos envolvendo escravos de senhores diferentes ou mesmo com pessoas livres, na inviabilidade de se conseguir parceiros pertencentes ao mesmo dono.

Esse fato encontra respaldo nas conclusões de Pedro Alberto Silva, ao afirmar que por razões relacionadas principalmente à partilha de bens entre herdeiros de fazendeiros de famílias numerosas, dificilmente um só proprietário tinha muitos escravos em seu poder. No Ceará, se tem notícia de apenas um proprietário com mais de 200 escravos, trata-se de José do Valle Pedrosa, filho de José Alves Pedrosa, “famoso potentado de São João do Príncipe (Tauá)” e que teria falecido no início do século XIX.¹⁸²

¹⁸² SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*, pp. 75 e 186.

Robert W. Slenes,¹⁸³ a partir das listas nominativas da matrícula de escravos de 1872, em Campinas, São Paulo, chegou à conclusão de que, apesar do impacto negativo do cativo sobre a família escrava, a presença de famílias de cativos constituídas a partir do casamento cristão ou que viviam em estabilidade nuclear em relações sexuais estáveis, nas quais aconteciam procriações e a grande maioria das crianças cresciam em companhia de seus pais, era muito mais freqüente do que supunham certos estudiosos e intelectuais. Fato que vem negar a afirmação estereotipada de que a vida íntima do escravo era desorganizada por a escravidão destruir os valores familiares do negro. Seguindo as pegadas do autor, Eurípedes Funes afirma que:

A constituição da família foi, todavia, uma das primeiras estratégias encontradas pelo escravo, no seu universo social, para amenizar as adversidades, pois dentro do precário acordo que o escravo extraía dos senhores, o casar-se significava ganhar mais controle sobre o espaço de moradia. A família constituía o lugar onde a autoridade independia da presença do senhor.¹⁸⁴

Unões sacramentadas e estáveis entre escravos, portanto, era prática em todo o Brasil e, desse modo, toda a Historiografia das últimas décadas, sobre a escravidão vem confirmar a afirmação de que “a família é instituição que não deixou de existir entre os escravos” e se viajantes e estudiosos não a viram, e se viram foi “de forma desfocada, diluída na promiscuidade”, foi porque não quiseram ver, pois:

Não ver a família escrava entre os cativos é não perceber as experiências vividas por esses, que apesar das esmagadoras exigências impostas pelos senhores conseguiram preservar algo de sua cultura e história, materializando não apenas na música, na linguagem e religião, mas também na instituição familiar. Elementos que possibilitam olhar e compreender o espaço social do escravo e ver relações sociais que não eram privilégios apenas do mundo do senhor.¹⁸⁵

¹⁸³ SLENES, Robert W. “Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX).” Op. Cit.

¹⁸⁴ FUNES, Eurípedes Antonio. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor.*” História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1995, p. 46.

¹⁸⁵ FUNES, Eurípedes Antonio. *Negros no Ceará*, p. 119.

Além dos entraves de ordem econômica e social em relação aos casamentos de escravos, as barreiras burocráticas criadas pela Igreja, em alguns casos, certamente pesou tanto quanto aos empecilhos criados pelo regime de escravidão e uma das primeiras dificuldades ocorria em relação à apresentação da certidão de batismo, que funcionava como certidão de idade, justamente porque:

Dada a grande mobilidade geográfica da população escrava, os contraentes residiam por vezes em freguesias distantes daquelas onde tinham batizados; mas neste caso deparamos, na documentação compulsada, com uma certa flexibilidade dos párocos locais, que aceitavam celebrar o casamento desde que uma pessoa idônea se responsabilizasse posterior apresentação das certidões exigidas. (...) muitas vezes por incúria dos párocos encarregados dos livros de batismos, tais registros não apareciam e então tornava-se necessário apresentar uma petição de justificação de batismo, a qual podia ser feita pelo próprio escravo(a) ou pelo seu senhor. Contava-se para isso com o depoimento do vigário que tivesse realizado o batismo (se ainda vivesse) ou com o dos padrinhos.¹⁸⁶

A apresentação da certidão de nascimento era apenas um dos entraves e não se restringia à população escrava. Do ponto de vista burocrático, as exigências eram as mesmas para casamentos de livres e de cativos. Outro elemento significativo era as denúncias ou proclames, já que segundo Maria B. Nizza da Silva, os proclames tinham de ser tornados públicos durante três domingos ou dias santos seguidos “não só na freguesia onde os contraentes iam celebrar o matrimônio, mas também naquelas onde tinham residido depois de chegarem à idade adulta”. Desse modo:

(...) esta publicação dos proclames em localidades por vezes distantes complicava extraordinariamente o processo de casamento dos escravos, tal como em relação às camadas mais pobres da população, as quais, apesar das admoestações dos párocos locais, preferiam muitas vezes continuar em concubinato.¹⁸⁷

Um outro fator ainda a ser levado em conta para a interdição de realização de casamentos diz respeito às dispensas ou impedimentos

¹⁸⁶ SILVA. Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1978, p. 142.

¹⁸⁷ Idem, p. 143.

matrimoniais por grau de parentesco. A partir de 1790, ficou estabelecido pela bula *Magnam Profcto Curam*, que os bispos do Brasil poderiam dispensar os graus de parentescos, exceto o primeiro de consangüinidade.¹⁸⁸ Já para Elizabeth Anna Kuznesof:

Casamentos entre parentes com até três graus de parentesco eram proibidos pela lei canônica, mas as dispensas eram até frequentemente pedidas e concedidas. Casamentos entre primos e entre tios e sobrinhas eram na realidade muito comuns no Brasil colonial, e eram utilizados conscientemente como um meio para impedir a dispersão do patrimônio familiar.¹⁸⁹

Em Limoeiro, os registros de casamentos analisados trazem três casos apenas em que fica evidente a dispensa por parentesco a que foram submetidos os contraentes. A título de exemplo segue a ata.

Aos vinte e um de Novembro de 1874, na Capella de São João do Jaguaribe, o Padre Raymundo da Costa Moreira, de licença minha, administrou o sacramento do matrimonio aos contralventes Fortunato Rodrigues do Nascimento e Maria Raymunda do Nascimento, dispensados do parentesco e lhes lançou as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas Antonio Rodrigues do Nascimento e José Leite da Costa. E para constar mandei fazer este assempto em que me assigno.
O vigário Francisco Ribeiro Bessa.¹⁹⁰

Diante do exposto, de maneira geral em todo o Brasil, independente da condição social, os empecilhos ao casamento eram muitos. Não poderíamos deixar de frisar um terceiro elemento em relação aos entraves do matrimônio, que segundo Maria B. Nizza da Silva, era o alto custo que se pagava pelas certidões de batismos, banhos ou proclames, análises dos processos de dispensa e a assistência ao casamento. Daí, “o peso desses entraves se fazia sentir quanto menores eram as posses dos contraentes ou no caso da escravidão de seus senhores.”¹⁹¹

¹⁸⁸ Idem, p. 133.

¹⁸⁹ KUZNESOF, Elizabeth Anna. “A família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980)”. In: *Convívio. Revista de Brasileira de História*. São Paulo – ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 17, setembro de 1988 / fevereiro de 1989, p. 45.

¹⁹⁰ (ADNL) - Livro de Casamento nº 02, p. 188.

¹⁹¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. Cit. p. 144.

Se até o final do XIX, ser cidadão no Brasil era ser católico, os casamentos que “não se fizessem sob sua disciplina religiosa (clandestinos) seriam nulos e anatematizadas aquelas pessoas que o praticassem. Anatematizados seriam também aqueles que ousassem não considerar o matrimônio como parte dos sacramentos da Igreja.”¹⁹² Entre os condenados a viver classificados sob o estereótipo da “ilegitimidade” foram aqueles que não professavam a religião católica e até o final do século XIX, quando o casamento civil passou a ser a base das uniões matrimoniais, permaneceram fora do sistema matrimonial.

Na questão do casamento, como cotidiano da sociedade, este era o Reino de Deus – católico, apostólico romano. Os protestantes ou hereges, os infiéis, os descrentes e agnósticos ficaram, no Brasil do século XIX, à mercê das escassas providências do Reino dos Homens a seu favor, aliados que foram do sistema matrimonial pela Igreja Católica, sem aceitar ou compreender a sua esdrúxula situação.¹⁹³

Desse modo, importa-nos compreender que a religiosidade dos brasileiros era, antes de tudo, consequência das exigências de um país com religião oficial, pela qual passavam obrigatoriamente os rituais significantes da vida cotidiana: o casamento, o nascimento e a morte. Diante disso, os sacramentos não eram feitos de maneira aleatória, mas obedeciam a regras, carregadas de significâncias, que garantiriam a obrigatoriedade da procura, do cumprimento, mas nem por isso, alheios de resistências, silêncios e complexidades.

2.3 Transgredindo a norma, vivendo em famílias.

Na Colônia e no Império a única forma de união admitida para os casais era a determinada pela Igreja, através do sacramento do matrimônio, não produzindo efeitos, portanto, todas as outras que porventura ocorressem. Todavia, dentre as muitas formas de negação, impossibilidades, impedimentos enfim de ordem econômica, religiosa ou fruto de uma escolha pessoal, uma das formas de se constituir família, se não pelo sacramento religioso, foi

¹⁹² LORDELLO, Josette Magalhães. *Entre o Reino de Deus e o dos Homens*, p. 58.

¹⁹³ Idem, 96.

através do casamento feito sob a lei da natureza. Nos registros paroquiais de Limoeiro, na década de 1870, encontramos subsídios para analisar a incidência de uniões que aconteciam tanto sob as normas da Igreja, quanto por outros princípios alheios às regras.

De acordo com Carlos Bacellar, a partir de sua pesquisa sobre Sorocaba, séculos XVIII e XIX, o estudo dos fenômenos demográficos através do Método de Reconstituição de Famílias apresenta algumas falhas de difícil solução.

A principal consiste no fato de sua abrangência ser limitada, pois somente os matrimônios legalmente constituídos são alvos de reconstituição, visto que a data de união é elemento-chave para quase todos os procedimentos técnicos de apuração dos índices e taxas de natureza demográfica. Assim, um conjunto variável de casais, de acordo com a localidade e a época, acaba por ser deixado de lado, seja por simplesmente não haver promovido uma união diante da Igreja – embora constituíssem um casal de fato, informal –, seja por haver celebrado o matrimônio em outra paróquia. No primeiro caso, tende-se a deixar de lado parcelas dos segmentos mais pobres da população, que nem sempre dispunham de condições para promover a união oficializada. No segundo caso, perde-se os casais que, por algum motivo – principalmente migração – celebram suas núpcias em outro local.¹⁹⁴

Assim como as demais paróquias do Brasil, a análise dos registros de casamentos na freguesia de Limoeiro não está alheia a essas deficiências, ou seja, não teríamos como dar conta dos casais que contraíram matrimônio em outras freguesias da região. Não obstante a isso, buscamos nas atas de batismos e óbitos evidências de outros modelos de famílias, “famílias informais” que se constituíram sem as bênçãos da Igreja, e chegamos a um resultado de 376 famílias nucleares matrifocais ou parciais, isto é, constituídas por mães com seus filhos naturais, como por exemplo, a da escrava Delphina, quando os registros de batismo e óbito definem de natural sua filha Rita.

Rita, parda, filha natural de Delphina, escrava de Antonio de Hollanda Cavalcante Mello, nasceu aos 22 de Agosto de 1871 foi batizado solenemente nesta matriz no dia 30 do mesmo mês e ano pelo Padre Alexandre Araújo Correia e Mello. Foram seus padrinhos: Luis, escravo

¹⁹⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p. 48.

de Manoel Vicente Collares e Fortunata, escrava de Maria Umbilina do Sacramento.¹⁹⁵

Rita, parda, filha natural de Delphina, escrava de Antonio de Hollanda Cavalcante Mello, faleceu da vida presente com idade de 5 meses a 15 de Fevereiro de mil oito cento setenta e dois foi sepultada no cemitério público desta Villa, de grades abaixo, depois de encomendada pelo Padre Alexandre Correia de Araújo Mello, em volto em branco, aos 16 do mesmo mês e ano. E para constar mandei fazer este assento em que me assigno.¹⁹⁶

Ainda nesse sentido, podemos observar mais casos desses “arranjos familiares”, através dos registros de batismos de Caetana, nascida em 1879 e Evaristo nascido em 1880, filhos naturais de Ruffina Maria da Conceição.

Caetana, parda, filha natural de Ruffina Maria da Conceição, nasceu aos 7 de Agosto de 1879 e aos 10 do mesmo mês e ano foi solenemente baptizado nesta Matriz por mim abaixo assignado. Forão seus padrinhos Florêncio Alves de Oliveira e Joseph amaria dos Santos. E para constar faço este em que me assigno.¹⁹⁷

Evaristo, pardo, filho natural de Ruffina Maria da Conceição, nasceu aos 26 de Outubro de 1880 e aos 1º de Novembro do mesmo ano foi solenemente baptizado nesta Matriz por mim abaixo assignado. Forão seus padrinhos Camillo Brasiliense de Hollanda Cavalcante e sua mulher Anna Guimarães Cavalcante. E para constar faço este em que me assigno.¹⁹⁸

As famílias acima vêm exemplificar os mais de trezentos casos de mulheres que através de uniões concubinas, esporádicas, consensuais, as quais as fontes analisadas não nos permitem classificar, formaram um núcleo familiar à revelia do catolicismo. Na verdade para Torres-Londoño:

O fato de batizar a criança registrando sua filiação materna, apontando a condição de incógnito do pai, poderia estar indicando a existência de um vínculo entre seus pais. (...) E pelo fato das atas de batismos não registrarem o tipo de relação entre os pais da criança (isso serve também para os registros de óbitos) no momento da concepção, fica difícil saber que percentual de crianças ilegítimas eram frutos de concubinato ou produto de relações esporádicas.¹⁹⁹

¹⁹⁵ (ADNL) - Livro de óbitos número 01, página 119. (ADNL).

¹⁹⁶ (ADNL) - Livro de batismo nº 03, p. 119.

¹⁹⁷ (ADNL) - Livro de Batismo 04, página 56, registro de número 119.

¹⁹⁸ (ADNL) - Livro de Batismo 04, página 109, registro de número 236.

¹⁹⁹ TORRES-LONDOÑO, Fernando. Op. Cit. p. 58.

Desse modo, as relações concubinas ou consensuais referem-se às uniões estáveis entre casais que viviam juntos sem contrair o matrimônio e às relações esporádicas caracterizadas por encontros casuais apenas, às vezes um único encontro, mas suficiente para gerar um filho. Essas uniões, nos séculos XVIII, XIX e boa parte do XX, são quase que a regra nos sertões brasileiros.

No seio das indefinições sobre a procedência dos filhos naturais, se fruto de relações esporádicas, duradouras, consensuais ou concubinas, uma categoria se faz ainda de mais difícil classificação, justamente pela ausência dos nomes dos pais ou da mãe, como o caso dos enjeitados ou expostos, porque geralmente as atas só mencionam a casa onde a criança foi exposta e quando se referem aos pais trazem a condição de incógnitos, é o que podemos observar nos registros de batismos e óbitos que seguem.

José, pardo, filho de pais incógnitos, exposto em casa de João Rodrigues Lima, aos 22 de Julho de 1878 e aos 11 de Julho do mesmo ano, foi solenemente baptizado, nesta Matriz por mim abaixo assignado. Forão seus padrinhos Rodrigues Teixeira Lima e Rosa Teixeira da Cunha. E para constar faço este em que me assigno.

O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.²⁰⁰

Maria, branca, exposta em casa de Manoel Raymundo Rodrigues, falleceu da vida presente com idade de 14 dias, a 27 de Janeiro de mil oito cento setenta e quatro foi sepultada depois de encomendada pelo Padre Manoel Rodrigues Campos, na Capella do Livramento, em volto em branco, de grades abaixo, aos 28 do mesmo mês e ano. E para constar mandei fazer este assento em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁰¹

Segundo Sergio Odilon Nadalin, os expostos ou enjeitados são geralmente incluídos na categoria de ilegítimos “na hipótese de que fossem crianças, na sua maioria, também nascidas fora do matrimônio.”²⁰² Podemos observar o registro seguinte

Aos 9 de dezembro de 1871, em Oratório da Barra do Figuerêdo, desta Freguesia, foi baptizado solenemente com emposição dos Santos Óleos, pelo Padre Ambrosio Rodrigues Machado e Silva de licença minha, o infante Raulino, exposto, sendo seus padrinhos:

²⁰⁰ (ADNL) - Livro de Batismo nº 06, p. 09.

²⁰¹ (ADNL) - Livro de óbitos nº 01, p. 27.

²⁰² NADALIN, Sergio Odilon. Op. Cit. p. 104.

Joaquim Carlos da Silva Peixoto e Anna Joaquina da Cunha. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.
O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁰³

Quanto aos motivos para a exposição de crianças, segundo Bacellar, de modo geral, “a pobreza ou o desejo de ocultar uma gravidez inconveniente constituíam os principais panos de fundo para o enjeitamento.”²⁰⁴

Nos registros de batismos de Limoeiro, encontramos mais dez casos de expostos assim distribuídos por ano: 1 em 1870, 1 em 1871, 3 em 1873, 1 em 1874, 1 em 1876, 1 em 1878 e 2 em 1879. Quanto ao sexo, 5 meninos e 5 meninas; em relação à cor da pele: 4 pardos, 3 brancos e 3 casos em que esse perfil não aparece. Nos assentos de óbitos encontramos 9 registros: quanto à distribuição anual de 1872 a 1879, um para cada ano; 4 mulheres e 5 homens; 5 pardos, 1 branco e 3 registros em que não consta a cor da pele do exposto. Portanto, independente de anos de seca ou de invernos regulares, de cor ou sexo essas crianças foram abandonadas por pais que geralmente não deixavam vestígios, se deixavam não eram identificados nas atas paroquiais, por motivos vários que não se conhece ao certo.

A partir das fontes de que dispomos, seria impossível identificar o poder aquisitivo dos chefes dos domicílios que recebiam os expostos. No entanto, através dos nomes dos proprietários das casas, buscamos encontrar nas três ordens de registros, evidências de que alguns deles fosse proprietário de escravos, mas não encontramos nenhuma referência a isso. Em caso de constatação de que os pais ao abandonarem seus filhos não se preocupavam tanto com o futuro promissor do filho(a), concordamos com Bacellar quando afirma que ao se enjeitar um filho(a), geralmente “buscava-se lares que simplesmente pudessem criar aquela criança, dar-lhes condições de sobrevivência que, provavelmente não disporia junto aos pais biológicos.” A incorporação do exposto à família receptora poderia dar-se pelo menos de duas maneiras: “aceitação do exposto como filho, tornando-se membro da família, ou aceitação do mesmo como agregado, tornando-se mão-de-obra auxiliar.” Quando algum membro da família assumia o papel de padrinho ou

²⁰³ (ADNL) - Livro de batismo nº 04, p. 105.

²⁰⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Op. Cit., p. 208.

madrinha da criança, a segunda hipótese é muito viável.²⁰⁵ E para os 19 expostos encontrados nos registros paroquiais de Limoeiro a constatação é de que seis deles tiveram o dono ou a dona da casa como padrinhos.

Quanto aos filhos naturais propriamente ditos, a evidência de que os pais não eram casados realmente é clara. Na tabela seguinte, encontra-se a distribuição dos casos que confirmam a “ilegitimidade” em Limoeiro durante a década de 1870, quando os filhos de mães “solteiras” são tratados de naturais.

TABELA 10: As famílias matrilocais em Limoeiro, a partir dos registros de batismos e óbitos, na década de 1870.

1870 a 1880	Livres	%	Escravas	%	Total
Batismos	212	56,3	101	26,8	313
Óbitos	46	12,2	17	4,5	63
Total	258	100	118	100	376
%	68,6		31,3		100

FONTES: (ADNL) - Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6 – Freguesia de Limoeiro. Livros de óbito 4, 6 e 6-A - Freguesia de Russas; Livros de Óbitos 1, 2, 3 e 4 – Freguesia de Limoeiro.

Analisando separadamente as duas ordens de registros, chegamos à conclusão de que 56,3% dos registros em que o batizando(a) tem a condição de filho natural correspondem às famílias consensuais livres, enquanto 26,8% dos registros relacionam-se às famílias consensuais escravas. Os óbitos nos indicam um percentual de filhos naturais livres de 12,2% e um total de 4,5% de filhos naturais de cativos. No geral, os números indicam para uma distribuição dos números referentes aos 376 registros de batismos e óbitos um percentual de 68,6% para as famílias consensuais livres e 31,3% para as famílias consensuais escravas. Portanto, considerando o total de 2.715 registros de batismos e 2.190 de óbitos para o decênio, percebemos que “os amores ilícitos” eram prática corrente entre livres e escravos, sobretudo para estes, já que, no caso dos batismos, dos 104 registros de escravos encontrados, apenas um traz a condição de filho legítimo, no referido caso anteriormente citado de Maria parda, filha legítima de Valdivino de Souza Lima e Joanna Maria de Souza Lima, escravos de Antonio Bento de Souza Andrade.

²⁰⁵ Idem, p. 218.

Stuart Schwartz não nega a importância do casamento cristão para a formação da família brasileira. No entanto, para ele, formar unidades conjugais não dependia do casamento consagrado pela Igreja, pois “dizer que um casal não era casado e que seus filhos eram ilegítimos não significa que eles não formavam uma unidade familiar, ainda que legalmente pudessem ser incapacitados sob certos aspectos.”²⁰⁶ As outras formas de união, se não a formal, portanto, podem adquirir outros significados para todos os segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, segundo Eurípedes Funes, as uniões consensuais também formavam “uma outra possibilidade de constituição de família:”

Que assim como o casamento, resultam em famílias do tipo nuclear, e, sobretudo, naquelas famílias do tipo parcial, encabeçadas pela mulher, resultadas de uniões esporádicas, de encontros fortuitos, em que os sentimentos, o prazer e o direito a este, falaram mais alto do que as restrições do sistema escravista. Uniões que não se enquadram nos princípios ideológicos e morais que servem de controle da ordem social estabelecida; mas nem por isso deixam de ser legítimas.²⁰⁷

Desse modo, não podemos pensar que as crianças nascidas dessas relações eram criadas sem a presença do pai. A indicação de ilegitimidade não significa que o pai estivesse ausente do ambiente familiar.

Para Maria Beatriz Nizza, os entraves criados pela Igreja e as condições econômicas desfavoráveis constituem grande peso para o alto índice de ilegitimidade, sobretudo para a população pobre, de modo geral, bem como, para a cativa.

Vemos assim que contrair matrimônio representava, para amplas camadas da população, sobretudo negros e pardos forros, mas também para brancos pobres, uma despesa e um trabalho tal com papéis que a maioria preferia viver em concubinato estável, constituindo família e vivendo como marido e mulher. A tendência para o concubinato não pode, portanto, ser encarada apenas como uma questão de libertinagem, mas também como a resultante de obstáculos econômicos à celebração do casamento.²⁰⁸

²⁰⁶ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos, Op. Cit p. 310.

²⁰⁷ FUNES, Eurípedes Antonio. Op. Cit. p. 120.

²⁰⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. Cit. p. 55.

A outra constatação é de que essas taxas podem advir de uma série de motivos que vão muito além dos econômicos, como também dos entraves burocráticos criados pela própria Igreja, mas que dependem de motivações outras de uniões, possibilidades, vontades e estratégias várias para se constituir uma família e expor suas vontades.

Independentemente da condição social, viver maritalmente de forma consensual ou em concubinato, isto é, “em estado de condenação” era inadmissível para Igreja. Os transgressores dessa norma tinham o direito de se redimir, por isso recebiam visitas de padres com a missão de admoestar esses casais, que caso não se redimissem estavam sujeitos ao castigo da excomunhão, pois segundo as leis eclesiásticas: “não obedecendo dentro de um mez, mandamos aos Parochos os evitem da Igreja e Officios Divinos até satisfazerem, e nos avisem, ou a nosso Provisor com brevidade, para se dispor o que for de justiça.”²⁰⁹ As visitas pastorais com vistas a observar de perto comportamentos “desviantes” e impor admoestações, ou seja, advertir, aconselhar, corrigir certos erros da população como um todo, bem como do clero ante as suas obrigações era, portanto, uma exigência do Concílio Tridentino que no Brasil se impôs através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Segundo Lauro de Oliveira Lima, o Bispo de Olinda, D. João da Purificação Marques Perdigão, nas primeiras décadas do século XIX, mandava regularmente visitantes vistoriar o comportamento dos párocos e da população em geral dos sertões de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, territórios que compreendiam sua jurisdição. Em 1839, o próprio Bispo saiu em visita por essas regiões. No Ceará, ao longo do seu roteiro pela ribeira do Jaguaribe “em quase todas as paróquias encontrava o vigário com concubina e filhos, o que lhe causava grande amargura.” Ao longo da jornada, o Bispo “fez centenas de casamentos de amancebados.” Para o autor, esse “comportamento generalizado não era esdrúxulo. Por essa época, no Ceará, o governador, Senador Alencar, era padre casado e cheio de filhos”, entre eles o romancista José de Alencar. Na freguesia de Limoeiro,

²⁰⁹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, p. 124.

padre Ambrosio Rodrigues Machado foi um desses que também viveu com várias mulheres e deixou numerosa prole.²¹⁰

Advertências, correções, certamente excomunhões, o fato é que as imposições da Igreja jamais foram seguidas à risca e as evidências ficaram nos próprios registros produzidos por ela. Além das atas de batismos e óbitos da década de 1870, com a incidência marcante dos filhos naturais, não nos parece absurdo considerar pequeno o número de 811 casamentos, em um decênio, para uma população com mais de 13.000 mil habitantes, segundo o censo de 1872, mesmo levando em conta os três anos de seca em que a quebra com a diminuição dos números foi visível. De todo modo, do resultado dessas uniões sacramentadas ou não nasceram centenas de filhos, cujas certidões de nascimento ficaram registradas nos livros de batismos, as quais passaremos a analisar.

2.4 Os filhos: a sucessão familiar nas atas batismais.

A continuidade da família se faz através da sucessão de filhos. Na Colônia e no Império, sendo a Igreja responsável pelos registros civis da população brasileira, a incorporação da criança nessa sociedade se dava através da certidão ou ata batismal lavrada pelos próprios padres, as quais preenchiam livros que compunham diversos arquivos da cúria espalhados atualmente em todo o Brasil. Mas o ato de batizar vai além de uma certidão, de um registro apenas. Assim como o casamento, o batismo era um Sacramento, o primeiro e, portanto, como os demais, carregado de significados, simbologia, bem como de normas com vistas à garantia da aceitação e da procura, imposto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que assim descrevem em seu livro, sobre a matéria, forma e efeitos do batismo.

O Baptismo é o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta por onde se entra na Igreja Ctholica, e se faz, o que recebe, capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nem-um dos demais fará nelle o seu effeito. Consiste este Sacramento na extrema ablusão do corpo feita com água natural, e com palavras, que Chisto nosso Senhor instituiu por sua fórma. A matéria deste Sacramento é a agoa natural, ou elementar, por cuja razão as outras agoas artificiais não são matéria capaz, para com ellas se fazer o Baptismo. A fórma são as palavras, ou em Latim: Ego te

²¹⁰ LIMA, Lauro de Oliveira. Na Ribeira do Rio das Onças, 208 e 211.

batizo in nomine Patris, et Filli, et soiritus Sancti; ou em vulgar: Eu te batizo em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo. O Ministro é o Parocho, a quem de officio compete baptizar a seus freguezes. (...). Causa o Sacramento do Baptismo effeitos Maravilhosos, por que elle se perdoão todos os peccados, assim o original, como actuaes, ainda que sejam muitos, e mui graves. É o baptizado adoptado em filho de Deos, e feito herdeiro da Gloria, e do Reino do Ceo. Pelo Baptismo professa o baptizado a Fé Catholica, a qual se obriga a guardar; e pode, deve a isso ser constringido pelos ministros da Igreja. E por este Sacramento de tal maneira se abre o Ceo aos baptizados, que depois do Baptismo recebido morrerem, certamente se salvão, não tendo antes da morte algum peccado mortal. Quanto à necessidade, e importância deste Sacramento devemos crer, e saber, que é totalmente necessário para a salvação, e em tal fórma, que sem se receber na realidade, ou, quando não possa ser na realidade, ao menos no desejo, arrependendo-se com verdadeira contrição de seus peccados, com propósito firme de se baptizar tendo occasião para isso, ninguém se pôde salvar, conforme o texto de Christo Senhor Nosso. Por tanto devem os pais ter muito cuidado em não dilatarem o Baptismo a seus filhos, porque lhes não succeda sahirem desta vida sem elle, e perderam para sempre a salvação.²¹¹

O texto é claro quanto à importância do batismo, só através dele se poderia fazer-se filho(a) de Deus e herdar o reino dos céus. Sua realização imbricava perdão dos pecados, entrada, aceitação e guarda da Igreja Católica e daí o direito para a realização dos demais sacramentos. Morrer sem ele significaria perder a salvação. Tamanho era o risco de se morrer sem o batismo que as leis dizem também que só em casos muito especiais, como por exemplo, crianças ou adultos que se encontravam em perigo de morte a uma distância que os impossibilitasse chegar à Igreja, o batismo poderia ser realizado “em qualquer lugar e por qualquer pessoa posto que seja leigo, ou excommungado, herege, ou infiel, tendo a intenção de batizar como manda a Santa Madre Igreja. E posto que o batismo feito por qualquer das ditas pessoas fica valioso.”²¹² Nos registros de batismos da freguesia de Limoeiro encontramos três casos de crianças batizadas in articulo mortis, ou seja, na hora da morte. Dois destes foi realizado na Matriz da vila, pelo padre Joaquim Rodrigues de Menezes e outro no Oratório Privado da Barra do Figueiredo, pelo padre Ambrosio Rodrigues Machado e Silva. Vejamos este assento.

²¹¹VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. Cit. p, 12.

²¹² Idem, p. 17.

Maria, parda, filha legítima de Martinho José Chrisostomos e de Francisca Ângela do Espírito Santo, nasceu a 17 de Junho de 1878 e aos 21 de Julho do dito ano foi baptizado no Oratório da Barra do Figueiredo, in articulo mortis, pelo reverendo Padre Ambrosio Rodrigues Machado e Silva, de licença minha escripta: forão seus padrinhos Tito Pompeu e sua mulher Francisca de Paula Paiva Vasconcellos. E para constar faço este em que me assigno.

O Vigário Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²¹³

Pelas distâncias que separavam a vila dos povoados e as fazendas destes, é muito provável que várias outras crianças tenham sido batizadas, “in articulo mortis,” inclusive por pessoas leigas e seus registros não se encontrem nos livros de batismos da freguesia. Um dado a ser observado sobre os três registros encontrados é que, além deste citado, outro indica que a criança nasceu aos 20 de abril de 1880, tendo sido batizada aos 3 de maio do mesmo ano, portanto com menos de um mês. No terceiro caso, a criança nasceu em outubro de 1871 e foi batizada em janeiro de 1872, ou seja, três meses após o nascimento. Tendo em vista a possibilidade da morte precoce, o que de fato acontecia com muita frequência, uma das normas das Constituições Primeiras era de que as crianças fossem batizadas até os oito dias de nascidas.²¹⁴ Não era prática comum, mas nas certidões de batismos de Limoeiro, encontramos dois registros em que essa regra foi extrapolada ao máximo, pois em um dos casos, Plácido foi batizado com 27 anos de idade e no outro, Francisca com praticamente 11 anos e seis meses.

Plácido, branco, filho legítimo de Antonio Ferreira Nobre e Rita Maria de Sta. Anna, nasceu a 3 de outubro de 1843, foi baptizado solenemente a 3 de julho de 1870, pelo Padre João Leite de Oliveira, na Fazenda Arreia Branca, desta Freguesia de São João do Jaguaribe. Foram padrinhos: Boaventura Nepomuceno de Freitas e D. Francisca Maria da Conceição. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.

O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²¹⁵

Francisca, parda, filha legítima de Pedro de Alcântara e Gertrudes Maria da Conceição, nasceu a 4 de dezembro de 1858, foi baptizada solenemente a 23 de julho de 1870, pelo Padre João Leite de Oliveira, na Fazenda Arreia Branca, desta Freguesia de São João do Jaguaribe. Foram padrinhos: Francisco Rabello Ferreira Nobre e D. Saturnima

²¹³ (ADNL) - Livro batismo nº 06, p. 01.

²¹⁴ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. Cit p. 14.

²¹⁵ (ADNL) - Os casos encontram-se no Livro de batismo nº 04, p. 76.

Maria da Conceição. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.

O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.

Esses casos constituem exceção. De uma maneira geral, a partir do cruzamento das datas de nascimentos com as de batismos temos condições de chegar a conclusões a respeito da relação temporal entre ambos. Como podemos observar na tabela 11, as distâncias temporais que separavam esses dois momentos eram amenas.

TABELA 11: Relação mensal entre os nascimentos e a realização dos batismos em Limoeiro, (1870 a 1880).

NASCIMENTOS			BATISMOS		
Meses	Total	%	Meses	Total	%
Janeiro	255	9,3	Janeiro	286	10,5
Fevereiro	213	7,8	Fevereiro	170	6,2
Março	238	8,7	Março	143	5,6
Abril	219	8	Abril	185	6,8
Maiο	217	7,9	Maiο	248	9,1
Junho	218	8	Junho	243	8,9
Julho	214	7,8	Julho	244	8,9
Agosto	191	7	Agosto	221	8,1
Setembro	200	7,3	Setembro	179	6,5
Outubro	195	7,1	Outubro	206	7,5
Novembro	224	8,2	Novembro	266	9,7
Dezembro	210	7,7	Dezembro	246	9
S.R.M	121	4,4	S.R.M	78	2,8
Total	2.715	100	Total	2.715	100

FONTE: (ADNL) - Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6 – freguesia de Limoeiro.

No diálogo entre os totais de nascimentos e batizados por mês podemos ver que no mês de janeiro tanto nasciam, (9,3%) como se batizavam muitas crianças, (10,5%) o que evidencia a prática de uma maior incidência de batismos no mesmo mês do nascimento. A mesma análise pode ser feita para o mês de novembro com 8,2% dos nascimentos e 9,7% dos batismos. Nos meses de agosto a outubro tanto os nascimentos quanto os batismos se

mostram em números menores, mas as disparidades entre eles é muito pequena, e assim como os meses de janeiro e novembro podem demonstrar uma relação muito forte entre o mês do nascimento e o de batismo. Desse modo, da junção percentual dos batismos referentes a esses meses podemos chegar ao índice de 42,3% das crianças que se batizavam até completarem um mês de vida.

A incidência marcante de nascimentos em novembro, (8,2%), pode dialogar também com os números altos de batismos em dezembro, (9,0%) o que representaria os batismos realizados com um mês de nascidos e a mesma avaliação serve para a relação entre os nascimentos e batismos nos meses de dezembro e janeiro. Daí, teríamos uma percentagem significativa de 29,2% de crianças que eram batizadas antes de completarem dois meses de vida.

Ainda de acordo com a tabela 11, o segundo e o terceiro meses de maior incidência de nascimentos foram março (8,7%) e abril (8,0%), em contraposição, esses meses foram uns dos que menos realizaram batismos, isto é, 5,6% para março e 6,8% para abril. Já nos mês de maio, (9,1%), junho (8,9%) e julho (8,9%) a incidência de batismos foi muito alta. Esses índices podem revelar uma freqüência de 26,9% batizados em que as crianças tinham dois, três meses de idade. Desse modo, pela relação entre os meses analisados e pelas somas entre as quantidades percentuais obtidas já chegamos a praticamente cem por cento dos casos.

Não teríamos condições de chegar a conclusões fechadas, isto é, afirmar que realmente todos os nascidos em janeiro se batizaram no mesmo mês e assim sucessivamente. Mas de acordo com os índices analisados, podemos afirmar que as distâncias entre os nascimentos e os batismos na freguesia de Limoeiro, na década de 1870, de uma maneira geral, eram muito pequenas, com fortes evidências de batizados realizados no mesmo mês do nascimento. Em segundo lugar, viriam o número de crianças batizadas no mês seguinte ao nascimento e em terceiro, as criancinhas que recebiam o batismo com até três meses após nascidas. Esses dados são relevantes e levando em consideração as distâncias territoriais, as dificuldades de locomoção dos fregueses e dos padres, a pé ou a cavalo, demonstram o cuidado, o dever, a crença, a preocupação que se tinha de batizar as crianças, o quanto antes.

Outro aspecto relevante a ser destacado é o fato de que, ao contrário dos casamentos, as distribuições dos nascimentos e batismos durante os meses do ano foram bem mais regulares. Como vimos, a realização dos matrimônios de Limoeiro apresentaram forte concentração nos meses de julho e agosto, por conta do calendário agrícola: fim e recesso das colheitas, bem como uma queda acentuada nos meses de março e dezembro, tendo em vista o calendário religioso e as reservas no período da quaresma e do advento.

Através dos registros de batismos, temos condições de identificar ainda o calendário mensal das concepções, perceber a acentuação ou declínio em determinados meses, e daí analisar os significados nas escolhas de certos períodos para se conceber ou não um filho. Para tanto, realizando a contagem regressiva de nove meses, a partir do mês de nascimento das crianças, chegamos ao mês de concepção. Em outras palavras, as crianças geradas em abril, por exemplo, e que nascem de nove meses, vêm ao mundo no mês de janeiro e assim por diante. Na freguesia de Limoeiro podemos compreender a relação mensal entre os nascimentos e as concepções, na década de 1870, observando a tabela 12.

TABELA 12: Relação mensal entre os nascimentos e as concepções em Limoeiro, (1870 a 1880).

Nascimentos	Total	%	Mês aprox. da concepção
Janeiro	255	9,3	Abril
Fevereiro	213	7,8	Maio
Março	238	8,7	Junho
Abril	219	8	Julho
Maio	217	7,9	Agosto
Junho	218	8	Setembro
Julho	214	7,8	Outubro
Agosto	191	7	Novembro
Setembro	200	7,3	Dezembro
Outubro	195	7,1	Janeiro
Novembro	224	8,2	Fevereiro
Dezembro	210	7,7	Março
S.R.M	121	4,4	-
Total	2715	100	-

FONTE: (ADNL) - Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6 – freguesia de Limoeiro.

Numa escala crescente, os meses em que apresentaram os maiores números de concepções foram: abril, (9,3%), junho, (8,7%), fevereiro, (8,2%), agosto, (7,9%), setembro, (8,0), maio e outubro, (7,8%). No outro extremo temos os meses em que se evidenciaram os menores índices: novembro, (7,0%), janeiro, (7,1%), dezembro, (7,3%) e março, (7,7%). O calendário das concepções, assim como o dos casamentos, estava sujeito à imperativos de ordem religiosa e econômica. Desse modo, as concepções referentes ao mês de abril certamente estão relacionadas à quaresma, quando os casais concebiam seus filhos após o período evitado, bem como seria fruto também dos casamentos realizados em janeiro, fevereiro e no próprio mês de abril.

Esse fato pode evidenciar ainda que o grande peso dos preceitos de ordem econômica, calendário agrícola para as concepções se sobressaía aos de ordem religiosa. Daí, os baixos índices no mês de janeiro, (7,1%) geralmente momento em que a população rural empenhava-se no preparo e plantação da terra, tendo em vista o início do período chuvoso. O aumento no mês de junho, (8,7%) pode estar relacionado ao fim das colheitas, às festas

juninas e de julho a outubro, período de recesso agrícola. Contudo, a acentuação numérica para alguns meses não é tão gritante como as observadas nos casamentos. Os meses de março (7,7%) e dezembro (7,3%), períodos de penitência, que em tese diminuiriam as concepções, houve uma acentuação em Limoeiro, sobrepondo-se a novembro (7,0%), mês em que os casamentos alcançaram o maior índice e que antecede o período do advento.

Desse modo, nem tudo, necessariamente, era seguido à risca como mandava a “Santa Madre Igreja.” Mesmo sendo católica, a população de Limoeiro tinha suas vontades, formas de agir e pensar próprios. “Isto confirma que esses tempos proibidos eram muito mais observados no casamento, cerimônia pública e solene, do que nas concepções, acontecidas em particular.”²¹⁶

Através do cruzamento de nomes entre os registros de casamentos, batismos e óbitos, identificamos 219 famílias em Limoeiro que durante a década de 1870 uniram-se em matrimônio, tiveram filhos, batizando-os, sendo que algumas delas foram desmembradas pela morte de filhos ou cônjuges. No que diz respeito aos nascimentos de filhos dessas famílias, o diálogo entre as datas de casamentos com as de nascimentos nos possibilitou perceber os intervalos protogenésicos, isto é, as distâncias entre o casamento e a concepção do primeiro filho na freguesia de Limoeiro, no período de 1870 a 1880. Das 219 unidades familiares conjugais identificadas nas três ordens de registros que tiveram pelo menos um filho no mesmo ano ou no ano seguido ao matrimônio, identificamos 82 famílias, através das quais, de uma maneira geral, podemos compreender as distâncias protogenésicas na freguesia. Vejamos a tabela 13.

TABELA 13: Intervalos mensais entre o casamento e a primeira concepção, Limoeiro - (1870/1880).

Casou grávida	Mesmo Mês	Um após	Dois após	Três após	Quatro após	Cinco após	Seis após	Sete após	Oito após	Nove após	Dez após	Onze após	Total
7	14	11	13	8	10	6	5	3	1	2	-	2	82
8.5	17.0	13.4	15.8	9.7	12.1	7.3	6.0	3.6	1.2	2.2	-	2.2	100%

FONTES: (ADNL) - Livros de Casamento 1 e 2 – Freguesia de Limoeiro. Livros de Batismo 1, 4, 5 e 6 – Freguesia de Limoeiro.

²¹⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*, p. 88.

Portanto, o maior índice de concepções se deu logo no mesmo mês do casamento uma vez que os números representam 17% das 82 famílias analisadas. Em segundo viriam às concepções no segundo mês após a realização deste sacramento com 15,8% dos números. Logo em seguida a geração de crianças um mês depois, 13,4% e em quarto lugar, com 12,1% ficaram as concepções ocorridas quatro meses seguidos ao ato do matrimônio. Na seqüência, em quinto lugar, teríamos 9,7% para os filhos gerados três meses após o enlace matrimonial. Juntos esses percentuais correspondem a 68%, ficando 22,5% para as concepções ocorridas de cinco a onze meses após o casamento.

Esses números, de maneira geral, correspondem aos altos índices de casamentos realizados no segundo semestre do ano, sobretudo nos meses de julho, agosto e novembro, bem como, ao mês aproximado das concepções observado na tabela 12, que embora apresente uma distribuição um tanto quanto regular, mostra maior incidência em janeiro, fevereiro, março, abril, julho, agosto, setembro, outubro e assim por diante.

De acordo com a tabela 13, chama a atenção o índice de mulheres que já casaram com três, quatro, cinco e sete meses de grávida, pois corresponde a 8,5% das 82 famílias conjugais analisadas, o que de certa forma representaria uma transgressão à norma, já que a regra seria ter a primeira relação sexual após a realização do sacramento matrimonial. É provável que em algum desses casos a mulher já vivesse de forma consensual. De todo modo, o casamento seria uma forma de reparar o “pecado.” Nos registros que seguem podemos observar um desses casos em que os nubentes Manoel Chrispim do Nascimento e Antônia Maria de Sant`Anna se uniram em matrimônio aos 14 de janeiro de 1871 e aos 26 de maio do mesmo ano, ou seja, quatro meses depois nascia o filho João, batizado aos 11 de junho. Desse modo, levando em conta a possibilidade de João ter nascido de 9 meses, pelos cálculos, ele teria sido concebido cinco meses antes da realização do casamento de seus pais.

Aos catorze de Janeiro de mil oitocentos setenta e um, na Capella do Alto Santo, o Padre João Leite de Oliveira, de licença minha administrou o sacramento do matrimônio aos contralventes Manoel Chrispim do Nascimento e Antônia Maria de Sant`Anna, e lhes lançou

as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã, presentes as testemunhas Joaquim Manoel de Hollanda e Raimundo de Hollanda Calvacante; ex. Rit Rum. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.²¹⁷

João, pardo, filho legítimo de Manoel Chrispim do Nascimento e de Antônia Maria de Sant`Anna, nasceu aos 26 de Maio de 1871 e foi baptizado Solenemente aos 11 de Junho do mesmo ano, na Capella Menino Deos do Alto Santo, filial desta Matriz pelo Padre João Leite de Oliveira, sendo seus padrinhos: José Soares Martins e sua mulher Joanna Martins Freire. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.²¹⁸

Para além dos índices e significados mensais de casamentos, concepções, nascimentos e batismos, pensar em vontades e escolhas próprias: casar e conceber filhos observando os períodos evitados da quaresma e advento, casar grávida ou até mesmo não casar, construir famílias enfim e batizar a prole, podemos analisar as atas de batismos também em outras perspectivas, na busca de perceber formas outras de agir de determinada sociedade, através dos laços rituais e sociais que permeavam o apadrinhamento da criança. Assim descrevem as Constituições Primeiras sobre o batismo e o parentesco espiritual adquirido no ato do batismo.

Conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos que no Baptismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que não admittão juntamente dous padrinhos, e duas madrinhas; o quaes padrinhos serão nomeados pelo pai, ou a mãe, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança; e sendo aduto o que ele escolher. (...) Mandamos outro sim, que o padrinho, ou a madrinha nomeados toquem a criança, ou a recebam a tempo, que o sacerdote a tira da pia baptismal feito já o Baptismo e que o Sacerdote que batizar declare aos ditos padrinhos, como ficão sendo seus fiadores para com Deos pela perseverança do baptizado na Fé, e como por seus padrinhos espirituais, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Christã, e bons costumes. Também lhes declare o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio; o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahem sómente entre padrinhos, o baptizado, e seu pai, e mãe (...).²¹⁹

²¹⁷ (ADNL) – Livro nº 01, p. 74.

²¹⁸ (ADNL) - Livros de óbito nº 4, p. 15. freguesia de Russas.

²¹⁹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, p. 26.

As constituições ordenam, pois, a obrigação da presença dos padrinhos, no ato do batismo com deveres claros de ensinar ao afilhado a doutrina cristã, conduzindo-lhe para o “bom caminho.” O texto enfatiza também a proibição de um eventual laço matrimonial entre os envolvidos no ritual: pais e afilhados, tendo em vista o parentesco espiritual adquirido na hora do batismo. Daí, a livre escolha dos padrinhos por parte dos pais, pessoas certas, capazes de cumprir esses preceitos e assim os laços se estenderem pela vida secular. O ato de apadrinhar uma criança extrapola o ritual e a escolha dos padrinhos, ganha foros de caráter sócio-cultural, “pais e padrinhos passavam a tratar-se como compadre ou comadre, ou seja, pais suplementares da criança batizada.”²²⁰

De acordo com Antonio Augusto Arantes, a tendência observada em muitas pesquisas realizadas no Brasil a respeito das relações de compadrio é de serem “procedimentos através dos quais se estabelecem conexões institucionalizadas principalmente entre parentes mais próximos (pais, irmãos e cunhados).”²²¹ Pela natureza de nossas fontes, como já foi dito, seria impossível identificarmos o parentesco da população além de pais e mães, com seus filhos, seja criança ou adultos, quando estes eram solteiros, o que nos impossibilita, também identificar o parentesco entre os pais e os compadres. Mas a partir de observações parciais percebemos a marcante presença de sobrenomes de famílias que se repetem nos nomes dos pais e padrinhos, como por exemplo:

João, branco, filho legítimo de Francisco Monteiro de Oliveira e Maria Tibúrcia de Jesus desta freguesia nasceu a 26 de outubro de 1871, foi batizado com os santos óleos nesta capella de Nossa Senhora das Brotas de Taboleiro de Areia a 1º de novembro do mesmo ano pelo Reverendo Manoel Caetano da Silva, de licença minha abaixo e assignado, foram padrinhos: Antonio Monteiro de Oliveira Gundim e Francisca Xavier do Espírito Santo. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²²²

²²⁰ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos, p. 330.

²²¹ ARANTES, Antonio Augusto. “Pais, Padrinhos e Espírito Santo: Um Reestudo do Compadrio.” In: *Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. Antonio Augusto Arantes (Org.) 2º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 201.

²²² (ADNL) - Livro de batismo nº 01, não foi possível identificar a página.

Além destes, vários outros sobrenomes de famílias podem ser citados: Guerreiro, Maciel, Mendes, Sousa, Alves, Rodrigues, Ribeiro, Freire, Nunes, Holanda, Chaves, Cavalcante, Girão, Bezerra, Silva, Bessa, Ferreira, entre tantos outros. Nomes estes que posteriormente se destacaram social e politicamente na região jaguaribana como, por exemplo, Girão em Morada Nova, Chaves em São João do Jaguaribe, Bessa em Alto Santo, Mendes em Limoeiro, entre outros. Daí traçarmos a possibilidade da recorrência frequente na escolha de parentes próximos: irmãos, primos, tios para apadrinharem as crianças de Limoeiro, na década de 1870. Na realidade, essa ainda é uma situação que se repete com frequência na atualidade.

Quando a escolha dos padrinhos envolvia a condição social, ou seja, laços espirituais dentro e fora do cativeiro, existem algumas particularidades importantes de serem enfatizadas. Stuart Schwartz, em seu estudo sobre a sociedade colonial baiana, chegou à conclusão de que tanto no Recôncavo quanto em Salvador, muito raramente uma pessoa cativa apadrinhava uma criança livre, isto é, os “padrinhos eram quase invariavelmente de condição social pelo menos igual à de seus afilhados” devido as relações de compadrinho envolver a incompatibilidade entre propriedade escrava e parentesco espiritual. A escolha por compadres libertos geralmente se justificava pela esperança que tinham os pais escravos de que os padrinhos livres comprassem a liberdade de seus filhos, o que às vezes acontecia. Daí, a predominância do compadrio livre em relação ao compadrio escravo, pois: “para os cativos possuir um padrinho ou compadre livre nas imediações significava vantagens que podiam sobrepujar as associações íntimas ou o desejo por laços familiares mais amplos que levariam às escolhas dos escravos.”²²³

Nos registros de batismos de Limoeiro, encontramos apenas um caso em que uma pessoa livre foi apadrinhada por uma escrava onde, Felisbella, livre, filha legítima de Francisco José Christiano e Antonia Maria de Jesus, teve como padrinhos o senhor Furtunato José da Cunha e sua escrava Luisa.

Felisbella, parda, filha legítima de Francisco José Christiano e Antonia Maria de Jesus, nasceu aos 12 de Fevereiro de 1873 e foi baptizado

²²³ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. pp. 331 e 332.

Solenemente aos 6 de Julho do mesmo ano, no Oratório Privado da Barra do Figuerêdo, pelo Padre Ambrosio Rodrigues Machado e Silva, sendo seus padrinhos: Furtunato José da Cunha e Luisa escrava do mesmo senhor. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.

O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²²⁴

Nas atas batismais, encontramos três casos ainda em que as crianças cativas foram apadrinhadas por pessoas escravas. O fato desses pais optarem por compadres de igual condição social pode relacionar-se a estratégias que visavam estreitar as relações sociais no cativeiro, incluindo assim seus filhos em laços de amizade entre escravos.

Na freguesia de Limoeiro a preferência por padrinhos de condição social livre foi maciçamente predominante. Padrinhos livres sim, mas desde que não fossem os próprios senhores. Não encontramos nenhum registro a esse respeito. Na realidade, não só em Limoeiro, mas no Brasil, segundo Stuart Schwartz, não era muito comum encontrar crianças escravas que tivessem seus senhores como padrinhos. O autor nos mostra algumas razões para a não realização do laço de compadrio entre senhores e escravos, e a principal residia na própria função do sacramento, colocando em conflito a escravidão e batismos.

A não-escolha de senhores como padrinhos de escravos, era resultado direto de um conflito entre instituições e idiomas diferentes, a Igreja e a escravidão, que quando forçadas a confrontar-se no singular evento do batismo, só podiam dar as costas em silêncio. Quaisquer que fossem as funções sociais do compadrio, a essência do mesmo era espiritual. Como poderia o senhor disciplinar, vender ou explorar irrestritamente sua propriedade viva enquanto assumia as obrigações do compadrio? O batismo representava participação como membro da Igreja e igualdade como cristão. O indivíduo batizado fora salvo da danação, ganhara uma nova e legítima família na Igreja e passara a possuir novos pais e relações fraternais. Para os cativos isso significava a capacidade de estabelecer laços além dos da família imediata. O batismo, por representar igualdade, humanidade e libertação do pecado, simbolizava qualidades incompatíveis com a condição de escravo e apresentava uma contradição potencial que era resolvida não com a abolição da escravidão ou do batismo, mas com a manutenção em separado desses elementos conflitantes. O renascimento do cativo através do batismo não se dava por intermédio de seu próprio senhor. Outros, escravos, livres ou proprietários de outros cativos, serviam-lhe de padrinho.²²⁵

²²⁴ (ADNL) - Livro de Batismos nº 01, não foi possível identificar a página.

²²⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. p. 331.

Em Limoeiro, além dos próprios escravos e livres, proprietários de outros cativos também apadrinhavam escravos desde que não fossem os seus. Simbolicamente falando, as crianças livres ou escravas, uma vez batizadas, estavam preparadas para começar uma vida em comunhão com Deus, a Igreja, e a sociedade. Na fase adulta poderiam constituir uma família também cristã, através do matrimônio ou até porventura morrer antes de subir os degraus pela escada dos sete sacramentos. Mas se a morte chegasse prematuramente, com o batismo ter-se-ia a chave da porta do céu. No período de 1870 a 1880, muitas foram as crianças que foram batizadas e morreram após dias e meses antes mesmo de completarem um ano de vida.

Os sacramentos na verdade permeavam toda a vida dos cristãos para que quando chegasse a hora derradeira, o último, a extrema-unção, fechasse o ciclo vital, levando-o(a) enfim para o paraíso celeste. Nos exemplos que seguem, do ponto de vista dos sacramentos de matrimônio, batismo e extrema-unção, poderemos acompanhar a família de Manoel Francisco da Silva e Maria Francisca de Jesus que no período de cinco anos casaram, tiveram pelo menos três filhos, dos quais encontramos as certidões de nascimento de dois deles e a de óbito de um outro, como também da esposa-mãe.

Aos vinte dias do mês de Abril de mil oitocentos setenta e cinco, nesta Matriz do Limoeiro o padre Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva administrou o sacramento do matrimônio aos contralventes Manoel Francisco da Silva e Maria Francisca de Jesus, e lhes lancei as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas José de Castro Silva e Maria José Gonçalves Malveira. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.²²⁶

(pelo estrago da folha não foi possível identificar nem o nome nem a cor da criança), filho legítimo de Manoel Francisco da Silva e () Jesus, nasceu aos 17 de Junho de 1876 foi baptizado solenemente pelo Padre Francisco Ribeiro Bessa, de licença minha nesta Matriz do Limoeiro aos () do mesmo ano. Forão seus padrinhos Francisco Marcelino das Chagas e (). E para constar faço este em que me assigno.

O Vigário Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²²⁷

²²⁶ (ADNL) - Livro de Casamento nº 01, p. 94.

²²⁷ (ADNL) - Livro de batismo nº 05, (não foi possível identificar a página).

Joaquim, pardo, filho legítimo de Manoel Francisco da Silva e Maria Francisca de Jesus, nasceu aos 26 de Março de 1880 e aos 22 do mesmo mês e ano foi solenemente baptizado nesta Matriz por mim abaixo assignado. Forão seus padrinhos Camillo Brasiliense de Hollanda Cavalcante e Anna Ribeiro de Hollanda Cavalcante. E para constar faço este em que me assigno.

O Vigário Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²²⁸

Maria, parda, de idade 3 anos, filha legítima de Manoel Francisco da Silva e Maria Francisca de Jesus, falleceu de beri-beri aos 19 de Julho de 1878 e no dia seguinte envolto em branco e encomendada por mim abaixo assignado, foi sepultada no cemitério público desta Villa. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

O Vigário Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²²⁹

Maria Francisca de Jesus, parda, cazada que foi com Manoel Francisco da Silva, morador na Villa, com idade de 30 anos depois de socorrida com os Sacramentos da Penitência e Extrema-unção, pelo abaixo assignado falleceu de uma suspensão aos 18 de Novembro de 1880 e no dia seguinte, encomendada e amortalhada em branco, digo de preto, foi sepultada no cemitério desta Villa e para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

O Vigário Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²³⁰

Para que as pessoas recebessem o último sacramento era necessário que estivessem morrendo. Portanto, antes de chegarmos à compreensão simbólica, ritual do bem morrer, de como as pessoas morriam em Limoeiro, se faz necessário que entendamos do que elas morriam, ou seja, suas causas-mortes.

²²⁸ (ADNL) - Livro de batismo nº 04, p. 109.

²²⁹ (ADNL) - Livro de Óbito nº 01, p. 94.

²³⁰ (ADNL) - Livro de Óbito nº 04, p. 37.

3º CAPÍTULO – As causas-mortes interrompendo a dinâmica sócio-familiar em Limoeiro e o último Sacramento como alento para uma boa passagem (1870 a 1880).

No decorrer do século XIX, em virtude de uma grande diversidade de doenças, o Brasil mostrou-se um país altamente mórbido, com altos índices de mortalidade. Moléstias e mortes eram constantes e ceifavam vidas de bebês, crianças e adultos em grandes proporções. No Ceará, assim como nas demais províncias do Nordeste, principalmente nos períodos de seca, os surtos epidêmicos elevavam sobremaneira esses índices. Pesquisa realizada nos assentos de óbitos da freguesia de Limoeiro, no período de 1870 a 1880, revelou-nos um obituário de 2.190 pessoas, indicando uma maior concentração no período da seca de 1877-1879. Esse elevado número de mortes alterou enormemente o cotidiano, o conjunto de hábitos e costumes dessa população.

No Brasil, os estudos que vêm se desenvolvendo, sobretudo a partir da década de 1980, e que têm nos registros paroquiais de óbitos suporte empírico de pesquisa, demonstram um campo fértil de análise. Ao se voltarem para as epidemias, revelando quais doenças, sobre quem mais se incidiam, isto é, como a morte chegava a desestruturar famílias e comunidades inteiras, os estudos com óbitos têm sido de grande valia para a História Demográfica. Além das análises sobre epidemias, recuperando seu lado de fenômeno demográfico, alguns estudos, partindo desses documentos, têm-se voltado ainda para questões de como o morrer era percebido e aceito no cotidiano de determinada sociedade, através de interpretações sobre os significados que permeavam os ritos fúnebres.

O registro de óbito que segue nos proporciona uma visualização das complexidades dessa fonte de pesquisa, que além de nomes, datas, cor, causas-mortes, entre outros, evidencia como se processava a preparação do momento de passagem desta para outra vida, através dos ritos fúnebres.

João da Silva Carrapixo, pardo, casado com 25 anos de idade, faleceu de moléstia interior, com todos os Sacramentos aos 11 de Agosto de mil oito cento setenta e cinco foi sepultado no cemitério público desta Villa depois de encomendado por mim abaixo assignado, em volto em branco, aos 12 do mesmo mês e ano. E para constar mandei fazer este assento em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa.²³¹

De acordo com Claudia Rodrigues, em sociedades de cultura cristã, a morte é um aspecto que se destaca e é encarada como momento de passagem, “chave para a eternidade.” Com a morte, apenas o corpo morre; enquanto o espírito segue rumo à outra vida, que poderá ser vivida no paraíso ou no inferno. No Brasil oitocentista, a vida após a morte estava “intimamente relacionada com a qualidade da vida terrena.” Em virtude disso, temia-se a morte, pois, “apesar de esperarem e desejarem a salvação, nem todas as pessoas tinham a certeza de que ela efetivamente ocorreria.” Segundo a crença religiosa, “o destino da alma no além cristão, estava condicionado ao Juízo Final”, momento em que “o Cristo voltaria para julgar os homens, condenando para todo o sempre os maus (ao inferno) e conduzindo os justos para o céu, para a vida eterna.”²³² A manifestação da religiosidade em torno dessa passagem espiritual pode ser percebida através da simbologia presente na realização dos ritos fúnebres, os quais, na época em estudo, cumpriam importantes propósitos:

A realização dos ritos fúnebres tem, pois como função administrar a passagem que por não ser instantânea, é um trajeto em percurso, em direção a um destino definido - e muitas vezes, como no caso do cristianismo, permeado de provas e incertezas – que só termina ao fim da celebração dos rituais mortuários que objetivam facilitar a viagem do morto.²³³

Dentre os rituais fúnebres, além da encomendação da alma, do vestuário fúnebre, local e hora do sepultamento, destaca-se o Sacramento da Extrema-Unção. Este último sacramento era realizado em atos sucessivos através da penitência, eucaristia e extrema-unção, quando o moribundo ainda dava sinais de existência.

Esse terceiro capítulo tem por objetivo analisar a mortalidade na freguesia de Limoeiro durante a década de 1870, considerando os índices, as

²³¹ (ADNL) - Livro de óbitos, nº 01, p. 36.

²³² RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1997 Op. Cit. p. 150 e 151.

²³³ Idem, p. 174.

causas-mortes do período e como se incidiam sobre a população. Seguindo a linha de análise dos significados dos sacramentos de casamento e batismos em torno da vida para a população desta freguesia, enfocamos ainda a simbologia do último sacramento em torno da morte, com ênfase sobre a incidência de realização do mesmo, atentando para as alterações na dinâmica em decorrência do elevado número de mortes, principalmente no final do decênio.

3.1 Os assentos de óbitos e as causas-mortes em Limoeiro.

O Brasil, ao longo do século XIX, foi acometido por sucessivas epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras. Desse modo: “a morte era uma presença constante, tanto quanto o enfraquecimento dos corpos, atacados por moléstias sem conta.”²³⁴ Por ser um país mórbido ou doentio, o Brasil precisava ser curado. Nesse contexto, entram em cena, em consonância com as teorias europeias da época, os saberes médicos, divididos entre os que acreditavam que as doenças eram transmitidas pelo contato direto de pessoa para pessoa – os contagionistas - e os que viam o ar miasmático como transmissor e causador das doenças - os infeccionista. Stefan Cunha Ujvare, nos explica, de forma mais detalhada, as duas teorias mostrando, inclusive, que a do contágio, considerada a mais correta, recebeu menos importância no país.

Pela a teoria dos miasmas, os locais imundos contendo dejetos e lixo orgânico em decomposição emanava substâncias invisíveis, mas nocivas e causadoras das doenças infecciosas e epidemias, impregnando o ar. Portanto, contraía-se a infecção ao respirar o ar que continha tais substâncias miasmáticas (...). O contágio acarretaria a disseminação das infecções por meio de objetos contaminados pelo doente. Apesar de essa tese ser a correta, os miasmas dominavam o terreno científico. Seriam necessárias seguidas descobertas futuras para que essa teoria fosse ganhando terreno, até finalmente, ter a sua consagração com a identificação dos agentes causadores das infecções, os germes.²³⁵

²³⁴ UJVARE, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora SENAC São Paulo, 2003, p. 156.

²³⁵ Idem.

Os adeptos dessas teorias passaram a propor reformas urbanas cruciais para o melhoramento do estado sanitário do Brasil oitocentista. Os infeccionistas combatiam rigorosamente “a imundície das cidades que incluía medidas para limpeza das ruas, drenagem dos alagamentos, suprimento de água limpa e sistemas de esgotos. Levou tempo, entretanto, até que essas ações fossem implementadas.”²³⁶ Enquanto isso, os contagionistas investiam na regulamentação do espaço:

O espaço urbano passou a ser esquadrinhado, a medicina passou a projetar e a executar a construção de espaços específicos que tinham por finalidade um caráter social. Instituições como hospitais, cemitérios, prisões e hospícios, vistos como fruto do crescimento das cidades e, portanto, indispensáveis ao seu funcionamento, serviam, segundo os médicos, de focos de doenças, representando um perigo para todo o urbano. Não podiam e nem deviam ser abolidos, devendo, porém, ser expulsos do centro da cidade, já que suas localizações não obedeciam aos critérios de salubridade.²³⁷

De uma maneira geral, no século XIX a formação desses agentes médicos imbuídos na descoberta e na cura dos diversos males que afetavam o povo brasileiro se dava nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Faculdades essas existentes desde 1832, e que combinavam as carências, de cada uma delas, com teorias importadas da Europa.

O saber transmitido nestas escolas era mera cópia das teorias e dos métodos europeus, os quais chegavam aos lentes do Império através da leitura dos tratados e compêndios importados da França, com frequência atrasados vários anos. Não havia meios materiais e econômicos necessários à pesquisa e mesmo as mais avançadas idéias da medicina francesa aqui se estiolavam quando aplicadas nas rudimentares escolas médicas.²³⁸

Quem pagava o preço por essa precariedade, evidentemente, era a população. Ao começar pelo diagnóstico, quando a medicina baseava-se apenas no olhar sobre o enfermo e “nos sintomas e sinais visíveis e suspeitos, os quais depois de comparados, concatenados e somados determinavam a

²³⁶ UJVARE, Stefan Cunha. Op. Cit. p. 156.

²³⁷ RODRIGUES, Claudia. Op. Cit. p. 58.

²³⁸ AGRA DO Ó, Alarcon.” Relatos de males: notas a cerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial”. In: *A Paraíba no Império e na República: estudos da História Social*. João Pessoa: Idéia, 2003, p.26.

natureza do estado mórbido.” Feita a análise “clínica” do paciente, chegava-se a conclusão de qual doença se tratava. Identificada a natureza da doença, o médico prescrevia o receituário para o tratamento da mesma.²³⁹

Os remédios indicados iam desde medicamentos de origem européia, vendidos em boticas e outros estabelecimentos comerciais, ao uso de hidroterapia (banho de mar); crenoterapia (uso de água mineral); homeopatia (tratamento com agentes capazes de produzir sintomas semelhantes aos das doenças); e da alopatia (método de combater as doenças, utilizando-se meios para produzir sintomas contrários a ela). Misturavam-se a esses indicativos médicos, práticas terapêuticas fantásticas, adotadas, principalmente, pelas camadas populares.

(...) chá de barata contra asma, chá de excremento de cachorro contra sarampo, chá de grilo para fazer menino falar, urina de vaca preta com leite cru para tuberculose, terra de cemitério para úlcera, bosta de cavalo em pó para feridas, (...) um copo de urina de vaca, pela manhã em jejum, para hidropisias (...).²⁴⁰

Além desses medicamentos feitos a partir de insetos e excrementos de animais, as práticas populares de cura no Ceará se utilizavam de uma medicina caseira baseada em plantas medicinais tais como a quinina, ipecacunha, entre tantas outras, na cura de suas moléstias.²⁴¹ Grosso modo, era com esse saber médico, juntamente com as práticas terapêuticas populares que, no século XIX, se tratavam os males do povo brasileiro. E foi nesse contexto que várias doenças, tanto nas formas epidêmicas, quanto endêmicas, dizimaram milhares de vida em todo o país.²⁴² Na vila Limoeiro, durante a década de 1870 a mortalidade, com causas diversas, alcançou cifras elevadas, principalmente nos anos marcados pela seca de 1877-1879, onde o percentual alcançou 63,5% dos 2.191 assentos de óbitos no período. Em

²³⁹ Idem, pp. 30 e 34.

²⁴⁰ AGRA DO Ó, Alarcon. Op. Cit.. pp. 31 e 34.

²⁴¹ Sobre o assunto ver: GADELHA, Georgina da Silva. *Os saberes do corpo: a medicina caseira e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919)*. Dissertação de Mestrado: UFC, 2007.

²⁴² Uma epidemia é causada por alguma doença que chega a um determinado lugar e acomete várias pessoas ao mesmo tempo, mas que depois de certo tempo desaparece. Enquanto a endemia se manifesta de forma semelhante à epidemia, porém, ao contrário desta, de uma forma constante, isto é, não chega a desaparecer por completo. UJVARE, Stefan Cunha. Op. Cit. p. 24.

relação aos meses de maior incidência podemos observar a tabela 14 e perceber ainda que 58,5% dos registros de mortes concentram-se nos primeiros semestres dos anos, ficando 38,5% para o segundo período.

TABELA 14: Mortalidade por meses e anos na freguesia de Limoeiro, 1870/1880.

Meses	Anos											Total	%
	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880		
Janeiro	4	5	6	12	5	12	7	11	85	14	9	170	7,7
Fevereiro	3	1	8	4	19	8	13	10	106	5	2	179	8,1
Março	-	1	14	16	37	15	20	16	184	16	2	321	14,6
Abril	-	4	6	5	20	14	15	12	126	9	6	217	9,9
Maio	-	-	11	3	12	15	10	11	107	13	19	201	9,1
Junho	-	-	19	9	18	15	17	20	92	13	7	210	9,5
Julho	-	1	8	10	6	8	15	34	91	9	8	190	8,6
Agosto	-	-	7	7	3	10	13	37	74	7	4	162	7,3
Setembro	-	-	4	5	3	9	11	39	34	10	4	119	5,4
Outubro	-	2	16	13	4	5	12	22	27	1	5	107	4,8
Novembro	1	4	8	8	3	10	3	33	13	5	4	92	4,2
Dezembro	1	4	19	7	12	7	23	84	11	4	8	180	8,2
Não traz o mês	-	-	6	2	8	6	8	6	4	-	2	42	1,9
Total	9	22	132	101	150	134	167	335	954	106	80	2190	
%	0,4	1,0	6,0	4,6	6,8	6,1	7,6	15,2	43,5	4,8	3,6		100

FONTES: (ADNL) - Livros de óbito 4, 6 e 6-A - Freguesia de Russas; Livros de Óbitos 1, 2, 3 e 4 – Freguesia de Limoeiro.

Essa distribuição mensal do número de mortes em Limoeiro com forte incidência nos meses de janeiro a junho representa um dado a ser observado, pois comumente, em termos de clima, em países tropicais, nos meses mais quentes do ano a mortalidade tende a se elevar, pois a ocorrência das febres, desidratação e outras doenças típicas de climas quentes se acentuam.²⁴³ O que explica o aumento da incidência de mortes nos meses de janeiro a junho em Limoeiro é o fato de somente no primeiro semestre do ano 1878, os registros atingiram uma cifra de 31,9%. Na realidade, num período de estiagem tão agudo como esse as temperaturas normalmente se elevam durante todo o ano e, além disso, desde dezembro de 1877 o índice de

²⁴³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*, p. 104.

mortalidade deu um salto considerado, o que explicaria também, no geral, o índice de 8,2% para este mês.

Infelizmente não teríamos condições de classificar as causas-mortes durante a década entre os anos em que houve inverno regular e os anos em que a seca foi inclemente, justamente por existir uma lacuna na documentação, visível na tabela 15, referente aos anos de 1870 a 1875, consequência do padre Bessa não ter registrado nas atas de óbitos o nome da causa-morte. Para além da lacuna, uma das grandes dificuldades que se impõe é, uma vez identificada o nome da doença no registro de óbito, relacioná-la às principais causas-mortes abordadas pela historiografia que trata da questão no período em estudo. Todavia, diante do exposto na tabela 15, podemos visualizar melhor os nomes e a distribuição das causas-mortes em Limoeiro durante a década de 1870 de modo a fazermos associações, considerações e análises.

TABELA 15: As causas-mortes na freguesia de Limoeiro, segundo os registros de óbitos, (1870 a 1880).

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1870	1 maligna; 1estrepada; 1 moléstia de peito; 1afecção pulmonar.	3 maligna.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1hidropesia
1871	2 partos; 1ataque cerebral; 1 thisica.	1 maligna.	1 febres.	2 febres; 1espasmo; 1morte apressada	-	-	1febres	-	-	2inflamaço	2inflamação; 1 espasmo	2 febres; 2hidropesa
1872		1moléstia interior.	-	1moléstia interior;	-	-	-	-	1indigestão.	-	-	-
1873	1 parto; 1 febres.	-	1 morte repentina; 1 angina; 2 maligna; 4garrotilh; 1 sarampo.	1 febres.	1sarampo.	1 estupor; 2obstruçã; 1vermes.	1espasmo	1morte natural;	-	-	-	-
1874	-	-	-	-	3bexigas.	1 bexiga.	-	-	-	-	-	-
1875	-	-	-	-	-	-	-	4 maligna	1 maligna; 1 pthisica; 1inflamação; 1estumenci; 1constipaç; 1hydrosesi.	-	1hydrosesia; 1 neurisma;	1hydrosesi; 1inflamação; 1 fluxo de sangue.
1876	1afexão pulmonar; 1 moléstia no interior; 2 pthisica; 1 espasmo; 1 maligna; 1 estupor; 1afogameno; 1 herme.	4 inflamação; 1 hidropisia; 1 estupor; 1 espasmo; 1maligna; 1moléstia; 4 maligna.	5 maligna; 3inflamação; 2 parto; 1febre maligna; 1 paralisia; 1 estupor; 1 diarréia; 1 hidropisia.	5 maligna; 4 phthisica; 2inflamaçã; 1hidropisia; 1reumatism; 1 afogado.	4espasmo; 1 maligna; 1 estupor; 1 velhice; 1moléstia interior; 1indigestão.	3 thisica; 3 maligna; 1 inflamação no fígado; 1doença crônica; phthisica; 1 febre; 1 espasmo.	1 parto; 1thisica de laringe; 1espasmo; 1catarro maligno; 1 mordida de cobra; 1 garrotilho; 1 hérnia.	1 afogado; 1hidropisi; 1 paralisia; 1 febres; 1 thisica; 1garrotilho; 1indigestão;	2 maligna; 1 espasmo.	4morte súbita; 2 phthisica; 2hidropisia; 1 paralisia; 1 espasmo; 1 maligna.	1morte repentina; 1 câmara de sangue; 1 hidropisia.	4 maligna; 3 espasmo; 2 hidropisia; 1 garrotilho; 1 phthisica de laringe; 1doença crônica; 1esquenência.
1877	3 espasmo; 3 malignas; 1 suspensão; 1 hidropisia; 1 inflamação; 1queimadura; 1 estoporada.	7 espasmo; 1 estupor; 1 inflamação; 1constipação.	3 espasmo; 3 hidropisia; 3 maligna; 2estuporada; 1 empidema; 1morte súbita; 1 garrotilho; 1 febre; 1moléstia no peito.	2 espasmo; 1febre maligna; 1 garrotilho; 1 maligna; 1morte súbita; 1 moléstia no peito.	2mortes súbita; 2 thisica; 1 espasmo; 1constipação; 1 hidropisia; 1 febre; 1 maligna; 1 velhice.	3 espasmo; 2 thisica; 2morte súbita; 2 hidropisia; 2 hidropisia; 2 inflamação; 1febre maligna; 1reumatismo; 1febre maligna; 1 estupor; 1 thisica; 1 maligna; 1impedimento do ventre; 1 doença crônica; 1 siphiles;	5 hidropisia; 5 maligna; 2 espasmo; 2 garrotilho; 2 malina; 2 inflamação; 2 cansaço; 1reumatismo; 1febre maligna; 1 estupor; 1 inchação; 1 febre; 1 beri-beri; 1 morte súbita.	10 maligna; 4 diarréia; 4 maligna; 3 febre; 3 estupor; 1febre maligna; 1febre amarela; 1catarro maligno; 1 moléstia nos pulmões; 1moléstia no interior.	8 maligna; 4 espasmo; 4 febre; 4 maligna; 2 inflamação; 2 hidropisia; 2 parto; 2 estupor; 2 inchação; 1 garrotilho; 1impedimento; 1 verme; 1 inchação no estomago.	5febres; 4 espasmo; 3 thisica; 3hidropisia; 2 diarréia; 1 inchação; 1 beri-beri; 1 maligna.	8 inchação; 4 maligna; 3 febre; 3 inflamação; 2estupor; 1thisica; 1 diarréia; 1 beri-beri; 1 câmara de sangue; espasmo; 1 fome; 1impediment; 1reumatismo; 1 asthma; 1 engasgado; 1 mordida de aranha.	17inchação; 14 diarréia; 12 maligna; 8 hidropisia; 4 inflamação; 4 fome; 3 beri-beri; 2 phthisica; 2impedimento no ventre; 1 catarro; 1 espasmo; 1 estupor; 1moléstia interior; 1 thisica; 1 parto; 1esquenência;

						1 parto; 1moléstia que se ignora; 1 paralisia.						1 estrepada; 1 facada.
1878	17 diarreia; 15 inchação; 10 maligna; 6 febre; 5 fome; 5 hidropisia; 4 espasmo; 4 estupor; 1indigestão; 1 thisica; 1 cólicas; 1 morte; repentina; 1 colisões; 1 catarro; 1 phthisica; 1sofrimento.	46 diarreia; 12 inchação; 6 maligna; 4 estupor; 3 fome; 2 thisica; 2 câmara de sangue; 2 espasmo; 1catarro maligno; 1 moléstia; 1 hidropisia; 1constipaçã; 1 beri-beri; 1 parto.	53 diarreia; 31 inchação; 23 fome; 12 febre; 5 espasmo; 4 beri-beri; 4 estupor; 2 câmara de sangue; 2 espasmo; 1catarro maligno; 1 garrotilho; 1 carbuncro; 1 thisica.	30 febre; 30 inchação; 15 diarreia; 13 fome; 6 maligna; 4 espasmo; 2 pleuriz; 2 beri- beri; 2 hidropisia; 2 espasmo; Zembriagado com mandioca; 1 inflamação no fígado; 1 thisica; 1 estupor; 1 papéiras.	22 inchação; 18 fome; 16 febre; 11 beri-beri; 9 maligna; 9 diarreia; 3 câmara de sangue; 3 estupor; 2 espasmo; 2inflamação; 1 hidropisia; 1 phthisica; 1 febre amarela; 1dor de dente; 1 ferida no lábio.	19 beri-beri; 19 fome; 14 febre; 9 inchação; 6 diarreia; 4 maligna; 4 câmara de sangue; 3 estupor; 3 maligna; 2 thisica; 2 dentição; 1 varíola; 1 entalo; 1 velhice; 1suspensão; 1febre amarela; 1sofrimento crônico; 1escrophola	23 beri-beri; 15 inchação; 9 fome; 8 febre; 6 maligna; 4 diarreia; 3 estupor; 2 phthisica; 2 câmara de sangue; 3 maligna; 2 thisica; 2 dentição; 1 ferida no peito; 1inflamação; 1 espasmo; 1queimadura; 1 velhice; 1hidropisia; 1 afogado; 1coqueluc; 1pancada por acaso; 1 cansaço.	32 beri-beri; 8 inchação; 6 fome; 5 febres; 4 câmaras de sangue; 2 maligna; 2inflamaçã; 1suspensã; 1reumatism; 1 pilamez; 1 inchação; 1 dentição; 1 pilamez.	12 beri-beri; 5 febre; 2 fome; 2 maligna; 2 câmara de sangue; 1 inchação; 1 garrotilho; 1 diarreia; 1 phthisica; 1 hidropisia; 1 vermes; 1 gota.	5 beri-beri; 5 fome; 3 febre; 2 diarreia; 1sofrimento interior; 1morte repentina; 1 dentição; 1 surra; 1 thisica; 1phthisica do peito; 1 câmara de sangue.	3 febre; 1 espasmo; 1facada casual; 1 phthisica do peito; 1 beri-beri; 1 mordida de jumento; 1 indigestão; 1 hidropisia; 1 astema.	3 beri-beri; 2 fome; 2febre; 2 comida de mandioca; 1 inchação; 1 mordida de jumento; 1 erimpila.
1879	3 febre; 1 queda; 1 garrotilho; 1 fome; 1 velhice; 1 diarreia.	1 velhice; 1 varíola; 1 sarampo; 1 inchação.	3 febre; 2 beri-beri; 1 diarreia; 1suspensão; 1 maligna; 1 espasmo; 1 surra; 1 moléstia no peito; 1 estupor.	2 diarreia; 2 maligna; 2 varíola; 1 hidropisia; 1 estupor; 1 moléstia no interior.	2 câncer; 2 beri-beri; 2 morte súbita; 1 maligna; 1 inchação.	2 phthisica; 2 maligna; 2febres; amarela; 2 estupor; 1morte súbita; 1 parto; 1 espasmo; 1 diarreia.	1 fome; 1morte repentina; 1 parto; 1catarro maligno; 1 espasmo; 1 diarreia; 1 fluxo de sangue.	2 phthisica; 2inflamaç; 1sofrimen-to no interior; 1 beri-beri.	2 estupor; 1 maligna; 1 phthisica; 1morte repentina; 1 beri-beri; 1 apoplexia; 1 retenção; 1esquecência	1sofrimeto crônico.	1 phthisica; 1 estupor; 1morte repentina; 1inflamação no interior.	1 febre; 1 maligna; 1 hidropisia.
1880	2queimadura; 1morte súbita; 1 thisica; 1inflamação no fígado; 1 maligna; 1 hidropisia; 1 comida de mandioca.	1inflamação	1 catarro; 1 estupor.	2sofrimentos interiores; 1 maligna; 1 catarro.	4 maligna; 1 morte repentina; 1 suspensão; 1reumatism; 1 espasmo; 1 congestão endobral.	2 espasmo; 2 estupor; 1 febre; 1suspensão.	1espasmo; 1sofrimento interior; 1 estupor; 1supressão no sangue; 1supressão no ventre.	3 febres; 1inflamação.	1 febre; 1 phthisica; 1 garrotilho; 1 mordida de cobra.	1verme; 1febre; 1ferida ruim; 1maligna.	1 maligna; 1 inflamação ou hidropisia.	2 espasmo; 1hidropisia; 1 febre; 1 mordida de piranha; 1morte repentina.

FONTES: (ADNL) - Livro de óbito 4, 6 e 6-A - freguesia de Russas; Livro de Óbitos 1, 2, 3 e 4 – freguesia de Limoeiro.

De acordo com a tabela, além, do elevado índice de mortalidade, na vila de Limoeiro as causas-mortes foram muito variadas. A fome em si foi uma causa-morte verificada somente durante a seca de 1877-1879. Os números evidenciam 112 casos que ficaram assim distribuídos: cinco (05) para o ano de 1877, cento e cinco (105) em 1878, e dois (02) relacionados a 1879. Esses números, no entanto, não representam a realidade. As mortes pela fome, bem como por outras causas, evidentemente foram bem superiores em cada ano. Podemos observar nos três registros seguintes o grau de necessidades de algumas famílias que chegavam a perder vários membros pela fome, como a de Raymundo Rodrigues Silva e Francisca Maria de Jesus²⁴⁴ que durante três meses consecutivos perdeu três filhos.

Antônio, pardo, parvullo, filho legítimo de Raymundo Rodrigues da Silva e Francisca Maria de Jesus, faleceu de fome no dia 24 de Abril de 1878, tendo de idade 7 anos e no dia seguinte envolto em branco foi sepultado no Cemitério de N. S. do Livramento desta Freguesia. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.

Raymundo, pardo, adulto, filho de Raymundo Rodrigues da Silva e Francisca Maria de Jesus, faleceu de fome no dia 20 de Maio de 1878, tendo de idade 8 anos, foi sepultado no dia seguinte envolto em branco no Cemitério de N. S. do Livramento desta Freguesia. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.

Alexandrina, parda, parvulla, filha legítima de Raymundo Rodrigues Silva e Francisca Maria de Jesus, faleceu de fome no dia 27 de Junho de 1878, tendo de idade 6 anos, no dia seguinte envolto em branco foi sepultada no Cemitério de N. S. do Livramento desta Freguesia. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.

As mortes pela fome, não há dúvidas terem sido consequências também da deficiente política de socorros públicos para com a população indigente, pois embora estivessem garantidas em lei, o fato é que os socorros chegados e distribuídos em Limoeiro foram muito insuficientes para matar a fome de quem não disponha mais de nenhum recurso para se alimentar. O caso da família de

²⁴⁴ (ADNL) - Livro de óbitos 01, pp. 24, 25 e 27, números dos registros, 147, 166 e 183.

Raymundo Rodrigues Silva e Francisca Maria de Jesus que perdeu três filhos pela fome nos faz refletir um pouco sobre isso.

Na impossibilidade de plantar e colher as lavouras, bem como, de comprar ou adquirir alimentos através da política de socorro público, só restou para grande parte das famílias de Limoeiro o consumo de recursos silvestres, que embora prejudiciais à saúde, eram os únicos haveres com que podia contar a pobreza para se alimentar. Ofício da Câmara de 16 de maio de 1877, enviado ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, expõe o quadro de miséria e fome na freguesia.

(...) O povo deste município já há muito que soffre os effeitos da calamidade da seca, mas tem-se sustentado até agora com o escarço recurso da fructa da carnaubeira e o palmito da mesma; porém está conhecido que este alimento, posto que produza o sustento precário, tem com tudo occasionado moléstias e cazos de febres, além disso este sustento não é sufficiente para sustentar os necessitados visto que a mesma fructa está acabada e os palmitos pela falta de providência e economia dos proprietários estão, em muitas partes inutilizados pelo fogo que lhe atearão.(...).²⁴⁵

Desse modo, acreditamos poder somar às doenças causadas pela ingestão de plantas silvestres, os vários casos de indigestão, inflamação no fígado, impedimentos do ventre, inchação no estômago, constipação de ventre (prisão de ventre), além dos próprios casos de morte provocados pelo consumo da mandioca, registrados nos óbitos. Esses casos de febres podem ainda ser associados às febres gástricas e biliosas, por tratar-se geralmente de doenças estomacais, cujos sintomas mais freqüentes eram: “febre mais ou menos intensa, dores de cabeça e corpo, língua saburrosa, vômitos em alguns de materiais biliosos, em outros, constipação do ventre.”²⁴⁶

Além das mortes pela fome durante a seca, bem como pelas desencadeadas por ela com a ingestão dos recursos silvestres, é importante ressaltar que a desnutrição quando não matava, deixava muito fraco os organismos sobreviventes, contribuindo, assim, para que as doenças se

²⁴⁵ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921.Caixa 100 antiga 55 - A.

²⁴⁶ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. *Caminhos da cura: a experiência de moradores de Fortaleza com a saúde e a doença (1850-1880)*. São Paulo: Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica PUC, 2002, p. 66.

alastrassem com muita facilidade. Desse modo, uma série de outros males, cuja acentuação se deu, sobretudo durante a seca de 1877-1879, certamente estão associados direta ou indiretamente.

Os casos de febres se manifestaram de forma endêmica durante todo o período em estudo, causando surtos epidêmicos nos anos de seca. Como geralmente, nos assentos de óbitos registraram apenas a palavra febre ou febres, não especificando de qual febre se trata, nos parece viável traçarmos algumas outras relações desses casos com outros tipos de febres, além das gástricas, tão comuns ao período em estudo, tais como a febre-amarela, a malária e a febre maligna.

Durante a segunda metade do século XIX, a febre amarela grassou por diversas vezes no Ceará. A exemplo de todo o interior da província, a freguesia de Limoeiro foi atacada por esta doença, em razão das muitas carências reinantes na região, entre elas a falta de medicamentos, decorrentes da inexistência de políticas eficazes voltadas para a população pobre. É o que podemos constatar em correspondência aprovada pelos vereadores da Câmara de Limoeiro, em Sessão Ordinária realizada aos 3 de novembro de 1878 e dirigida ao então presidente da província, Dr. Antônio Caio da Silva:

É nestas condições, Exm. ° Snr. Que esta Câmara confiando na sua alta dignidade (...), ousa, esperando obter um feliz resultado de suas reclamações anteriores, pedir ainda a V. Excia. a providência de fornecer-lhe medicamentos efficientes para o tratamento das pobres vítimas da febre amarela que sucumbem a míngua de qualquer recurso, na ausência absoluta de meios para compra-los.²⁴⁷

Embora a febre amarela tivesse se alastrado por todo o interior da província, curiosamente os assentos de óbitos de Limoeiro mostram-nos um número muito pequeno de mortes que tiveram como causa, esta moléstia. Durante o período em estudo, verificamos apenas cinco (05) casos: um em agosto de 1877; um em maio e outro em junho de 1878; e dois em junho de 1879. No entanto, observando ainda a tabela 15, podemos constatar a expressão febre em vários registros de óbitos, sem, contudo, especificar de

²⁴⁷ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100, antiga 55 - A.

qual febre se tratava. Portanto, muitos dos casos de febres dispostos na tabela, certamente podem estar associados à febre amarela.

A historiografia cearense nos lembra, ainda, que a malária, também conhecida como febre intermitente, febre palustre, sezão, entre outras denominações, era um outro tipo de febre constante no período em estudo, o que nos faz associá-la, também, ao grande número de casos que tem a febre como único registro de causa morte.

No Ceará, segundo o Dr. Barão de Studart, desde o século XVIII, a febre palustre (malária), na forma endêmica, fazia suas vítimas na província. Tendo, mais uma vez, “irrompido depois do inverno de 1866 na Ribeira do Acaraú, fazendo muitas vítimas em 1870, e desta vez espalhando-se por uma vasta região, inclusive pelo sertão, e explodiu terrivelmente, nos anos de 1872 e 1873.”²⁴⁸ Por ser endêmica no Ceará e por causar tantas vítimas na década de 1870, é perfeitamente possível que muitas das mortes por febres, de acordo com a tabela 15, tenham sido causadas pela malária.²⁴⁹

Para além dos referidos casos de febres, os registros de óbitos revelam, ainda, inúmeros casos de febre maligna. De acordo com o *Dicionário de Medicina Popular* do médico polonês Pedro Napoleão Chernoviz, febre maligna ou maligna trata-se da doença conhecida cientificamente por meningite.²⁵⁰ Se observarmos na tabela 15, essa doença está muito presente em todo o período estudado, sendo que, nos anos referentes à seca (1877-1879), se manifestou de forma epidêmica em Limoeiro. Na realidade, no período de seca as febres causaram vítimas praticamente durante todo o ano.

Nos anos marcados pela regularidade chuvosa, sobretudo 1876 e 1880, a incidência das febres verifica-se mais no segundo semestre do ano, por ser o

²⁴⁸ STUDART, Barão de. STUDART, Barão de. *Climatologia epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 29.

²⁴⁹ Sobre a epidemia de malária no baixo Jaguaribe na década de 1930 ver: SILVA, Gláucia Cristiane Arruda. *O frio no corpo e fogo nos olhos: a epidemia de malária no Baixo Jaguaribe (1937-1939)*. Monografia de graduação em História, FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte, 2003. Da mesma autora ver também: *O tremor dos Sertões: experiências da epidemia de malária no Baixo Jaguaribe-CE (1937-1940)*. Dissertação de mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2007.

²⁵⁰ CHERNOVIZ, Pedro Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Acsseorias*. Paris: A. Roger e & F. Chernoviz, 1890, p. 1637. O Dr. Chernoviz veio para o Brasil em 1840 com o intuito de abrir consultório no Rio de Janeiro. Todavia, ciente da pouca existência de médicos nesta cidade, realidade esta presente em todo o Brasil na época, ao invés de abrir consultório resolveu publicar um manual em português, adaptando-o a nossa realidade e que pudesse ser útil aos médicos e aos leigos. GADELHA, Georgina da Silva. Op. Cit. p. 114.

período mais quente. Outras febres associadas aos climas quentes e que possivelmente no período em estudo estão entre as febres de Limoeiro são a febre intermitente “que aparece e desaparece sucessivamente, mas que muitas vezes causa óbito”, bem como a febre remittente que se manifesta de forma continua, “tem exarcebações acompanhada de frio e calor.”²⁵¹

Além das febres, outra causa-morte muito comum encontrada nos registros de óbitos de Limoeiro foi a diarreia. Esse mal atacou a população local de forma epidêmica entre o final de 1877 e o primeiro semestre de 1878, ou seja, no período da seca. Aos casos de diarreias podemos somar ainda a causa-morte câmaras de sangue, pois segundo Chernoviz, os sintomas dessa doença era diarreia e disenteria. As causas do surto epidêmico de diarreia podem estar relacionadas ao clima quente, ingestão de plantas venenosas, consumo de água insalubre, como também, ao cólera-morbus, cujo principal sintoma é justamente a diarreia.

Segundo Carlos Jacinto Barbosa, “a cólera atingiu o Ceará em 1862, fazendo um número significativo de vítimas, especialmente no Norte do território, permanecendo por muito tempo em condições endêmicas.”²⁵² A cólera, assim como boa parte das doenças vistas até agora, mantinham, segundo os especialistas da época, uma relação direta com a elevação da temperatura e principalmente, com as condições sanitárias precárias em todo o Império. Em virtude dos sintomas e da rapidez com que matava, a cólera era muito temida por toda a população.

Essa doença é caracterizada por diarreia severa (a diarreia mais severa de todas as infecções) que leva o paciente à desidratação, com queda da pressão, parada do funcionamento dos rins e, geralmente quando não submetido ao tratamento de suporte, ao óbito. A bactéria causadora da cólera é eliminada nas fezes ou vômitos dos doentes. Como a diarreia é intensa, ocorre um grande número de evacuações líquidas por dia (...).²⁵³

No Brasil oitocentista, dejetos humanos juntavam-se ao acúmulo de lixo nas ruas. A falta de estruturas sanitárias era visível em todos os ambientes públicos, além das próprias casas. Todos esses problemas já preocupavam os

²⁵¹ CHERNOVIZ, Pedro Napoleão. Op. Cit. p. 1522.

²⁵² BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. Op. Cit. p. 80.

²⁵³ UJVARE, Stefan Cunha. Op. Cit. p. 151.

médicos e uma das conseqüências das reformas sanitárias propostas por estes, em Fortaleza, por exemplo, foi a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia e do Lazareto da Lagoa Funda, em decorrência, principalmente, das epidemias de febre amarela (1851) e do cólera-morbus (1862-1864).

O Lazareto foi o primeiro exemplo concreto da medicina urbana e preventiva de Fortaleza, já que sua finalidade era a de abrigar os prováveis atingidos pela epidemia de cólera que já grassava no Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, entre 1855 e 1856. Enquanto o mal não chegava ao Ceará, o nosocômio serviu para a quarentena dos que desembarcavam em Fortaleza, procedente dos portos infectados.²⁵⁴

Enquanto algumas dessas medidas iam sendo postas em prática, sobretudo na capital da província, as doenças iam vitimando a população cearense como um todo, entre elas a beri-beri, que se manifestou de forma endêmica na província, na segunda metade do século XIX.

Reporto o primeiro caso de beri-beri num cearense ao ano de 1866; a moléstia foi então desconhecida de todos os médicos de Fortaleza; tratava-se da beri-beri também de forma paralytica e a ella sucumbia o doente em nova reprodução do mal em 1867. A moléstia fazia vítimas na Bahia e tinha basicamente os seguintes sintomas: inchação dos pés em uns precedido, em outros de dormência e dores, vae o mal se espalhando, se estendendo por todo o corpo e terminando fatalmente pela asphyxia.²⁵⁵

Podemos verificar na tabela 15 que os casos de beri-beri foram comuns no período em estudo. Segundo os dados, essa doença causou muitas mortes principalmente nos anos da seca de 1877 a 1879, manifestando-se especialmente a partir do segundo semestre de 1877, tornado-se epidêmica no ano de 1878. E por ser a inchação nos pés um de seus sintomas, não seriam os vários casos de inchação registrados nos óbitos, a própria beri-beri? É conveniente observar que, até maio de 1878, a incidência de registros que trazem como causa de morte a inchação é superior aos casos de beri-beri.

²⁵⁴ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993, p. 79.

²⁵⁵ STUART, Barão de. Op. Cit. p. 36 e 38.

A inchação foi muito frequente na região jaguaribana, durante a seca de 1877-1879 e os vereadores de São Bernardo das Russas, em correspondência enviada presidente da província, Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, em 1877, descreveram os efeitos epidêmicos da doença que assim como a beri-beri, ainda era pouco conhecida pelos profissionais da saúde.

(...) além das febres, assolão outras doenças que victimam esse povo, grassa entre nós a inchação como uma verdadeira peste; doença essa mal conhecida pelos profissionais, mais funesta por seus effeitos. Não se sabe se é uma verdadeira peste, mais o q' é certo é que nas casas onde apparece victima grande parte das famílias.²⁵⁶

Entre as causas mortes, a tabela 15 expõe ainda incidência de muitas outras doenças como: afexão pulmonar, apoplexia, phthisica, thisica da laringe, tísica, catarro maligno, angina, garrotilho ou crupe (dor de garganta), moléstias dos pulmões, pilamez e pleuris (infecção da pleura) e esquinência. Todos esses males eram moléstias dos órgãos pulmonares, podendo, assim, tratar-se de uma mesma doença, no caso a tuberculose. De uma maneira geral, os doentes de tuberculose apresentavam “emagrecimento progressivo, tosse e febre diária. O quadro progredia para enfraquecimento crônico, e o acometimento dos pulmões estendia-se por dias e meses. Durante todo esse tempo, o enfermo eliminava pela tosse, o bacilo da tuberculose.”²⁵⁷

Observando a tabela podemos perceber ainda a forte presença da hidropisia ou hydropisia em todo o período estudado, sendo que, nos anos referentes à seca (1877-1879), essa doença se manifestou em Limoeiro de forma epidêmica. Essa moléstia, segundo Chernoviz, caracteriza-se por uma “colleção de serosidade em uma cavidade qualquer do corpo ou tecido celular. Quando a serosidade se infiltra no tecido de todo o corpo, a moléstia toma o nome de anasarca e quando a hydropisia é parcial chama-se edema das articulações da cabeça.”²⁵⁸

O estupor, doença que já aparece nos óbitos em junho de 1873, toma maiores proporções no ano de 1878, e é caracterizada por, “entorpecimento geral, diminuição das faculdades intellectuais acompanhada de ar de

²⁵⁶ (APEC) - Correspondência da Câmara Municipal de São Bernardo 1862-1916. Caixa 78 - APUD - FERREIRA NETO, Cícinato. *Estudos de História Jaguaribana*, p. 474.

²⁵⁷ UJVARE, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias*, p. 149.

²⁵⁸ CHERNOVIZ, Pedro Napoleão. Op. Cit. p. 1588.

espasmos e de indiferença, que sobreveem em consequência de pancada, quedas hemorragias cerebral, etc.” Podemos encontrar ainda na tabela 15 nomes de doenças como gotta, “moléstia caracterizada pela dor, inchação e vermelhidão das pequenas articulações, ocupando quase sempre, a princípio o jeito do dedo do pé”; escrophulas, “moléstia caracterizada por tumores irregulares, duros não dolorosos, movíveis que ocupam as glândulas do pescoço, da axila, etc.”²⁵⁹ Além desses, outros casos isolados ainda podem ser identificados como feridas ruins e cancerosas, vermes, estrepada, reumatismo, afogamento, facada, mordida de aranha, cobra, jumento, entre outras.

Em relação ainda às causas-mortes que se manifestaram de forma epidêmica, o espasmos também se destaca. Na demoninação de Chernoviz espasmos é “toda a contracção muscular involuntária. Precede freqüentemente a convulsão, mas pode também existir sem ella. Espasmos de collo de bexiga. V. bexiga.” Dentre as várias denominações que geralmente eram dadas a uma mesma doença, o espasmos de colo de bexiga ou varíola: “moléstia febril, com erupção pustulosa na pele”²⁶⁰, certamente pode explicar um dado curioso referente às grandes epidemias de Limoeiro na década de 1870, no que diz respeito à peste de varíola em 1878.

A varíola, assim como a inchação, a diarreia, a beri-beri, a tuberculose e as febres em geral, também grassou pela freguesia de Limoeiro durante toda a década de 1870. Uma das grandes preocupações dos vereadores da freguesia, em janeiro de 1874, tendo em vista o poder de destruição desta doença, era justamente o fato da população local não ter sido vacinada: “(...) a peste de bexigas (varíola) que tendo tido seu desenvolvimento no lugar chamado sapé distante d’esta Villa uma légoa aonde já fez vítimas, e hoje se acha dentro desta Villa, causando por isso grande terror por se achar todo o povo sem vacina.”²⁶¹ Observando a tabela 15, podemos perceber que no ano de 1874, os registros de óbitos de Limoeiro trazem quatro casos de bexigas ou varíola: três no mês de maio e um no mês de junho.

De acordo com Sidnei Chalhoub, as epidemias de varíola “nas províncias do Norte surgiram às vezes associadas a períodos prolongados de

²⁵⁹ Idem, pp. 1309, 1518 e 1530.

²⁶⁰ Idem, pp. 1403 e 1510.

²⁶¹ APEC- Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro. 1873-1921. Caixa- 100, antiga 55 – A.

seca e fome, causando tragédias que ganhavam destaque até mesmo em periódicos médicos ingleses.”²⁶² No final da década toda a região jaguaribana, sofreu com a epidemia de varíola, agravando, cada vez mais, a situação dos desvalidos da terrível estiagem de 1877-1879.

E, mais uma vez, a falta da vacina, em meio ao surto epidêmico que se avizinhava, preocupava os vereadores de Limoeiro que em sessão ordinária do dia 2 de setembro de 1878, fizeram o seguinte apelo ao presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros: “(...) estamos ameaçados de entrar entre nós o terrível flagello da varíola que se desenvolveu no Aracati, e que muito breve aqui estará; e para prevenir com tempo pedimos a V. Ex. lâminas para o puz vacínico a fim de evitar esse tormento em nossos municípios.”²⁶³ Ora, se nem a população da capital cearense foi vacinada contra a varíola, o que dizer do povo do interior da província, onde as carências de médicos, remédios e leitos hospitalares eram ainda mais gritantes.

Os raros médicos que apareciam nas cidades, vilas e povoações do Vale do Jaguaribe nos séculos XVIII e XIX reclamavam da falta de remédios e de leitos hospitalares. Os municípios não tinham boa estrutura econômica e dependiam dos recursos que, enviados pelas autoridades provinciais e da corte, demoravam a chegar. Em determinadas ocasiões não resolviam sequer parte dos problemas.²⁶⁴

Na realidade, de todos os males que atacaram a população cearense no século XIX, nenhum outro causou um número de mortes tão elevado quanto a epidemia de varíola no ano de 1878. Em Fortaleza, segundo Rodolpho Theófilo, nos primeiros quinze dias de dezembro, “não houve um só dia em que falecessem de varíola menos de 500 pessoas.” Somente no dia 10 de dezembro de 1878, o cemitério de Lagoa Funda recebeu 1004 cadáveres, ficando esse dia conhecido como “o dia dos mil mortos.”²⁶⁵

Para Theófilo, a epidemia só poderia ter sido sufocada se o poder público dispusesse de um instituto vacciogênico. Porém, além do poder público

²⁶² CHALHOUB, Sidnei. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 118.

²⁶³ APEC- Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro. 1873-1921. Caixa- 100, antiga 55 – A.

²⁶⁴ FERREIRA NETO, Cicinato. Op.Cit. p.265.

²⁶⁵ THEÓFILO, Rodolpho. *Varíola e vacinação no Ceará*. Ed. Fac. Sim; Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. pp. 26, 30 e 31.

não dispor desse instituto, a população, em geral, tinha horror da vacina por esta ser feita do próprio pus varioloso. Muitos acreditavam que ser vacinado era colocar a própria peste no corpo. Lira Neto nos descreve sobre o medo e a recusa dos retirantes diante da vacina.

Nem pensar. Não iam deixar ninguém lhes espetar no braço, assim sem mais nem menos uma mentira de remédio, que diziam ser preparado com o próprio veneno da peste. Ora, era o que faltava. Não adiantava chamar a polícia, escorraça-los em praça pública, ameaçá-los de prisão. Nada, nem ninguém, os dobrariam. Homens de bem, vindos do sertão por absoluta precisão não iam aceitar mais humilhação. De jeito nem maneira. Nem por baixo de pau e pedra. Aliás, desconfiavam que o governo queria era contagiar todo o mundo, acabar com todos os flagelados de uma vez só, limpar as ruas da cidade com uma única tacada, encomendar almas para as confundas antes da hora.²⁶⁶

No mês de setembro de 1878, a varíola, que já causava vítimas em Aracati, chegou a Fortaleza, onde encontrou um local propício para se desenvolver epidemicamente. A capital da província, sem nenhum tipo de controle sanitário, se achava “transformada em uma vasta e repugnante latrina. (...) toda essa bella cidade estava enlameada devido à grande quantidade de urina que se vertia por toda a parte.”²⁶⁷

A “lama” que se formava pelas ruas não era consequência da água das chuvas, pois vivia-se um período de seca (1877-1879), mas provinha da urina dos milhares de retirantes que, acossados pela miséria e descaso político, também companheiros das secas, chegavam à capital da província em busca da sobrevivência.

Quanto à incidência de mortes por varíola na freguesia de Limoeiro, durante a seca, os assentos de óbitos pesquisados nos mostra uma situação um tanto quanto enigmática. Como podemos observar na tabela 15, foram registrados apenas 4 casos de mortes que teve como causa a varíola: um (1) no mês de junho de 1878; e três no ano de 1879, sendo um (1) no mês de fevereiro e dois (2) no mês abril. O que poderá explicar um número tão reduzido de registro de óbitos de varíola, apenas quatro, nesse período, se a

²⁶⁶ NETO, Lira. *O poder e peste: a vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999. p. 92. Sobre o poder da vacina antivariólica e as formas de fabricação da mesma ver: THEÓFILO, Rodolpho. *Varíola e Vacinação no Ceará*. Op. Cit.

²⁶⁷ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. Op. Cit. p. 117.

historiografia cearense nos mostra que não só Fortaleza, mas todo o interior da província sofreu as consequências da terrível peste?

Talvez uma das explicações possa estar na falta de um diagnóstico mais preciso, haja vista que a medicina de então se baseava apenas no olhar sobre o enfermo e, a partir dos sinais visíveis ou suspeitos que este apresentava, logo identificava a doença. Para, além disso, a autópsia de cadáveres “era um procedimento médico impopular no século XIX. Parecia ferir, principalmente, as convicções religiosas dos familiares das vítimas. (...) autopsiar ou fazer cadáver significava (na gíria popular) roubar uma pessoa indefesa, sem capacidade de reação.”²⁶⁸ Devemos considerar ainda o fato da freguesia de Limoeiro não dispor de serviços médicos convenientes e capazes de atender a toda a população.

Diante das incertezas e de um diagnóstico eficaz, não podemos descartar a possibilidade da varíola, assim como outras doenças, ter sido registrada com outros nomes, como, por exemplo, espasmos (do colo da bexiga) e febres (varíola, moléstias febris) que, como vimos, incidiram-se numa verdadeira epidemia na freguesia, em especial nos anos de 1877-1878, mas que se manteve presente em todo o período estudado. O estado terminal de um varioloso era apavorante e sintomático e foi assim descrito por Rodolfo Téofilo:

(...) havia de tudo e de tudo que há de mais horrível. Corpos cuja pele a inchação havia estirado a ponto de fender-se em todos os sentidos, e assim em carne viva sem mais penetrar nos tecidos nus, como um ferro incandescente, produzindo dores de uma horrível queimadura.²⁶⁹

Para o baixo índice de causa-morte com o nome varíola em Limoeiro, devemos considerar, também, o fato de que, na época em estudo, quem lavrava os registros de óbitos eram os próprios padres, que, ao fazerem os assentos, ao que tudo indica, atribuíam, eles próprios, a causa da morte. João José Reis, referindo-se a Salvador, nos esclarece:

²⁶⁸ CHALHOUB, Sidnei. Op. Cit. p. 164.

²⁶⁹ TEÓFILO, Rodolfo. *A fome e Violação*. Ed. Fac. Sim; *Fortaleza*: Academia Cearense de Letras, 1979, p. 162.

Os livros paroquiais de óbitos registram que a maioria das pessoas morriam de moléstias internas. Essa expressão de certo era usada quando não se podia associar os sintomas do moribundo a uma enfermidade conhecida. Muitas vezes os padres registravam um nome descrito para a causa da morte como ataque de peito. Neste caso, porém, sabemos pelo menos que se tratava de uma doença das vias respiratórias. Estas eram as que mais matavam depois da moléstia interna, principalmente a tuberculose, chamada tísica naquela época.²⁷⁰

Nos óbitos de Limoeiro, esse tipo de confusão em relação aos nomes das doenças certamente foi frequente e os casos de sofrimentos ou moléstias internas, como também morte por velhice evidenciam as incertezas quanto à denominação de várias das causas-mortes. Vale lembrar também que assim como a tuberculose e as febres, a varíola recebia várias denominações, tais como: tabardia, pele de lixa, olho de polvo, canuto e fogo eram os mais comuns.²⁷¹ Daí, portanto, a impossibilidade de uma identificação precisa das doenças a partir da documentação analisada.

Ainda em relação à varíola em Limoeiro, um dado a mais merece ser levado em conta. Duas das quatro mortes que tiveram como causa registrada a varíola aconteceram no Lazareto da Ilha. Ora, se havia na vila um Lazareto, podemos acreditar que a incidência da varíola, assim como outras doenças contagiosas como a cólera e a tuberculose, por exemplo, foram bastante intensas. No livro 4, página 18, encontram-se um desses casos:

Manoel Bezerra da Silva, pardo de idade 58 anos, cazado com Maria Sabino, morador no Quixeré, falleceu de varíolla aos 23 de Fevereiro de 1879 e no dia seguinte envolto em branco e encomendado por mim abaixo assignado, foi sepultado na Ilha, contígua a esta Villa, perto do Lazareto onde falleceu. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.

Outro aspecto a ser analisado é o local em que foi construído o Lazareto de Limoeiro. A Ilha, bairro da atual cidade de Limoeiro do Norte, localiza-se na margem esquerda do Rio Jaguaribe, exatamente a sotavento, ou seja, direção oposta de onde sopra o vento. Essa medida, certamente, foi herdeira de mais

²⁷⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 36.

²⁷¹ THEÓFILO, Rodolpho. *Varíola e vacinação no Ceará*. Op. Cit.

uma das muitas intervenções médicas, que visava isolar os doentes das pessoas sãs, para, assim, evitar a circulação do ar advindo desse ambiente mórbido entre os demais habitantes.

As medidas tomadas em prol de melhores condições sanitárias, bem como o isolamento nos Lazaretos de pessoas com doenças altamente contagiosas, sem sombra de dúvidas, contribuíram, entre outras coisas, para evitar o desenvolvimento e propagação de muitas doenças. Todavia, essas precauções andaram longe de ser suficientes para evitar o desenvolvimento das diversas epidemias que marcaram o Brasil oitocentista. De acordo com Agra do Ó, tais medidas, como não poderiam deixar de ser, contribuíram enormemente para aumentar os transtornos da população brasileira: “destacavam o país doente que havia no Brasil, legitimavam as noções de higiene que o Estado e os cientistas articulavam, tornavam o povo vítima e culpado, objeto ideal para intervenções controladoras e disciplinadoras”.²⁷²

Os poderes disciplinadores, tanto médicos quanto políticos, no entanto, não tomaram as medidas cabíveis para contornar o estado de miséria e fome da população, pois a falta de alimentos, como é sabido, enfraquece o organismo e contribui enormemente para a aquisição das doenças infecciosas.

Na freguesia de Limoeiro, os registros de óbitos revelaram assim um elevado número de mortes cujas causas foram muito diversificadas e consequência principal da falta de alimentação, água saudável, médicos, remédios, estrutura hospitalar minimamente adequada, enfim, do generalizado descaso político para com a população, o que teve influência direta inclusive na alta mortalidade infantil do período. As doenças não fizeram distinção entre, cor, sexo, condição social, mas em relação à idade sim, apesar de afetar toda a população, as crianças em especial foram vitimadas pela fome, espasmos, maligna, diarreia, febres, inchaço garrotilho, hidropisia, estupor, entre tantas outras. O beri-beri, que também não poupou as crianças, teve maior incidência sobre a população adulta. Em relação à mortalidade por grupo etário na freguesia de Limoeiro, podemos observar a tabela 16, que nos proporciona melhores compreensões.

²⁷² AGRA DO Ó, Alarcon. *Relatos de males*, p. 42.

TABELA 16: Mortalidade por grupo etário – freguesia de Limoeiro, 1870/1880.

Idade ao morrer	Anos											Total	%
	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880		
< de um mês	3	3	15	9	15	12	10	30	9	7	11	124	5,6
1m a 1 ano	-	1	42	24	45	24	20	105	172	6	9	448	20,4
01-07 anos	2	1	12	22	19	20	21	50	238	14	12	411	18,7
08-15 anos	1	1	6	6	2	8	5	18	85	9	2	143	6,5
16-23 anos	-	4	9	3	14	7	9	20	64	5	2	137	6,2
24-31 anos	1	1	6	9	7	14	6	24	66	12	6	152	6,9
32-39 anos	-	5	8	5	17	4	12	17	69	6	4	147	6,7
40-47 anos	-	1	5	6	6	10	13	8	60	10	7	126	5,7
48-55 anos	1	1	2	3	6	11	14	10	37	5	3	93	4,2
56-63 anos	1	-	5	2	2	7	13	7	36	6	5	84	3,8
64-71 anos	-	3	4	1	5	3	15	9	42	7	3	92	4,2
72-79 anos	-	-	3	1	4	4	2	5	20	3	4	46	2,1
80 anos e +	-	1	5	4	3	6	7	2	21	9	-	58	2,6
Não consta a idade	-	-	10	6	5	4	20	30	35	7	12	129	5,8
Total	9	22	132	101	150	134	167	335	954	106	80	2190	100

FONTES: (ADNL) - Livros de óbitos 4, 6 e 6-A, freguesia de Russas; Livros de óbitos 1, 2, 3 e 4 freguesia de Limoeiro.

Dada à significativa percentagem de registros, 5,6%, em que as crianças morriam antes de completar um mês de vida, compreende-se a preocupação da Igreja para que se batizasse os recém-nascidos o quanto antes. Além dos bebês que morriam em fase neonatal, isto é, até os primeiros 28 dias de vida, o número de crianças que morriam até completar um ano de idade em Limoeiro, na década de 1870, ou seja, 20,4% dos registros, era exorbitante, ficando em segundo lugar na escala numérica as crianças que morriam entre um a sete anos, atingindo o percentual de 18,7%.

Segundo Paulo Eduardo Teixeira, pode-se inferir uma série de fatores para as mortalidades ocorridas nos primeiros dias de vida, dentre elas: “precariedade nas condições de higiene e saúde e que levam as crianças a morrerem do mal-de-sete-dias, ou seja, o tétano, a má nutrição da mãe e da criança, bem como as doenças infecciosas e parasitárias e os vários tipos de

febres.”²⁷³ Em todo Brasil, sobretudo até o século XIX, esses fatores, além de afetarem as crianças também se incidiam sobre as mães, causando mortes, principalmente no decorrer dos partos, o que nos remete novamente a tabela 15, sobre as causas-mortes em Limoeiro, onde podemos observar a presença de mulheres morrendo de parto, durante a década de 1870. De acordo com os assentos de óbitos, essas mães faleceram numa média de idade entre 22 a 38 anos.

Observando a tabela 16, verificamos que as crianças que morreram antes ou até aos sete anos de idade em Limoeiro, independentemente da condição social livre ou escrava corresponde a 44,7% dos registros de óbitos. Dada à elevadíssima mortalidade infantil, se acrescentássemos as crianças que morreram de oito a dez anos, essas cifras certamente chegariam a 50%. Na realidade, de acordo com Paulo Eduardo Teixeira: “numa época em que os recursos médicos praticamente inexistiam, as diferenças entre as camadas sociais, nesse aspecto, se faziam quase nulas. Assim o filho de um senhor de engenho podia ter o mesmo destino que o filho de um agregado seu.”²⁷⁴ No caso de Limoeiro, como vimos além da precariedade de recursos médicos, uma conjuntura de ordem climática, econômica, política e social, sobretudo nos últimos anos da década, contribuiu para a elevação da mortalidade infantil.

Se a criança conseguisse vencer a barreira dos sete anos, de acordo com a tabela, as possibilidades de viver iam aumentando sucessivamente. Desse modo, a relação entre mortalidade e tempo de vida é clara, pois na medida em que a idade aumentava diminuía os óbitos naquela faixa etária. Dos que viveram de oito aos 55 anos, os números dizem respeito a 36,2% dos registros. Já os sobreviventes dos 55 a mais de oitenta anos o percentual é de 12,7%. Portanto, para esse decênio, as somas da população de Limoeiro que morreu entre 8 e mais de oitenta anos correspondem a 48,9% dos registros, ultrapassando somente em 4,2%, sobre os que só viveram até aos sete anos.

De acordo com a crença religiosa, desde que batizadas, as crianças que morressem até os 7 anos se transformariam em anjo e desse modo teria um lugar garantido no “paraíso celeste.” Para os que ultrapassassem essa

²⁷³ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “A formação das famílias livres em Campinas, 1774-1850.” In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de e AMARAL, Vera Lúcia. (organizadoras). *História Econômica: reflexões e construção do conhecimento*. São Paulo; Almeida, 2006, p. 468.

²⁷⁴ Idem, p. 465.

idade, receber o sacramento da extrema-unção na hora derradeira significaria um alento para a alma em busca da uma boa eternidade.

3.2 – O Sacramento da Extrema-Unção fechando o ciclo vital e “garantindo” uma boa passagem da vida para a morte.

No século XIX os altos índices de mortalidade se fizeram constantes no Brasil. Levando em conta a preocupação que homens e mulheres tinham com uma boa morte, morrer sem a extrema-unção, último sacramento, era motivo de grande infortúnio. Daí ser muito comum, principalmente os indivíduos mais abastados, fazerem testamentos pedindo a celebração do mesmo e estipulando determinada quantia, geralmente vultosa, para ser gasta com ele. Mesmo as pessoas pobres livres ou escravas “se não tinham como fazer seus testamentos por escrito recomendavam oralmente como queriam enfrentar a derradeira viagem protegidos com os recursos rituais e simbólicos que seus recursos materiais permitissem.” Desse modo, “o importante era não ser tomado de surpresa por este último ato entre os vivos. Daí, porque a morte acidental, prematura sem os ritos devidos era vista como grande desventura, que fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava.”²⁷⁵

A desventura decorrente da morte repentina diz respeito ao fato do fiel não ter tempo de fazer suas penitências e demonstrar o arrependimento dos pecados cometidos, objetivando obter o perdão para os mesmos. Sobre esse aspecto, se observarmos a tabela 15, referente às causas-mortes da freguesia de Limoeiro, na década de 1870, podemos observar que vinte e cinco indivíduos passaram desta para outra vida sem possibilidades de receber os sacramentos da Igreja, justamente por terem morrido de morte repentina ou súbita.

De acordo com os significados que adquiria, sendo fundamentais para os mortos, a realização do último sacramento era também de interesse dos vivos, pois além de cumprirem seus deveres de cristãos e de evitarem um peso na consciência, se caso porventura não chamassem um padre para ministrá-lo no leito do moribundo, poder-lhes-ia trazer benefício próprio, já que, “se o morto

²⁷⁵ RODRIGUES, Claudia. Op. Cit. p. 12.

passa ao outro mundo feliz ele poderá interceder pelos vivos junto aos deuses, inclusive, facilitando-lhes a futura incorporação no mundo dos mortos.²⁷⁶

Celebrados para dar segurança a vivos e mortos, possibilitando aos últimos uma boa viagem para o outro mundo e por ser a extrema-unção de competência dos padres, estes desempenhavam o papel de interlocutor entre o moribundo e Deus. Para tanto, o doente, portador de alguma doença grave, incurável, quando sentia a aproximação da morte, ele próprio, a família ou os amigos, solicitava a presença do padre:

Devem os Parochos administrar a seus fregueses enfermos com toda a diligencia, e cuidado o espirital soccorro do Sacramento da Extrema Unção, para que mais facilmente na última hora possam combater os cavilosos assaltos do demônio. Pelo que mandamos, e ordenamos, que tanto que o Parocho for chamado, ou tiver notícia, que algum enfermo de doença perigosa quer receber o Sacramento da Extrema Unção, lh'ó vá logo administrar com toda a diligência, e lhe encommendamos, que se lh'ó administre, não estando impedido, e quando estiver, commeta esta administração a Sacerdote aprovado para cofessar, e não o havendo, a qualquer outro Sacerdote, o qual, ou Parocho quando for administrar, irá revestido com sobrepeliz, e estola roxa, levando nas mãos os Santos Óleos em sua ambula com toda a descência.²⁷⁷

De posse dos objetos necessários à realização da extrema-unção: sobrepeliz e estola roxa e os santos óleos, além da “cruz caldeira de água benta e livro do ritual romano”, com muito cuidado e boa postura, o pároco e demais assistentes deixavam a Igreja rumo à casa do enfermo em “procissão do viático, assim chamada por levar a comunhão eucarística.”²⁷⁸ Ao chegar na casa do enfermo, dava-se início ao ritual.

Entrando em casa do enfermo dirá: Pax huic domui; e posto o óleo sobre a mesa, que para isto deve estar aparelhada com toalha limpa, e ao menos uma vela acesa, dada a cruz a beijar ao enfermo, querendo-se elle reconciliar, o ouça: e logo continuará o mais do Ritual, lendo por elle as preces, e não as dizendo de cor; e ungirá logo ao enfermo com os ritos, e cerimoniais ordenadas pela Santa Madre Igreja.²⁷⁹

²⁷⁶ REIS, João José. Op. Cit. p. 89.

²⁷⁷ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, p. 83.

²⁷⁸ REIS, João José. Op. Cit. p. 103.

²⁷⁹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. Cit. p. 83.

De acordo com François Lebrun, na hora da morte, segundo o conselho de São Francisco de Sales “deve-se fazer uma confissão geral, percorrendo, pelo menos de modo sumário, os diferentes estágios da vida em que o enfermo se encontrou ao longo da vida”, desse modo, “o quarto se esvazia de todos os assistentes, deixando num último cara a cara o padre e seu penitente.”²⁸⁰

O último sacramento era realizado em três momentos consecutivos que envolviam a penitência, a eucaristia e a extrema-unção. Com o ato da penitência, ou última confissão, o moribundo confessava e pedia perdão de seus pecados, a eucaristia era o momento no qual o moribundo entrava em comunhão com Deus e recebia o alimento necessário para a última viagem e a extrema-unção visava dar forças ao moribundo para vencer não apenas as tentações da alma, mas, também, as dores corporais da hora derradeira. Em outras palavras assim descrevem os textos da Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia sobre esse último Sacramento:

É o Sacramento da Extrema Unção o quinto dos da Santa Madre Igreja, de grande utilidade para os fiéis, instituído por Christo Senhor nosso, como definiu o Sagrado Concílio Tridentino, para nos dar especial ajuda, conforto, e auxilio na hora da morte, em quaes tentações de nosso commum inimigo costumão ser mais fortes, e perigosas, sabendo que tem pouco tempo para nos tentar. A matéria deste Sacramento é o óleo da Oliveira bento pelo Bispo. A fôma são as palavras, que estão no Ritual Romano: Per istam Sanctam Unctionem, et suam piissiman misericordian etc. O Ministro é o Sacerdote. (...) os effeitos proprios deste Sacramento são muitos, e principalmente três. O primeiro é, perdoar-nos as relíquias dos pecados, pelos quais ainda falta satisfazer da nossa parte, ficando por isso aliviada a alma do enfermo. O segundo é, dar muitas vezes, ou em todo ou em parte a saúde corporal do enfermo, quando assim convém para bem de sua alma. O terceiro é, consolar ao enfermo, dando-lhe confiança, e esforços para que na agonia da morte possa resistir aos assaltos do inimigo, e levar com paciência as dores da enfermidade.²⁸¹

Segundo Claudia Rodrigues, a saúde corporal a que se refere o segundo momento, ou seja, a eucaristia, diz respeito ao fato de que, em alguns casos, o enfermo, após o recebimento da hóstia, apresentava alguma melhora, conseguindo até mesmo sobreviver ao mal. No entanto, em caso de efetivação

²⁸⁰ LEBRUN, François. “As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal.” In: ÁRIES, Philipe e DUBY, Georges (Dirs.) *História da vida Privada*. Vol. III. SÃO Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 82.

²⁸¹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. Cit. p. 81.

da morte, a eucaristia adquiria a noção de provisão para a viagem e “agia como um mantimento para a alma, alimentando-a e sustentando-a de forma a acrescentar-lhe vida espiritual e conforto.”²⁸²

O sacramento fúnebre não deveria ser ministrado pela segunda vez ao enfermo que já o tivesse recebido durante a mesma doença, a não ser que essa se prolongasse e o doente tornasse a cair em perigo de morte. Neste caso, o último sacramento seria administrado tantas vezes quanto fosse necessário.²⁸³ As Leis Eclesiásticas em torno do ritual da morte dispunham ainda de normas a respeito do estado de consciência de quem deveria receber a extrema-unção, bem como das pessoas que não deveriam recebê-la.

Exortamos aos nossos súbditos se lembrem de pedir, e receber este Sacramento, quando ainda estiverem em seu perfeito de juízo, para que o recebam com a devida reverencia, e se consolem com seus singulares efeitos: e as pessoas que tiverem cuidado dos enfermos, avisem aos Parochos, para lh'o administrarem em tempo conveniente, não esperando que o doente esteja desconfiado da vida. Não se ha de administrar este sacramento aos meninos, que não tem uso da razão; aos que morrem de morte violenta por Justiça; aos que entrão em batalha, ou larga, e perigosa navegação no mar; aos excommungados impenitentes, e que estiverem em pecado publico; aos doudos, e desavisados, que nunca tiverão uso de razão; porém se em algum tempo o tiverão, e antes da doudice dérão sinais de contrição, ou nos lúcidos intervallos, ainda que depois estejam doudos perpétuos, se lhes póde administrar: como também os que perderam o juízo, ou falla, se quando o perderam dérão signaes de contrição, ou provavelmente se crê, que os dérão.²⁸⁴

Portanto, para se ter direito a esse sacramento o moribundo deveria estar em equidade e enquadrar-se nesses princípios da Igreja Católica. No rol dos que não podiam recebê-lo, estavam as crianças menores de 7 anos, consideradas inocentes pela Igreja, isto é, sem capacidade de ter noção ainda de seus atos. Todavia, havia as pessoas em sã consciência que, por algum motivo, recusavam esse ritual. Estas seriam punidas com a proibição de sepultura eclesiástica, ou seja, dentro das igrejas, pois de acordo com as normas, “a pessoa, que por desprezo, ou contumácia, sendo requerida, deixar de receber este Sacramento, pecca mortalmente, e lhe será negada sepultura

²⁸² RODRIGUES, Claudia. Op. Cit. p. 178.

²⁸³ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. Cit. pp. 82 e 83.

²⁸⁴ Idem, p. 82.

Eclesiástica.”²⁸⁵ Os solos sagrados das Igrejas, até meados do século XIX, foram os locais preferidos para se enterrar os mortos. Um dos principais significados era a manutenção da integração entre “o teatro da vida e o teatro da morte.”

Havia uma integração entre o teatro da vida e o teatro da morte: a casa estava perto da Igreja, ambas faziam parte de uma paróquia, que fazia parte de uma cidade (vila ou povoado). Vivos e mortos faziam companhia uns aos outros nos velórios em casa, em seguida atravessavam juntos ruas familiares. Os vivos enterravam os mortos em templos onde eles haviam sido batizados, tinham casado, confessado, assistido missas e cometido ações menos devotas – e onde continuavam a encontrar seus vivos cada vez que estes viessem fazer essas mesmas coisas até o encontro final sob aquele chão e no além-túmulo.²⁸⁶

Para os adeptos da ideologia cristã, depois de uma vida em comunhão com Deus, iniciada no primeiro ritual do batismo, o último sacramento expressava o desfecho de uma simbologia que envolvia a comunicação entre Deus (emissor) e os homens (receptores), garantia última de uma boa passagem para a outra vida. Na freguesia de Limoeiro, na década de 1870, a exemplo do que acontecia no restante do Brasil Império, o povo, de maneira geral, recorria ao sacramento cristão da extrema-unção, e os números da tabela 17, expressam um pouco dessa realidade.

²⁸⁵ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. Cit. p. 85.

²⁸⁶ REIS, João José. "O cotidiano da morte no Brasil oitocentista". In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.141.

TABELA 17: Índice ao Sacramento da Extrema-Unção em Limoeiro, 1870/1880.

Anos	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	Total	%
Receberam Sacramentos	-	-	-	-	1	3	29	38	153	22	20	266	22,7
Sem Sacramentos	-	-	-	-	-	-	2	16	9	9	1	37	3,1
Sem ref. aos sacramentos	-	-	66	34	68	72	54	72	390	47	16	819	70,0
S. Sacr. A falta de padre	2	-	-	-	-	-	-	9	2	4	1	18	1,5
S. Sacr. p/ não pedir	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	1	5	0,4
S. Sacr. p/ morte repentina	-	1	-	1	-	-	5	7	2	6	3	25	2,1
Total	2	1	66	35	69	75	90	144	558	88	42	1170	
%	0,1	0,08	5,6	2,9	5,8	6,4	7,6	12,3	47,6	7,5	3,5		100

FONTES: (ADNL) - Livros de óbitos 4, 6 e 6-A, Freguesia de Russas; Livros de óbitos 1, 2, 3 e 4 Freguesia de Limoeiro.²⁸⁷

O estado lacônico da documentação no que diz respeito à referência ao último sacramento se expressa na tabela 17, sobretudo dos anos de 1870 a 1875, pois com exceção de quatro assentos, um em 1874 e três em 1875, os demais casos não trazem referência alguma a este sacramento. No total, o percentual corresponde a 70,0% dos registros. Diante disso, não teríamos como afirmar se o moribundo foi assistido ou não pelo padre na hora da morte, ou ainda se o padre no momento do lavramento do registro esqueceu ou optou por não colocar essa informação.

Dos aptos a receber a extrema-unção, na documentação analisada, identificados pela idade, ou seja, as pessoas a partir dos sete anos, os números evidenciam 22,7% dos casos em que a procura e a realização do último sacramento foi efetivada. Em relação aos demais casos em que a população moribunda, por algum motivo não exposto no registro, não recebeu o sacramento corresponde a 3,1%. Os números que indicam a falta de padre no lugar representam 1,5%. Os casos evidenciados em que a família ou o doente não pediu a presença do padre para realizar o ritual corresponde a 0,4% e finalmente as situações em que as pessoas não tiveram tempo de receber esse ritual fúnebre, por morrer repentinamente, dizem respeito a 2,1%

²⁸⁷ O vazio na tabela referente aos anos de 1870 a 1875 diz respeito a um significativo número de assentos de óbitos, que pelo estado de má conservação da documentação, não conseguimos transcrever partes dos registros e que muitas vezes se referiam ao último sacramento, bem como ao número de crianças menores de 7 anos inaptas a receber a extrema-unção.

dos registros. Esses resultados representam uma percentagem de 8,1%. Diante disso, os 22,7% socorrido espiritualmente pelos padres, são um número expressivo.

A procura pela extrema-unção independia de sexo, cor, idade (acima de sete anos) e condição social. De acordo com as atas de óbitos, dos 266 moribundos que receberam esse sacramento no leito de morte, 15 tinham a condição de escravos. Um número significativo, haja vista termos encontrado no obituário do período 29 escravos adultos. Na realidade, segundo João José Reis, em seu estudo sobre os registros de óbitos em Salvador, no século XIX, a morte proporcionava certo nivelamento social, pois “esta era uma das poucas chances e a última de estabelecer simbolicamente a igualdade entre brancos e negros, escravos e senhores, ricos e pobres. Viver mal, mas morrer bem era o lema.”²⁸⁸ Daí, portanto o resultado da procura por parte de quem convinha receber esse sacramento fúnebre e da assistência espiritual por parte de quem podia disponibilizar.

Com exceção de 1878, quando o número de óbitos foi bem mais exorbitante do que os anos de 1877 e 1879, também marcados pela seca, a diferença dos números referentes aos anos de 1876 a 1880, independente de seca ou inverno, no que diz respeito ao último sacramento, não foi acentuada. Esse fato pode estar relacionado à alta mortalidade de crianças que faleciam até os sete anos. De acordo com os assentos de óbitos, os infantes que recorreram a esse sacramento, numa média de sete a quatorze anos, representam um total de 21. Todavia, somente uma criança de sete anos foi socorrida espiritualmente. Portanto, a assistência espiritual da extrema-unção foi mais freqüente entre as crianças de dez a doze anos.

A falta de padre para socorrer os moribundos, sobretudo no período da estiagem, deve estar relacionada tanto à alta mortalidade no período, o que tornava humanamente impossível a tarefa dos mesmos na administração dos ritos fúnebres a todos que estivessem no leito da morte, quanto às distâncias entre a vila, os povoados e as fazendas, como também, pela própria ausência

²⁸⁸ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Op. Cit. p. 159.

de padres nesses lugares longínquos, realidade essa verificada não só na vila de Limoeiro, mas em todo “Brasil rural.”²⁸⁹

Com relação à grande quantidade de óbitos em um só dia, o que certamente contribuía para que grande contingente populacional morresse sem o último sacramento, segundo o livro de óbito número 4, páginas 16 e 18, registros de 120 a 129, referente ao povoado de São João do Jaguaribe, no dia 30 de março de 1878, faleceram dez pessoas, das quais cinco crianças e cinco adultos. Dos cinco óbitos de adultos, apenas um recebeu a extrema-unção. Diante da alta mortalidade muitas foram as famílias que se desmembraram. No exemplo seguinte, podemos acompanhar o desfecho trágico de um casal que se unira em matrimônio, em julho de 1878 e em julho de 1879 morreu a mãe Maria do Rosário de Souza de parto, sem ter sido socorrida com a extrema-unção e logo no dia seguinte o filho, cujo registro de óbito não menciona se teve tempo de ser batizado ou não.

Aos 17 de Julho de 1878, nesta Matriz do Limoeiro administrei o sacramento do matrimonio aos contralventes Francisco Gomes de Souza e Maria do Rosário de Souza, Servates Srevante e lhes lancei as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas Antonio José de Souza e José Ignácio de Souza. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno.

O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.²⁹⁰

Maria do Rosário de Souza, branca cazada com Francisco Gomes de Souza falleceu de parto aos 17 de Junho de 1879, tendo 28 anos de idade, não foi socorrida espiritualmente, levou mortalha branca, foi sepultada no dia seguinte no Cemitério do Alto Santo com hábito branco. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.²⁹¹

O parvullo, filho legitimo de Francisco Gomes de Souza e Maria do Rosário de Souza, falleceu de espasmo aos 18 de Junho de 1879, foi sepultado no dia seguinte no Cemitério do Alto Santo com hábito branco. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno.

O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.

Em conseqüência do alto índice de mortalidade da população da freguesia de Limoeiro, na década de 1870, das famílias que conseguimos

²⁸⁹ REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. Op. Cit. 106.

²⁹⁰ (ADNL) – Livro nº 01, p. 169.

²⁹¹ Os assentos de óbitos mãe e filho encontram-se no (ADNL) – Livro nº 03, p. 34, registros de nº 248 e 249.

identificar através do cruzamento de nomes entre os registros de casamentos, batismos e óbitos, dos 219 núcleos conjugais, 33 perderam alguns de seus membros e das 376 famílias consensuais, 82 viveram a mesma realidade. No total foram 595 núcleos familiares analisados, dos quais 115 foram desmembrados pela morte de pais, mães e filhos. Não obstante isso, dessas 595 famílias, em 480 núcleos não encontramos evidências de falecimentos. Assim, mesmo que muitos de seus componentes ou até algumas inteiras, tenham migrado no período de seca, possivelmente, muitos dos que foram conseguiram retornar ao sertão após os três anos de múltiplas misérias, de modo que se juntando à população que permaneceu e sobreviveu deram continuidade à formação sócio-familiar de Limoeiro, permeando as atas de casamentos, batismos e óbitos e compondo as genealogias das famílias Oliveira, Costa, Baltazar, Cunha, Lima, Maia, Gonçalves, Martins, Régis, Guerreiro, Soares, Maciel, Mendes, Souza, Alves Rodrigues, Ribeiro, Freires, Nunes, Holanda, Chaves, Cavalcante, Girão, Bezerra, Silva, Bessa, Ferreira, Moreira, Estevão, Gadelha, Santos, Malveira, entre tantas outras.

Considerações Finais

A escrita desse trabalho iniciou-se e nos trouxe até aqui, impulsionada por um desejo de conhecimento a respeito de aspectos sócio-econômico-político-culturais da freguesia de Limoeiro, no primeiro decênio de sua formação enquanto vila, 1870 a 1880. No ato das transcrições, os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos já nos remetiam a muitos aspectos da composição sócio-familiar de Limoeiro, apontando, desse modo, o caminho a ser perseguido: compreender os perfis sociais e as formas de organização familiar dessa população, nesse período. Partindo dessas fontes e ancorados na metodologia da História Demográfica, para análises das mesmas, enveredamos pelos muitos caminhos dos sertões cearenses, encontrando esse espaço multifacetado onde as relações sociais e a configuração sócio-familiar se fizeram, se não de maneira peculiar, mas dinâmica e plural.

À semelhança de outras vilas da ribeira do Jaguaribe, Limoeiro se compôs das mesmas características políticas, econômicas e sociais e na década de 1870, vivia basicamente de uma economia agropecuária e, não obstante uma maior intensificação urbana, nesse período, a população rural era predominantemente superior, onde as relações sociais, de uma maneira geral, eram enlaçadas pelo patriarcalismo, com predominância, portanto, dos núcleos de convivência ampliados, formados por um contingente de pobres livres, agregados e escravos que se mantinham em meio a uma minoria de proprietários abastados. Apesar dos traços patriarcais na sua formação, as relações sociais entre brancos, pardos, negros, livres, escravos, homens e mulheres eram muito complexas, marcadas por imposições, conflitos e aceitações que implicavam, inclusive nas escolhas dos cônjuges e nos laços de compadrio.

Assim também como as demais vilas do sertão cearense - além de constituir-se por uma população de livres e escravos, muito embora o número de libertos se sobrepusessem em muito ao de cativos - da fusão de etnias indígena, branca e negra, Limoeiro apresentava maioria de mestiços, onde o número de pardos se sobrepunha ao de brancos e, sobretudo, ao de negros.

Mesmo que o número de homens se sobrepusesse ao de mulheres, a disparidade entre os sexos era amena.

A morte com causas múltiplas era presença constante e a alta mortalidade afetava principalmente crianças com até sete anos de idade. No final do decênio, em decorrência da seca de 1877-1879, houve uma quebra na dinâmica populacional, com aumento nas taxas de mortalidade e diminuição nos índices de nupcialidade, fecundidade e natalidade. A seca foi inclemente, provocou abalos socioeconômicos profundos, acentuando extraordinariamente a perda dos rebanhos e das lavouras, a migração, a fome, as causas-mortes da população, mas não conseguiu por um fim ao andamento da sociedade, que mesmo nesse período os índices de natalidade se sobrepunham aos de mortalidade.

O dinamismo se fez presente na formação familiar durante toda a década de 1870. Os preceitos de ordem religiosa, períodos de penitência como a quaresma e o advento, e de ordem econômica, recesso agrícola, anos de invernos regulares ou de seca, influenciaram de forma significativa nos índices, nas escolhas ou recusas por determinados meses para a realização das nupcialidades, concepções, natalidades e batismos, mas não o suficiente para estancar o fluxo familiar em nenhum momento, haja vista o caráter heterogêneo da sociedade de Limoeiro, que também, pensava e agia segundo não só o que lhe era imposto, mas também por seus desejos próprios e livres escolhas.

A pluralidade na composição populacional da vila de Limoeiro se fez sentir nas formas de organização familiar. Os 811 casamentos, os 2.715 batismos e as 266 extrema-unções evidenciam que essa população acreditava nos valores dos sacramentos cristãos em torno da vida e da morte, buscando-os e recebendo-os em conformidade com suas crenças, vontades e disponibilidade dos padres. Mas isso, contudo, não era a regra.

Livres e escravos ao unirem-se em matrimônio seguiam os princípios morais e religiosos da sociedade e do catolicismo oficial. Assim como, livres e escravos, por motivos vários, muitas vezes alheios ao nosso entendimento, uniram-se de forma consensual, formando a prole, também constituindo famílias. Na realidade, as famílias consensuais compunham a maioria dos casos analisados. Desse modo, nem todos casavam, muitos não casavam,

mas batizavam seus filhos, bem como muitas pessoas que viviam de forma consensual recorriam ao último sacramento da extrema-unção na hora da morte. Assim sendo, muitas vezes privilegiou-se algum desses três sacramentos em detrimento dos outros. Certamente houve casos até de pessoas que não receberam nenhum deles durante o ciclo vital.

Portanto, compreender constituição familiar a partir das atas eclesiásticas implicou analisar também os sacramentos de batismo, casamento e extrema-unção, seus objetivos, imposições e valores que levaram pessoas, famílias de Limoeiro a agir de determinada forma frente às leis canônicas: aceitando-as, negando-as, transgredindo-as, reinventando-as. Tendo nessa problemática uma de suas preocupações, esse estudo voltou-se também para as sensibilidades.

Sensibilidades se expressam em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído, do pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e de seu conjunto de significações construído sobre o mundo. (...) sensibilidade é uma presença enquanto valor, dificilmente será número.²⁹²

Não temos dúvida que seria impossível recuperar sensibilidades, sentir da mesma forma, através da quantificação dessas fontes, ou através de qualquer outra metodologia, bem como de outros documentos históricos. No entanto, o trabalho com os registros paroquiais possibilitou-nos investigar, analisar, mensurar esses significados, esses valores e experiências, os motivos das escolhas ou recusas pelos sacramentos cristãos feitos pela sociedade em estudo. Dito em outras palavras: “quantificar é um problema que se opõe a um campo que pretende orientar-se pelo qualitativo.” Assim, se os registros paroquiais mencionados tivessem sido utilizados “com finalidades meramente estatísticas não trariam para os leitores de história mais do que um número,

²⁹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Sensibilidades: escrita e da alma”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy e LANGUE, Frederique. (orgs) *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 20.

verdadeiro mais abstrato, preciso mais prático, metodicamente desencarnado.”²⁹³

Desse modo, as interferências sociais e culturais, as vidas dessas famílias com seus fazeres foram analisadas, em concomitância ao contexto social, econômico, religioso, político, cultural, enfim, que compunha o espaço freguesia de Limoeiro, por entendermos que “a História se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo social e pelos limites colocados pelo corpo, seja sob forma do lugar de onde se fala, seja sob forma do objeto distinto.”²⁹⁴

Assim sendo, para além da importância do aparato empírico-teórico-metológico-histórico foi preciso estarmos atentos à estrutura sócio-cultural fornecida por aquele espaço para entender as sensibilidades que envolveram os comportamentos na escolha da celebração de casamentos, as concepções e nascimentos de crianças, a realização dos ritos cristãos, enfim, em torno da vida e da morte, e assim compreender as intrincadas redes de relações sócio-culturais-econômicas-religiosas que envolveram as organizações familiares da freguesia de Limoeiro, durante a década de 1870.

²⁹³ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, pp. 21 e 25.

²⁹⁴ CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*, p. 27.

Fontes de Pesquisa

■ OBRAS DE ÉPOCA.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. Fortaleza. Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ABREU, Capistrano J. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Vol. 2º Série. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

-----, *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. 7º Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Ed. Fac. Sil. Fortaleza. Editora Minerva, 1918.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. "Estado do Ceará na Exposição de Chicago." In: *DOCUMENTOS: Revista do Arquivo Público do Ceará – Ciência e Tecnologia*. Nº 01. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa (Filho). *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

CHERNOVIZ, Pedro Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Acsseorias*. Paris: A. Roger e & F. Chernoviz, 1890.

Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2º Ed. e atual, Vol. 03 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

KOSTER, Henry,. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

MENEZES, José Cezar de. *Idea da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da biblioteca Nacional. 1923 (v. XL).

SOUZA, Eusébio de. *Álbum do Jaguaribe. (Org.)*. Belém: Empresa Graphica Amazônia, 1922.

STUDART, Barão de. *Climatologia epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

THEÓPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará, (1877 a 1879)*. Fortaleza, Typografia do Libertador, 1883.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

■ Arquivo Público do Estado do Ceará. (APEC)

 Ofícios da Câmara de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100.

■ Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. (BPGMP)

 **Setor de Microfilmes.**

❖ Leis do Ceará, 001 e 003, período de 1835 a 1897.

■ Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. (ADNL)

 **Livros de Casamentos**

❖ Livro de Casamento 1 – Freguesia de Limoeiro iniciado em 09/02/1864 e encerrado em 12/05/1872.

❖ Livro de Casamento 2 – Freguesia de Limoeiro iniciado em 10/09/1872 e encerrado em 23/11/1880.

 **Livros de Batismos**

❖ Livro de Batismo 1 – Freguesia de Limoeiro iniciado em 19/01/1862 e encerrado em 26/10/1873.

❖ Livro de Batismo 4 – Freguesia de Limoeiro iniciado em 24/07/1868 e encerrado em 28/02/1874.

❖ Livro de Batismo 5 – Freguesia de Limoeiro 1869 a 1884.

❖ Livro de Batismo 6 – Freguesia de Limoeiro iniciado em 21/07/1878 e encerrado em 29/04/1881.

 **Livros de Óbitos**

❖ Livro de óbito 4 - Freguesia de Russas, iniciado em 20/11/1836 e encerrado em 29/09/1872.

❖ Livro de óbito 6 - Freguesia de Russas iniciado em (não traz nem o dia nem o mês) 1871 e encerrado em 1878.

❖ Livro de óbitos 6-A - Freguesia de Russas iniciado em 14/06/1873 e encerrado em 25/01/1879.

- ❖ Livro de Óbitos 1 – Freguesia de Limoeiro iniciado em 10/01/1873 e encerrado em 05/05/1878.
- ❖ Livro de Óbitos 2 – Freguesia de Limoeiro (não traz nem o dia nem o mês) iniciado em 1877 e encerrado em 1878.
- ❖ Livro de Óbitos 3 – Freguesia de Limoeiro (não traz nem o dia nem o mês) iniciado em 1878 e encerrado em 1886.
- ❖ Livro de Óbitos 4 – Freguesia de Limoeiro iniciado em 08/08/1878 e encerrado em 05/04/1886.

Referências Bibliográficas

AGRA DO Ó, Alarcon." Relatos de males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial". In: *A Paraíba no Império e na República: estudos da História Social*. João Pessoa: Idéia, 2003

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste*. In: Revista brasileira de História. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, Vol. 15. Nº. 28, 1995.

ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

ARANTES, Antonio Augusto. "Pais, Padrinhos e Espírito Santo: Um Reestudo do Compadrio." In: *Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. Antonio Augusto Arantes (Org.) 2º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BACELLAR, Carlos, SCOTT, Ana Silvia Volpi e BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. "Quarenta anos de demografia histórica". In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 22, n. 2, jul/dez. 2005.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. *Caminhos da cura: a experiência de moradores de Fortaleza com a saúde e a doença (1850-1880)*. São Paulo: Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica PUC, 2002.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BESSA, Dom Pompeu Bezerra. "A Antiga Freguesia de Limoeiro: notas para sua História". Fortaleza, 1998.

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. "História da população brasileira: balanços e perspectivas". In: In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *Historiografia brasileira em debate: "olhares, recortes e tendências"*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

BRANCO, Mons. João Olímpio Castelo. *O Limoeiro da Igreja: a história de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos*. Fortaleza, Minerva Indústria Gráfica, 1995.

CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: FE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (org.) *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CERUTTI, Simona. "A construção das Categorias Sociais". In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados Recompostos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

----- *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996,

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense (1850 – 1884)*. Fortaleza, UFC. Dissertação de Mestrado, 2008.

COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. "A família Escrava em Lorena". In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.) *Revista de Teoria e Pesquisa Econômica, Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIEPE, 1970.

COSTA, Iraci del Nero da. *Reflexões sobre os rumos da demografia histórica no Brasil*. Boletim do Centro de Memória – UNICAMP – Campinas, 2 (4): 17-23, 1990.

DIAS, Maria Odília Silva. "Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea" In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, n. 17 (Dossiê: "Trabalhos da Memória"). São Paulo: EDUC, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. "História da família e demografia histórica". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFANS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: Documentos, Notas e Ensaio Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza, Premius, 2003.

FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José Roberto. "O que Deus extravia ninguém pacifica: parentesco e família entre os escravos de Vallim" In: CAMPOS, Adriana Pereira e SILVA, Gilvan Ventura da (Orgs.). *Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra*. Vitória: Flor & Cultura, 2007.

FRAGOSO, João. "Afogamento em nomes: temas e experiências em história econômica". In: *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/ 7 Letras, set. 2002.

FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUNES, Eurípedes Antonio. "*Nasci nas matas, nunca tive senhor*:" História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1995, p. 46.

----- “Negros no Ceará.” In: SOUZA, Simone de (org). *Uma Nova História do Ceará*. 4º Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GADELHA, Georgina da Silva. *Os saberes do corpo: a medicina caseira e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919)*. Dissertação de Mestrado: UFC, 2007.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As Oficinas ou Charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2º Ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.

----- *História Econômica do Ceará*. 2º Ed. Fortaleza. Programa Editorial Casa José de Alencar, 2000.

HAKKERT, Ralph. *Fontes de Dados Demográficos*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

HOLLINGSWORTH, Thomas H. “Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo”. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*. S P.: Novos Umbrais, 1977.

KUZNESOF, Elizabeth Anna. “A família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980)”. In: Convívio. Revista de Brasileira de História. São Paulo – ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 17, setembro de 1988 / fevereiro de 1989.

LEBRUN, François. “As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal.” In: ÁRIES, Philipe e DUBY, Georges (Dirs.) *História da vida Privada*. Vol. III. SÃO Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LEWKOWICZ, Ida. “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII.” In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Família e Grupos de Convívio*. Revista de Brasileira de História. São Paulo – ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 17, setembro de 1988 / fevereiro de 1989.

LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida 1997.

LORDELLO, Josette Magalhães. *Entre o Reino de Deus e o dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

MACHADO, Cacilda. "As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do XVIII para o XIX." In: *Escravidão*. Revista de História. ANPUH, Nº 52, Vol. 26, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*. S P.: Novos Ubrais, 1977.

----- *A demografia histórica brasileira nesse final de milênio*. Revista Brasileira de Estudos Populares. São Paulo: Livraria Pioneiro Editora, nº 14, 1997.

----- *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. "A história da população numa perspectiva regional." In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 2002

MATOSO, Kátia de Quirós. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MORAES, Douglas Batista. *Bem Nascer, Bem Viver, Bem Morrer: administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2001.

MOTT, Luis. Estrutura Demográfica de lãs Haciendas de Ganado de Piauí Colonial: um caso de poblamiento rural centrifugo. Comunicação apresentada na Conferência General de Union Internacional para el Estudio Cinético de Las Poblacion, México, agosto de 1977.

MOTTA, J. F. e COSTA, I. N. "Demografia Histórica: da sementeira à colheita." In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 14, jan/dez, 1997.

NADALIN, Sergio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NETO, Lira. *O poder e peste: a vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

NEVES, Frederico de Castro. "A seca na história do Ceará". In: SOUZA, Simone de. (org). *Uma Nova História do Ceará*. 4º Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

----- *A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. *As oficinas de carnes do Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense LTDA, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy e LANGUAGE, Frederique. (orgs) *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

PINHEIRO, Francisco José. *Formação Social do Ceará (1680-1820): o papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Tese de Doutorado UFPE. Recife – PE, 2006.

----- “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. 4º Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. (Org.) *Documentos para a História Indígena no Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*. São Paulo: NHII – USP, 1994.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. 20º Ed. Editora Brasiliense, 1977.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

-----“ O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIOS, Kênia de Sousa “A Comissão Científica e a Seca do Ceará (Introdução). In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Cpanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*. Bauru - S P: EDUSC, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Gláucia Cristiane Arruda. *O frio no corpo e fogo nos olhos: a epidemia de malária no Baixo Jaguaribe (1937-1939)*. Monografia de graduação em História, FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte, 2003.

-----*O tremor dos Sertões: experiências da epidemia de malária no Baixo Jaguaribe-CE (1937-1940)*. Dissertação de mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2007.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará: das origens a extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1978.

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da Família Escrava, Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

-----“Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX).” In: *Revista de Teoria e Pesquisa Econômica, Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIEPE, 1870.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vender, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá: o Ceará no tráfico interprovincial – 1850/1881*. Fortaleza, UFC. Dissertação de Mestrado, 2005.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “A formação das famílias livres em Campinas, 1774-1850.” In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de e AMARAL, Vera Lúcia. (organizadoras). *História Econômica: reflexões e construção do conhecimento*. São Paulo; Almeida, 2006.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Edições Loiola, 1999.

UJVARE, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora SENAC São Paulo, 2003.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. “Que Deus os Abençoe: batismos de escravos em Angra dos Reis (RJ), no século XIX.” In: *Revista História & Perspectivas*, nº 16/17 – Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

VIEIRA JR. A. Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

